

AZUL S.A. (CNPJ 09.305.994/0001-29)

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026



ÍNDICE

1.	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
2.	Orientações e Manual para Participação na AGO.....	5
3.	Boletim de Voto a Distância.....	9
4.	Proposta da Administração	11
5.	Instalação do Conselho Fiscal.....	13
6.	Esclarecimentos Finais	14
	ANEXO I.....	15
	ANEXO II.....	58
	ANEXO III.....	62

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Prezado(a) Acionista,

Em linha com as práticas de governança corporativa adotadas pela Azul S.A. (“Companhia” ou “Azul”), pautadas pelos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, convidamos V.Sas. para participar da Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **30 de abril de 2026, às 16h00**.

A AGO será realizada de modo exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico da plataforma Ten Meetings (“Plataforma Digital”), a qual será considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, para deliberar sobre as seguintes matérias:

- (1) Tomar as contas dos administradores, assim como examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal;
- (2) Deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
e
- (3) Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026.

O quórum necessário para a instalação da AGO é de 1/4 (um quarto) das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso o quórum legal não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a data de realização da AGO em segunda convocação. A AGO realizada em segunda convocação será instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 129 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“LSA”), as matérias integrantes da Ordem do Dia serão aprovadas mediante voto favorável de acionistas titulares da maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia presentes à AGO.

Considerando que o mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal se encerra na data da presente AGO, em cumprimento ao artigo 5º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“RCVM 81”), e nos termos do artigo 161 da LSA, combinado com o artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações ordinárias solicitar a instalação do Conselho Fiscal.

Na expectativa de que este documento contribua para o pleno exercício dos direitos e prerrogativas de cada acionista, reiteramos a relevância da participação dos acionistas na AGO ora convocada.

Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas diretamente com a equipe de Relações com Investidores da Companhia, a qual se encontra à disposição para pronto atendimento pelo e-mail invest@voeazul.com.br ou pelo telefone +55 (11) 4831-2880.

Atenciosamente,
David Gary Neeleman
Presidente do Conselho de Administração

2. Orientações e Manual para Participação na AGO

A AGO será realizada de modo exclusivamente digital, tendo em vista que tal formato, no julgamento da Administração, diminui os custos de participação dos acionistas, facilita o acesso e contribui para um maior comparecimento na AGO, aumentando, assim, a representatividade das deliberações a serem tomadas.

Poderão participar da AGO os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia, por si, por seus procuradores devidamente constituídos, ou, no caso de pessoas jurídicas, por seus representantes legais, desde que as ações estejam registradas em seu nome junto à Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) ou junto à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários, Itaú Corretora de Valores S.A. (“Itaú”), nos termos do artigo 126 da LSA.

2.1. Acionista Presente

Acionistas que desejem participar da AGO deverão efetuar o seu cadastro na Plataforma Digital até **28 de abril de 2026 (inclusive)**, em conformidade com a RCVN 81, observando as etapas abaixo:

- (i) Acessar o seguinte endereço eletrônico: <https://assembleia.ten.com.br/719275915>;
- (ii) Realizar o cadastro no endereço eletrônico acima, criando login e senha únicos, e enviar a documentação exigida indicada abaixo;
- (iii) Caso a Plataforma Digital indique pendências de informações ou documentos, providenciar as complementações solicitadas; e
- (iv) Uma vez aprovado o cadastro, acessar o mesmo endereço eletrônico na data e horário agendados para a AGO. Recomenda-se acessar a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, uma vez que não será permitida a entrada após o início da AGO.

O acionista deverá apresentar os seguintes documentos:

- (i) se pessoa física: documento de identificação original com foto (exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas), ou documento de identificação original com foto do procurador, acompanhado da correspondente procuração, caso aplicável;
- (ii) se pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais; e

(iii) se fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais.

Após a análise da solicitação, os acionistas com cadastro devidamente regularizado receberão e-mail de confirmação de aprovação do cadastro. Caso o acionista não receba o e-mail de confirmação em até 24 (vinte e quatro) horas antes da AGO, deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail invest@vocaazul.com.br.

2.2. Acionista Representado por Procurador

Os acionistas impossibilitados de comparecer à AGO poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, na forma prevista no §1º do artigo 126 da LSA.

As procurações somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos: **(i)** ser acionista ou administrador da Companhia; **(ii)** ser advogado; ou **(iii)** ser instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

Com relação aos acionistas pessoas jurídicas, conforme entendimento unânime do Colegiado da CVM, proferido em reunião realizada em 4 de novembro de 2013 (Processo Administrativo CVM RJ2014/3578), não é necessário que o procurador cumpra quaisquer dos requisitos previstos nos itens **(i)** a **(iii)** do parágrafo acima.

Solicita-se que os acionistas representados por procurador observem os seguintes procedimentos relativos aos documentos de representação:

Prazo de Entrega dos Documentos de Representação	Até o dia 28 de abril de 2026 , ou seja, ao menos 2 (dois) dias antes da data da AGO, em conformidade com a RCVM 81.
Documentos de Representação	(i) Instrumento de mandato com observância dos requisitos previamente mencionados, conforme aplicável (procuração); (ii) estatuto ou contrato social e ata de eleição de diretores ou administradores, caso o acionista seja pessoa jurídica; e (iii) documento de identificação com foto do(a) procurador(a) ou representante legal.
Local de Entrega dos Documentos de Representação	Por meio da Plataforma Digital no link https://assembleia.ten.com.br/719275915

As procurações outorgadas no Brasil poderão ser assinadas por meio digital ou eletrônico, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Procurações outorgadas no exterior, salvo se apresentadas no idioma inglês, deverão

ser notarizadas por Tabelião Público devidamente habilitado para esse fim, bem como apostiladas ou consularizadas em consulado brasileiro, conforme aplicável nos termos da legislação vigente, traduzidas para o português por tradutor juramentado e registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o acionista ou procurador venha a enfrentar que dificulte ou impossibilite sua participação na AGO.

A Companhia informa, ainda, que a AGO será integralmente gravada, nos termos da regulamentação vigente.

O acionista que participar por meio da Plataforma Digital será considerado presente à AGO e signatário da respectiva ata, nos termos da RCVM 81.

3. Boletim de Voto a Distância

Os acionistas poderão exercer seu direito de voto na AGO por meio de boletim de voto a distância (“Boletim” ou “BVD”), nos termos da RCM 81. O Boletim será disponibilizado pela Companhia na Plataforma Digital, em seu website de Relações com Investidores (<https://ri.vocazul.com.br>), bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<https://www.b3.com.br>).

Os acionistas que optarem por exercer o voto a distância poderão:

- (i) preencher o Boletim, nos termos das instruções abaixo, e submetê-lo diretamente à Companhia por meio da Plataforma Digital;
- (ii) caso detenham ações de emissão da Companhia depositadas na Central Depositária da B3, encaminhar as instruções de voto diretamente à Central Depositária da B3, de acordo com os seus procedimentos e documentação exigida;
- (iii) caso detenham ações de emissão da Companhia depositadas na Central Depositária da B3, encaminhar as instruções de voto à instituição custodiante, que as enviará à Central Depositária da B3, observados seus procedimentos e documentação exigida; ou
- (iv) caso detenham ações de emissão da Companhia mantidas na escrituração do escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú, encaminhar as instruções de voto ao Itaú, em conformidade com seus procedimentos e documentação exigida.

Nos termos do artigo 27 da RCM 81, o prazo limite para recebimento do BVD diretamente pela Companhia ou por prestadores de serviços habilitados à coleta e transmissão de instruções de preenchimento do BVD é **26 de abril de 2026 (inclusive)**. Os BVDs recebidos após essa data não serão considerados válidos para o cômputo de votos.

Caso o acionista opte por enviar o BVD diretamente à Companhia, para que o Boletim seja considerado válido e os votos nele consignados computados para fins de quórum da AGO, o acionista ou seu representante legal deverá:

- (i) Acessar o seguinte endereço eletrônico: <https://assembleia.ten.com.br/719275915>;
- (ii) Realizar o cadastro no endereço eletrônico acima, criando login e senha únicos, e enviar a documentação exigida, nos termos dos itens 2.1 e 2.2 desta Proposta (conforme aplicável);
- (iii) Uma vez aprovado o cadastro, preencher adequadamente todos os campos de votação na aba correspondente ao Boletim; e
- (iv) Confirmar o envio do voto.

Se considerado válido pela Companhia, o Boletim enviado por acionista que opte pelo voto a distância será considerado como comparecimento à AGO para todos os fins da LSA.

Nos termos da RCV 81, a Companhia informará aos acionistas, por e-mail enviado ao endereço eletrônico indicado no BVD, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento dos documentos:

(i) a confirmação de recebimento do BVD e se o Boletim e os documentos que o acompanham são suficientes para a validação do voto; ou

(ii) a solicitação de correção e/ou reenvio do BVD ou dos documentos que o acompanham, com a indicação dos procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Conforme previsto na RCV 81, o acionista poderá corrigir e/ou reenviar o BVD e/ou os documentos que o acompanham, desde que observado o prazo limite para recebimento pela Companhia indicado acima.

Os votos não serão computados caso o BVD e/ou os documentos de representação elencados no item 2.2 acima sejam apresentados (ou reapresentados e/ou corrigidos, conforme o caso) sem observância dos prazos e formalidades de entrega previstos acima.

4. Proposta da Administração

Prezados(as) Senhores(as),

Diante da convocação, na presente data, da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em **30 de abril de 2026**, às 16h00, a Administração da Companhia submete à apreciação dos acionistas a Proposta da Administração (“Proposta”) com todos os documentos e informações necessários à avaliação e deliberação pelos Acionistas das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia da AGO:

(1) Tomar as contas dos administradores, assim como examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal.

A Administração propõe a aprovação das contas dos administradores, assim como o exame, a discussão e a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório da administração, do parecer emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., na qualidade de auditores independentes da Companhia, do relatório do Comitê de Auditoria, do parecer do Conselho Fiscal e dos demais documentos previstos pela lei e regulamentação aplicáveis, divulgados em 27 de março de 2026 no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.voeazul.com.br), bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), da B3 (www.b3.com.br) e da *U.S. Securities and Exchange Commission* (“SEC”) (www.sec.gov), e publicadas no jornal “Folha de São Paulo”, nos termos da LSA.

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do artigo 10, inciso III, da RCVM 81, o conteúdo disposto no **Anexo I** à presente Proposta reflete os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, conforme informações requeridas na seção 2 do Formulário de Referência.

(2) Deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, durante o referido exercício a Companhia apurou lucro líquido no valor de R\$124.857.418,70 (cento e vinte e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e dezoito reais e setenta centavos). Nos termos da legislação aplicável, a Administração esclarece que tal lucro deverá ser absorvido por prejuízos acumulados nos exercícios sociais anteriores, cujo montante ultrapassa os referidos lucros. Dessa forma, o saldo de prejuízos acumulados da Companhia será reduzido para R\$34.693.642.705,59 (trinta e quatro bilhões, seiscentos e noventa e três milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e cinco reais e cinquenta e nove centavos), valor esse que ficará registrado na rubrica “Prejuízos Acumulados”.

Nos termos do artigo 10, parágrafo único, inciso II, da RCV 81, o **Anexo II** à presente Proposta contém as informações detalhadas referentes à proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme Anexo A da RCV 81.

(3) Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026.

A Administração propõe a remuneração anual global ordinária dos membros do Conselho de Administração, do Comitê Estratégico e da Diretoria Executiva para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, no montante de **R\$39.050.526,39 (trinta e nove milhões, cinquenta mil, quinhentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos)**, acrescida do montante relativo às outorgas realizadas ou a serem realizadas durante o exercício de 2026 com base no Plano de Ações Restritas da Companhia aprovado em 12 de fevereiro de 2026 ("Plano 2026") conforme descrito abaixo.

O Comitê Estratégico tem a intenção de realizar, ao longo do exercício de 2026, a outorga da totalidade de opções previstas no Plano 2026, o qual prevê outorga de ações restritas ou opções representativas de até 7% (sete por cento) do capital social da Companhia.

Os valores apresentados abaixo representam a melhor estimativa da despesa contábil das outorgas das opções de ações a serem reconhecidas no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026 e exercidas em até três anos. A Companhia informa, ainda, que não houve outorga de ações restritas ou opções de ações no ano calendário de 2025, sendo que no ano calendário de 2025 foram canceladas 16.927.699 (dezesesseis milhões, novecentos e vinte e sete mil, seiscentos e noventa e nove) opções de ações, RSUs e *Phantom Shares*.

Em função das outorgas descritas acima, a presente proposta de remuneração global deverá englobar:

(i) um valor adicional de até **R\$88.174.737.30 (oitenta e oito milhões, cento e setenta e quatro mil, setecentos e trinta e sete reais e trinta centavos)** referente à outorga de opções de ações a certos membros do Conselho de Administração e do Comitê Estratégico por suas atuações na efetiva implementação do Plano de Reorganização no âmbito do *Chapter 11* do *Bankruptcy Code* dos Estados Unidos da América perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York*.

(ii) um valor adicional de até **R\$171.794.480.87 (cento e setenta e um milhões, setecentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos)**, referente às outorgas aos demais membros do Conselho de Administração, do Comitê Estratégico e da Diretoria Executiva, sendo que uma parcela desse valor poderá ser alocada para até 50 (cinquenta) membros-chave da Companhia que não possuem cargo estatutário.

A Companhia reforça que as despesas a serem reconhecidas contabilmente referentes ao Plano 2026 não configuram saída de caixa da caixa da Companhia e que os valores descritos em (i) e (ii) acima serão adimplidos mediante entrega de ações em tesouraria ou emissão de novas ações da Companhia, conforme previsto no Plano 2026.

Dessa forma, considerando o valor total da remuneração ordinária a ser adimplido aos administradores da Companhia, bem como o valor contábil das outorgas de ações com base no Plano 2026, o montante da remuneração anual global a ser aprovado em assembleia totaliza **R\$299.019.744,56 (duzentos e noventa e nove milhões, dezenove mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).**

Esclarecemos, ainda, que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, conforme estabelecido no artigo 13, inciso II, da RCV 81, se encontram dispostas no **Anexo III** desta Proposta, no qual constam as informações requeridas na seção 8 do Formulário de Referência.

5. Instalação do Conselho Fiscal

Embora não conste da ordem do dia da AGO, a Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, permite que acionistas representando, no mínimo, 2% (dois por cento) do total das ações ordinárias de emissão da Companhia requeiram a instalação do Conselho Fiscal. Nesse sentido, por exigência legal, e considerando que o mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal se encerra na data da presente AGO, o BVD contém a seguinte simples pergunta:

“Deseja solicitar a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404, de 1976

[] Sim [] Não [] Abster-se”

A Companhia entende que o Comitê Estratégico e o Comitê de Auditoria são suficientes para desempenhar adequadamente as funções de supervisão que seria exercida pelo Conselho Fiscal. Tais Comitês são atualmente compostos por membros altamente qualificados e reconhecidos por sua expertise profissional e tem por missão assegurar a operacionalização e o monitoramento dos procedimentos de auditoria interna e externa, dos mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos e da coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e com o perfil de risco do negócio, à luz da legislação e da regulamentação aplicáveis, tendo desempenhado suas funções de forma adequada até a presente data. Assim, em linha com sua busca por uma estrutura corporativa enxuta e pelas razões acima expostas, a Companhia entende que a instalação do Conselho Fiscal seria redundante e representaria um custo adicional sem agregar valor adicional neste momento.

Nos termos do artigo 36, §2º, da RCV 81, caso não haja candidatos ao Conselho Fiscal, a solicitação de instalação do Conselho Fiscal formulada por meio do Boletim ficará sem efeito. Portanto, para que o Conselho Fiscal seja

instalado, deverá haver indicação de candidatos a membros efetivos e suplentes, acompanhada das informações exigidas pelo artigo 11 da RCV 81.

6. Esclarecimentos Finais

Além das informações constantes desta Proposta da Administração e seus Anexos, os acionistas da Companhia poderão acessar os demais documentos pertinentes às matérias da ordem do dia a serem deliberadas na AGO, nos termos do artigo 7º da RCV 81, a partir desta data, na sede da Companhia, em seu website de Relações com Investidores (<https://ri.voeazul.com.br>), bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), da B3 (<https://www.b3.com.br>) e da SEC (www.sec.gov).

Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas diretamente com a equipe de Relações com Investidores da Companhia, a qual se encontra à disposição para pronto atendimento pelo invest@voeazul.com.br pelo telefone +55 (11) 4831-2880.

Atenciosamente,

David Gary Neeleman
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

Data-Base: 31/12/2025

(Conforme Seção 2 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 10, III, da RCVM 81)

(Página propositalmente deixada em branco.)

2. Comentários dos Diretores:

2.1. Comentários dos Diretores sobre:

A discussão e análise sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia a seguir descritas são baseadas e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 e suas respectivas notas explicativas, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, ou "IASB".

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estarão disponíveis no site da Companhia (ri.voeazul.com.br) e no site da CVM (gov.br/cvm).

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a sua visão e percepção sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras com os respectivos exercícios sociais.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Os Diretores destacam, no entanto, que estas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e o crescimento da economia brasileira.

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, nosso saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não-circulante foi de R\$1.017,9 milhões, R\$2.322,4 milhões e R\$2.677,6 milhões, representando 4,7%, 11,9% e 14,4% da receita líquida, respectivamente

Nossa liquidez imediata (que corresponde ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não-circulante, e contas a receber) em 31 de dezembro de 2025 era de R\$3.770,1 milhões, em comparação com R\$4.097,7 milhões em 31 de dezembro de 2024 e R\$3.787,0 milhões em 31 de dezembro de 2023. Esta liquidez imediata representa 17,4% da nossa receita dos últimos doze meses.

A liquidez total incluindo depósitos, reservas de manutenção, investimentos de longo prazo e recebíveis foi de R\$3,7 bilhões em 31 de dezembro de 2025. Isto não inclui peças de reposição ou outros ativos livres não onerados, como as nossas unidades de negócio Azul Fidelidade, Azul Cargo e Azul Viagens.

A seguir, são apresentados os principais indicadores de liquidez:

Em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Liquidez corrente ⁽¹⁾	0,2	0,3	0,3
Liquidez seca ⁽²⁾	0,2	0,2	0,3
Liquidez imediata ⁽³⁾	0,0	0,1	0,1
Estrutura de capital ⁽⁴⁾	(1,8)	(1,9)	(2,0)
Endividamento financeiro ⁽⁵⁾	(0,8)	(0,5)	(0,5)
Liquidez geral ⁽⁶⁾	36,7%	38,2%	40,1%

(1) Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

(2) Corresponde ao ativo circulante menos o saldo de estoques, dividido pelo passivo circulante.

(3) Corresponde à soma do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulantes e aplicações financeiras vinculadas circulante dividido pelo passivo circulante.

(4) Corresponde à soma do passivo circulante com o passivo não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido.

(5) Corresponde ao saldo de empréstimos e financiamentos circulante e não-circulante dividido pelo patrimônio líquido.

(6) Corresponde ao saldo do ativo, excluindo os saldos das rubricas de imobilizado e intangível, dividido pela soma do passivo circulante e não circulante.

A seguir, apresentamos um sumário das contas patrimoniais consolidadas nos períodos indicados:

Em 31 de dezembro de (em milhares de reais)	2025	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	991.644	1.210.009	1.897.336
Aplicações financeiras circulante e não-circulante	26.286	1.112.352	780.312
Contas a receber	2.722.742	1.775.374	1.109.408
Subarrendamento a receber	0	0	30.802
Depósitos em garantia e reservas de manutenção	502.085	3.392.662	2.293.496
Direito de uso – arrendamentos	8.389.109	10.175.605	8.075.901
Direito de uso – manutenção de aeronaves	1.735.915	1.295.074	935.657
Imobilizado	2.772.299	3.034.554	2.295.849
Total de ativos	23.637.914	26.274.943	20.532.908
Empréstimos e financiamentos circulantes	13.783.259	2.331.520	1.125.858
Empréstimos e financiamentos não-circulante	9.276.345	12.774.218	9.774.664
Passivo de arrendamento circulante	3.353.501	4.928.197	3.349.056
Passivo de arrendamento não-circulante	9.357.562	12.410.501	9.106.771

Em 31 de dezembro de 2025 obtivemos um índice de alavancagem (dívida líquida/EBITDA Ajustado) de 4,8x, uma redução de 0,1 ponto em relação a 31 de dezembro de 2024. Essa redução se deve principalmente devido à valorização do real frente ao dólar neste ano.

Em 31 de dezembro de 2024 obtivemos um índice de alavancagem (dívida líquida/EBITDA Ajustado) de 4,9x, um aumento de 1,2 ponto em relação a 31 de dezembro de 2023. Esse aumento se deve principalmente à desvalorização do real frente ao dólar americano durante o ano, o que impactou a nossa dívida denominada em dólar.

Em 31 de dezembro de 2023 obtivemos um índice de alavancagem (dívida líquida/EBITDA Ajustado) de 3,7x, em linha com nossa perspectiva e uma redução de 2 pontos em relação a 31 de dezembro de 2022. Essa redução foi resultado do plano de otimização de capital, ou seja, a bem-sucedida oferta de troca dos títulos de dívida e a nova emissão de notas seniores com garantias e as renegociações com arrendadores e fornecedores.

Em 31 de dezembro de (em milhares de reais)	2025	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	991.644	1.210.009	1.897.336
Total do Ativo	23.637.914	26.274.943	20.532.908
Empréstimos e financiamentos	23.059.604	16.163.785	10.900.522
Passivo de Arrendamento	12.711.063	17.338.698	12.455.827
Total do patrimônio líquido	(29.038.062)	(30.435.270)	(21.327.844)
Total do passivo e patrimônio líquido	23.637.914	26.274.943	20.532.906

Em 28 de maio de 2025, a Companhia deu início a um processo voluntário de reestruturação nos Estados Unidos, sob o *Chapter 11*, que foi encerrado em 20 de fevereiro de 2026. O *Chapter 11* é um processo de reorganização financeira supervisionado pela Corte dos Estados Unidos, que permite a reestruturação do passivo mantendo a operação em curso.

Como parte do *Chapter 11*, a Companhia celebrou Acordos de Apoio à Reestruturação (“*Acordos*”) com seus principais *stakeholders*, incluindo detentores de títulos da Companhia, sua maior arrendadora, a AerCap – que representa a maior parte das obrigações da Companhia com *leasing* –, e os parceiros estratégicos United Airlines e American Airlines. Os Acordos visaram transformar a estrutura de capital da Companhia, por meio de redução significativa do endividamento e geração positiva de caixa.

Em 30 de maio de 2025, a Companhia recebeu todas as aprovações judiciais preliminares solicitadas no âmbito da audiência inicial relacionada ao pedido voluntário de *Chapter 11*. Entre outras medidas

aprovadas, destaca-se a autorização para acesso imediato a US\$ 250 milhões de seu financiamento DIP (*Debtor-in-Possession*) de US\$1,6 bilhão, aprovado preliminarmente pelo Tribunal. Essa injeção de capital, somada às receitas geradas pelas operações e às demais aprovações obtidas, assegura à Companhia a liquidez necessária para sustentar as operações ininterruptamente, à medida que a Companhia trabalha para transformar seu futuro financeiro.

Em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia publicou um Fato Relevante, comunicando aos seus acionistas e ao mercado em geral, todas as condições precedentes para a eficácia (*effective date*) prevista no plano de reorganização da Companhia (previamente homologado em 19 de dezembro de 2025) foram cumpridas ou renunciadas nos termos nele previstos, e o Plano tornou-se eficaz e foi substancialmente consumado, culminando na saída (*emergence*) da Companhia do processo, no âmbito do *Chapter 11*.

Para informações adicionais sobre o *Chapter 11*, veja o item 1.16 deste Formulário de Referência.

b. Estrutura de capital:

A seguir, apresentamos um resumo da nossa estrutura de capital nos períodos indicados:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Passivo Circulante e não Circulante (capital de terceiros)	52.675.976	56.710.213	41.860.757
Patrimônio Líquido (capital próprio)	(29.038.062)	(30.435.270)	(21.327.848)
Capital de Terceiros ⁽¹⁾	222,85%	215,83%	203,87%
Capital Próprio ⁽²⁾	122,85%	-115,83%	-103,87%

⁽¹⁾ O capital de terceiros corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido.

⁽²⁾ Capital próprio refere-se ao Capital Social da Companhia.

Capital de Terceiros

O aumento de nosso nível de endividamento em 31 de dezembro de 2025 deve-se principalmente ao aumento de R\$8,1 bilhões em empréstimos e financiamentos decorrente do DIP acessado no ano, aos juros acumulados e não pagos no período e à apreciação de 3,7% do real no fim do período frente ao dólar.

Atuamos em um setor intensivo em capital e nosso nível de endividamento deve-se principalmente à necessidade de financiamento de novas aeronaves e de capital de giro para sustentar o crescimento de nossas operações. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o capital de terceiros representava 222,85%, 215,83% e 203,87% em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente.

Acreditamos que a nossa atual estrutura de capital é adequada para fazer frente aos nossos investimentos e às nossas obrigações, tendo em vista o desempenho de nossos indicadores financeiros e condição patrimonial.

Seguindo o plano abrangente e permanente desenvolvido pela Companhia, desenhado para melhorar a geração de caixa da Azul e fortalecer sua estrutura de capital, envolvendo os principais stakeholders incluindo arrendadores e fabricantes de equipamentos originais, em 2024 negociamos as Transações de Reestruturação, as quais tiveram fases relevantes concluídas em janeiro de 2025 e incluíram transações de reestruturação e recapitalização com praticamente todos os nossos detentores de títulos, por meio de ofertas de troca e solicitações de consentimento, incluindo a emissão das Novas Notas de Troca e das Notas de Superprioridade, e a reestruturação de praticamente todas as nossas obrigações com certos arrendadores, fabricantes e outros fornecedores.

Adicionalmente, em fevereiro de 2026, a Azul comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que concluiu o seu processo de reestruturação financeira sob o *Chapter 11*, com a captação de US\$ 1,375 bilhão através da emissão de *Senior Notes* e US\$950 milhões em *equity* por meio de compromissos celebrados com investidores estratégicos.

Para informações adicionais sobre o *Chapter 11*, veja o item 1.16 deste Formulário de Referência.

Capital Próprio

O capital próprio em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$29.038.062 bilhões negativos, R\$30,4 bilhões

negativos em 31 de dezembro de 2024 e R\$21,3 bilhões negativos em 31 de dezembro de 2023. A variação do saldo do capital próprio é decorrente, principalmente, do resultado financeiro da Companhia, que supera em aproximadamente R\$11,5 bilhões o lucro operacional, devido às variações cambiais mencionadas acima e aos juros sobre arrendamentos, empréstimos e financiamentos.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, nosso passivo circulante totalizou R\$29.473,2 milhões, R\$ 21.342,3 milhões e R\$14.748,9 milhões, respectivamente. O saldo de passivo circulante nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 inclui R\$6.240,7 milhões, R\$6.326,0 milhões e R\$5.205,9 milhões, respectivamente, relacionados à receita diferida de transportes a executar. Esta obrigação é realizada mediante a prestação do serviço e não resulta em desembolso direto de caixa.

O aumento do passivo circulante da Companhia ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 em relação ao exercício social anterior se deve, principalmente, ao crescimento dos saldos de empréstimos e financiamentos de curto prazo, impulsionado pela entrada da última parcela do financiamento DIP, e pelos efeitos da desvalorização do real frente ao dólar, que elevaram os passivos de arrendamento e dívidas denominadas em moeda estrangeira.

Nosso índice de alavancagem, expresso pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado pelo efeito dos eventos não-recorrentes foi de 4,8 vezes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 4,9 vezes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Nosso índice de alavancagem diminuiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado com 31 de dezembro de 2024. A alavancagem se deve principalmente devido à valorização do real frente ao dólar neste ano, o que impactou nossa dívida denominada em dólar, além dos R\$6,0 bilhões em dívida levantados no período como parte do nosso plano de reestruturação.

Os diretores da Companhia entendem que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, embora não seja possível garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza na economia brasileira, suas operações e fluxos de caixa futuros. Caso a Azul entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar suas atividades e investimentos ou renegociar os termos e condições de suas dívidas de curto prazo, acredita ter capacidade para contratá-los, principalmente tendo em vista o encerramento do seu processo de reestruturação financeira.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

Historicamente, nosso investimento vem sendo financiado por uma combinação entre a geração própria de caixa e recursos de terceiros, composto, principalmente, por contratos de empréstimos e financiamentos.

Financiamos nossas aeronaves através de contratos de arrendamento operacional ou arrendamento financeiro. Os arrendamentos operacionais podem ser realizados através da venda da aeronave e arrendamento junto ao próprio comprador (*sale and leaseback*), ou através de contratos diretos com arrendadores. A maioria das nossas operações com arrendamento financeiro são realizadas com recursos de terceiros que englobam a maior parte do preço de compra das aeronaves. O valor restante é financiado pelo nosso caixa ou alternativas de financiamento.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, as fontes de investimento em capital de giro e ativo não-circulante utilizadas pela Companhia seguiram o mesmo padrão descrito acima.

Os diretores da Companhia entendem que essas iniciativas são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do seu passivo financeiro.

Após o encerramento do seu processo de reestruturação financeira sob o *Chapter 11*, a Companhia mantém seu compromisso de evitar o vencimento antecipado de tais contratos com o objetivo de preservar níveis saudáveis de liquidez.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Sempre que apropriado, obteremos empréstimos e financiamentos para fazer frente aos nossos investimentos e às nossas obrigações.

A Companhia pretende continuar a financiar suas operações por meio da geração futura de caixa decorrente de suas atividades operacionais e de operações de captação de recursos no mercado financeiro. Não obstante essas fontes de recursos terem sido suficientes no passado, no futuro, e caso os diretores da Companhia julguem pertinente, podem ser utilizadas outras fontes para financiar sua necessidade de capital de giro no curto prazo, como o mercado de capitais, ou a contratação de financiamentos com instituições financeiras com as quais a Companhia tem relacionamento.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Grande parte do nosso endividamento é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras celebrados por nossa controlada Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("Azul Linhas Aéreas") que visam garantir recursos para nossos investimentos cujos objetivos são, basicamente, a expansão da nossa frota de aeronaves e capital de giro.

As principais garantias oferecidas para a captação de linhas de financiamento têm sido notas promissórias, a cessão dos direitos sobre parte dos nossos recebíveis, alienação fiduciária de algumas de nossas aeronaves, peças e equipamentos, do hangar de Viracopos e das ações da subsidiária não-operacional IntelAzul S.A. (anteriormente denominada "Tudo Azul S.A."), fiança e avais prestados por nós.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor de nossos principais contratos financeiros, nos períodos indicados:

	Encargos Financeiros	2025	2024	2023
Em moeda estrangeira (R\$ milhares)				
Senior notes 2024	5,9%	-	-	332.099
Senior notes 2026	7,3%	187.585	196.241	152.572
Senior notes 2028	11,9%	19.259	6.196.281	3.922.731
Senior notes 2029	11,5%	29.246	1.533.659	1.165.545
Senior notes 2030	10,9%	192.422	3.649.185	2.777.513
Senior notes 2028 New 1L	11,9%	6.348.705	-	-
Senior notes 2029 New 2L	11,5%	933.400	-	-
Senior notes 2030 New 2L	10,9%	2.133.376	-	-
Bridge notes 2025	-	-	976.968	-
New Bridge Notes	-	-	-	-
DIP - 2026	15,0%	9.594.861	-	-
Notas Superprioritárias	-	-	-	-
Aeronaves, motores e outros	SOFR 1M + 4,6%	646.364	729.110	79.086
	SOFR 3M + 2,6%	220.330	116.145	-
	4,7%	11.694	145.822	284.279
Cartas de Crédito Executadas	-	1.376.106	-	-
Em moeda nacional (R\$ milhares)				
Aeronaves, motores e outros	Selic+ 5,5%	-	-	12.771
	6,5%			23.596
Debêntures	CDI+ 4,0%	658.473	841.858	919.072

Derivativos Executados	-	38.241	-	-
Cartas de Crédito Executadas	-	669.542	-	-
Outros	-	-	596.148	29.648

Total em R\$

Circulante	13.783.259	2.207.199	1.100.051
Não circulante	9.276.345	12.774.218	8.598.861

Em 31 de dezembro de 2025, tínhamos 263 aeronaves e motores sob arrendamento operacional com um saldo agregado de R\$11.824,6 milhões, 29 aeronaves e motores mantidos sob arrendamento financeiro, com um total em aberto de R\$707,6 milhões, tendo como garantia a aeronave subjacente e 30 aeronaves e motores próprios, que estão contabilizadas no Ativo Imobilizado no valor líquido de depreciação de R\$1.284,1 milhões.

A seguir, apresentamos uma breve descrição de contratos financeiros relevantes celebrados com nossos principais credores vigentes em 31 de dezembro de 2025:

Sênior notes 2026

Em junho de 2021, a controlada Azul Investments LLP concluiu uma captação bruta de recursos financeiros no exterior no valor total do principal de US\$600 milhões, equivalente a R\$3,1 bilhões, na linha de capital de giro, denominada Sênior Notes 2026, e com um cupom de 7,25% por ano, com amortizações semestrais e vencimento do principal em junho de 2026. A Companhia incorreu em custos de captação de R\$75.645 milhões para contratação do empréstimo, que serão amortizados ao longo do contrato, conforme requerido pelo CPC-48, equivalente ao IFRS-9. A Companhia e sua controlada Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. prestaram garantia irrevogável, incondicional e integral para honrar o pagamento das obrigações relacionadas à dívida, e os recursos líquidos provenientes da emissão serão utilizados pela Companhia para propósitos corporativos em geral.

Em julho de 2023, a subsidiária Azul Investments concluiu suas ofertas de troca e como consequência a subsidiária Azul Secured emitiu R\$2.725.010 milhões (equivalente a US\$568.219 milhões) de valor principal, com juros de 10,9% a.a. e vencimento em 2030 (que foram emitidas em troca de R\$2.725.166 milhões (equivalente a US\$568.252 milhões) de valor principal agregado das "Senior Notes 2026").

O saldo remanescente dessa emissão segue com o fluxo de pagamento de juros e amortização nas datas originais.

O saldo em aberto dessa emissão, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 187,585 milhões.

Debênture Conversível

Dívida pertencente à Azul S.A., contratada em novembro de 2020, com vencimento em outubro de 2025. Valor total de R\$1.745,9 milhões, sendo 1.745.900 milhões debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 na data de emissão. Deste total, os investidores âncoras (Knighthead Capital Management LLC e a Certares Management LLC) possuem 1.668.720 debêntures.

As debêntures são da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, consistindo: (i) na Garantia Fiduciária de Ações da subsidiária não-operacional IntelAzul S.A.; (ii) na Garantia Fiduciária do Hangar de Viracopos; (iii) na Garantia Fiduciária de Direitos de Propriedade Intelectual; e (iv) na Garantia Fiduciária de Direitos Creditórios. Adicionalmente, as Debêntures serão garantidas: (v) pela Fiança; e (vi) pela *Guarantee*.

A taxa de juros da emissão é de 7,5% a.a. ano, base 360 dias, durante o primeiro ano. Estes juros serão incorporados ao principal ao final do período. A partir de outubro de 2021, a taxa de juros é de 6,0% a.a., base 360, com pagamentos semestrais a partir de abril de 2022 até o vencimento. O valor de principal é amortizado em uma única parcela no vencimento da operação. Além disso, a remuneração de juros e principal leva em consideração a variação de dólar PTAX entre o dia anterior à data de emissão e o dia anterior a cada um dos pagamentos subsequentes.

Em julho e agosto de 2023, a Companhia e os debenturistas celebraram alterações nas condições originais das dívidas de debêntures conversíveis. Em resumo:

- Preço de conversão: de R\$32,26 para R\$22,78 por ação preferencial;

- Taxa de juros nominal: de 6,0% a.a. para 12,3% a.a.; e
- Prazo e data de vencimento: de outubro de 2025 para outubro de 2028.

O resgate antecipado obrigatório corresponde a R\$542.496 milhões (equivalente a US\$108.900 milhões) e foi determinado da seguinte forma:

- o valor de resgate de cada debênture passível foi de 120% do valor nominal unitário atualizado das debêntures, ou seja, o valor nominal unitário atualizado das debêntures acrescido de prêmio de 20% sobre o valor acima mencionado; e
- todos e quaisquer juros e atualizações monetárias incorridos e não pagos.

Em 28 de janeiro de 2025 foi celebrado o “*Quinto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Primeira Emissão de Azul S.A.*” (“Quinto Aditamento”), pelo qual (a) foi alterado o preço de conversão (“Preço de Conversão”) e fórmula de cálculo da conversão das Debêntures em ações preferenciais de emissão da Companhia; (b) foram incluídas novas garantias e alterados determinados termos e condições relacionados às garantias já existentes, bem como do regime de compartilhamento das Garantias Compartilhadas; (c) foi incluído mecânica de prioridade (ranking) no pagamento das dívidas da Companhia e suas subsidiárias e no provento oriundo da excussão das Garantias Compartilhadas entre as Debêntures e as Novas Dívidas; (d) foram alteradas determinadas obrigações assumidas e/ou a serem assumidas pela Companhia e/ou pelas Garantidoras, no âmbito da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia (conforme definido na Escritura de Emissão); (e) foram incluídos e alterados determinados Eventos de Inadimplemento das Debêntures; (f) foram incluídas e alteradas determinadas obrigações na Cláusula 8.1 (Obrigações adicionais da Companhia e Garantidores) da Escritura de Emissão; (g) foram alterados determinados eventos de resgate integral e/ou parcial obrigatório das Debêntures ou de recompra obrigatória das Debêntures; e (h) foi alterada a fórmula para apuração do Valor Nominal Atualizado.

Em 24 de março de 2025 foi celebrado o “*Sexto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Primeira Emissão de Azul S.A.*” (“Sexto Aditamento”), de modo a refletir o valor determinado ao Preço de Conversão.

Como parte da reestruturação da dívida da Companhia foram emitidas notas Superprioritárias e anunciado um aumento de capital, o que resultou na necessidade de celebrar algumas alterações nos termos das condições das debêntures conversíveis, tal como um pacote de garantia “*first out basis*”, além de ter como garantia o direito de uso de um hangar no aeroporto de Viracopos e alguns materiais para a operação dele. O preço de conversão foi ajustado para R\$3,3736 por ação preferencial, sujeito a ajuste de acordo com os termos) e um aumento de 6,5% no valor do principal das debêntures conversíveis no que diz respeito ao “*consent fee*” relacionado à reestruturação da dívida.

O saldo em aberto deste contrato, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 390,917 milhões.

10ª emissão pública de debêntures da Azul Linhas Aéreas

Em dezembro de 2018, a Azul Linhas Aéreas realizou a sua décima distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 20.000 debêntures simples de série única, com valor nominal unitário de R\$10,0 mil, totalizando na data da emissão R\$200,0 milhões. As debêntures vencem em dezembro de 2028, sendo o valor nominal unitário das debêntures amortizado a partir de junho de 2023 e será amortizado em parcelas sucessivas e trimestrais até dezembro de 2028.

Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios de 116,9% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, “extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de integralização (inclusive) ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, segundo os critérios dispostos no caderno de fórmulas da B3, disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>).

As debêntures contam com: (i) garantia real representada na forma de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Azul Linhas Aéreas; e (ii) fiança da Companhia.

A remuneração das debêntures será paga semestralmente, a contar da data de emissão, sempre no dia 20 dos meses de junho e dezembro, sendo o primeiro pagamento em 20 de junho de 2019 e o último na data de vencimento ou na data em que ocorrer o resgate antecipado facultativo ou o vencimento antecipado das debêntures, se for o caso.

A não-manutenção de determinados índices financeiros, medidos anualmente em 31 de dezembro (*covenants*), poderá acarretar o vencimento antecipado das obrigações, mediante o não cumprimento das obrigações abaixo: (i) o índice de cobertura do serviço da dívida deverá ser igual ou superior a 1,2x (uma vez), sendo obtido pela divisão do valor da geração de caixa pelo serviço da dívida; e (ii) a alavancagem deverá ser igual ou inferior a 5x (cinco vezes e meia) em 2024 e 2025 e 4,5x (quatro vezes e meia) em 2026 e 2027, sendo obtido pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA.

Em dezembro de 2020 foi assinada a renegociação dos fluxos de pagamento da debênture com o Banco do Brasil, sendo o vencimento alterado de dezembro de 2021 para dezembro de 2023. Além disso, o principal, que era amortizado em duas parcelas iguais em dezembro de 2021 e dezembro de 2022, passa a ser amortizado em 18 parcelas mensais a partir de julho de 2022, com término previsto em dezembro de 2023. Os juros acumulados durante o período de remuneração serão capitalizados ao fluxo do principal, junto com sua amortização. A taxa de juros passa a ser de 122% CDI para CDI + 3,0% a partir da data de assinatura da renegociação. Os juros devem ser pagos semestralmente, em dezembro de 2020, junho de 2021 e dezembro de 2021 e posteriormente devem ser pagos em 18 parcelas mensais, a partir de julho de 2022 a dezembro de 2023.

Em junho de 2022 foi assinada a renegociação dos fluxos de pagamento, sendo o vencimento alterado para dezembro de 2027, com fluxos irregulares de amortização em 2022, e a retomada dos fluxos regulares de amortização trimestral a partir de março de 2023. A taxa de juros passa a ser CDI + 5%aa.

Durante o primeiro trimestre de 2023, a subsidiária Azul Linhas Aéreas renegociou os termos das debêntures, de modo amortizar parcialmente o saldo devedor, estender o prazo de vencimento de dezembro de 2027 para dezembro de 2028, e suspensão temporária da cessão fiduciária de direitos creditórios para o ano de 2023. Não houve alteração nas taxas de juros.

Durante o segundo trimestre de 2024, a subsidiária ALAB renegociou os termos das debêntures, de modo a postergar a data de vencimento das parcelas de principal de 2024 para março de 2025. Não houve alteração nas taxas de juros.

Em setembro de 2025, a Companhia renegociou os termos da 10ª emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, resultando na postergação da data de vencimento para fevereiro de 2031, alteração da periodicidade de amortização do principal e dos juros para mensal, a partir de março de 2026 e setembro de 2025, respectivamente, e definição da taxa de remuneração em CDI + 3% a.a. a partir de setembro de 2025. Além disso, a Companhia obteve waiver para os *covenants* financeiros referentes ao exercício de 2025.

Os recursos líquidos captados por meio da 10ª (décima) emissão foram destinados ao reforço de caixa da Companhia, no curso normal de seus negócios.

O saldo em aberto desta emissão, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$131,919 milhões.

9ª emissão pública de debêntures da Azul Linhas Aéreas

Em junho de 2018, a Azul Linhas Aéreas realizou a sua nona distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 50.000 debêntures simples de série única, com valor nominal unitário de R\$10,0 mil, totalizando na data da emissão R\$500,0 milhões. As debêntures vencem em dezembro de 2028, sendo o valor nominal unitário das debêntures amortizado a partir de julho de 2022, em parcelas mensais até a data do vencimento.

Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios de 122,0% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de integralização (inclusive) ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, segundo os critérios dispostos no caderno de fórmulas da B3, disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>).

As debêntures contam com (i) garantia real representada na forma de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Azul Linhas Aéreas; e (ii) fiança da Companhia.

A remuneração das debêntures será paga semestralmente, a contar da data de emissão, sempre nos meses de junho e dezembro, sendo o primeiro pagamento em dezembro de 2018 e o último na data de vencimento ou na data em que ocorrer o resgate antecipado facultativo ou o vencimento antecipado das debêntures, se for o caso.

A não-manutenção de determinados índices financeiros, medidos anualmente em 31 de dezembro (*covenants*), poderá acarretar o vencimento antecipado das obrigações, mediante o não cumprimento das obrigações abaixo: (i) o índice de cobertura do serviço da dívida deverá ser igual ou superior a 1,2x (uma vez), sendo obtido pela divisão do valor da geração de caixa pelo serviço da dívida; e (ii) a alavancagem deverá ser igual ou inferior a 5,0 em 2024 e 2025; e 4,5 em 2026 e 2027, sendo obtido pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA.

Os recursos líquidos captados por meio da 9ª (nona) emissão foram destinados ao pagamento total, no vencimento, das notas promissórias comerciais provenientes da 6ª (sexta) emissão de notas promissórias comerciais da Companhia nos termos da Instrução CVM nº 566, de 31 de julho de 2015, objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei 6.385, da Instrução da CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, no valor total de R\$300 milhões, com data de emissão de dezembro de 2017 e com data de vencimento em junho de 2018, e para o reforço de caixa da emissora, no curso normal de seus negócios.

Em dezembro de 2020, foi concluída a renegociação do fluxo de amortização da debênture com o Banco do Brasil, sendo o vencimento alterado de dezembro de 2021 para dezembro de 2023. Além disso, o principal que era amortizado em duas parcelas iguais em dezembro de 2021 e dezembro de 2022, passa a ser amortizado em 18 parcelas mensais começando em julho de 2022, com término previsto para dezembro de 2023. Os juros acumulados durante o período de remuneração serão capitalizados ao fluxo o principal junto com sua amortizado. A taxa de juros passa a ser de 122% CDI para CDI + 3,0%, a partir da data de assinatura da renegociação. Os juros devem ser pagos semestralmente, em dezembro de 2020, junho de 2021 e dezembro de 2021 e posteriormente deverão ser pagos em 18 parcelas mensais, a partir de julho de 2022 a dezembro de 2023.

Em junho de 2022 foi assinada a renegociação dos fluxos de pagamento, sendo o vencimento alterado para dezembro de 2027, com fluxos irregulares de amortização em 2022, e a retomada dos fluxos regulares de amortização trimestral a partir de março de 2023. A taxa de juros passa a ser CDI + 5%aa.

Durante o primeiro trimestre de 2023, a subsidiária Azul Linhas Aéreas renegociou os termos das debêntures, de modo amortizar parcialmente o saldo devedor, estender o prazo de vencimento de dezembro de 2027 para dezembro de 2028, e suspensão temporária da cessão fiduciária de direitos creditórios para o ano de 2023. Não houve alteração nas taxas de juros.

Durante o segundo trimestre, a subsidiária ALAB renegociou os termos das debêntures, de modo a postergar a data de vencimento das parcelas de principal de 2024 para março de 2025. Não houve alteração nas taxas de juros.

Em setembro de 2025, a Companhia renegociou os termos da 9ª emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, resultando na postergação da data de vencimento para fevereiro de 2031, alteração da periodicidade de amortização do principal e dos juros para mensal, a partir de março de 2026 e setembro de 2025, respectivamente, e definição da taxa de remuneração em CDI + 3% a.a. a partir de setembro de 2025. Além disso, a Companhia obteve waiver para os *covenants* financeiros referentes ao exercício de 2025.

O saldo em aberto desta emissão, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$330,027 milhões.

12ª emissão pública de debêntures da Azul Linhas Aéreas

Durante o segundo trimestre de 2024, a subsidiária ALAB outorgou a 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor principal de até R\$600.000, com valor nominal unitário de R\$1.000, taxa equivalente a CDI+6,25% a.a. e vencimento em junho de 2026. Os juros incidentes serão amortizados mensalmente. Foram efetivamente emitidas debêntures no valor equivalente a R\$ 303.333.

As debêntures contam com (i) garantia real representada na forma de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Azul Linhas Aéreas; e (ii) fiança da Companhia.

A não-manutenção de determinados índices financeiros, medidos anualmente em 31 de dezembro (*covenants*), poderá acarretar o vencimento antecipado das obrigações, mediante o não cumprimento do índice de alavancagem igual ou menor a 3,75x, a partir de 31 de dezembro de 2024, calculado através do índice obtido por dívida líquida ajustada/EBITDA ajustado, além do caixa mínimo de R\$ 1.000.000 a ser medido trimestralmente. Os recursos foram integral e exclusivamente utilizados para o pagamento de fornecimento de combustíveis de aviação.

Em 17 de junho de 2025, em função da entrada da Azul no processo de Chapter 11, foi declarado o

vencimento antecipado da operação, conforme previsto nos termos da escritura de emissão.

O saldo em aberto desta emissão, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$196,537 milhões.

Sênior Notes 2028

Em julho de 2023, a subsidiária Azul Secured finalizou uma oferta privada de títulos de dívida seniores no valor principal de R\$3.831.040 (equivalente a US\$800.000), com juros de 11,9% a.a. pagos trimestralmente a partir de novembro de 2023 e vencimento do principal em agosto 2028. Os recursos líquidos serão utilizados para o pagamento de certas dívidas, obrigações e outros fins corporativos.

Em outubro de 2023, a subsidiária Azul Secured emitiu notas adicionais no valor principal de R\$186.005 milhões (equivalente a US\$36.778 milhões). Tais notas foram emitidas em troca do valor principal agregado de R\$190.819 milhões (equivalente a US\$37.730 milhões) das Senior Notes 2024.

Essa emissão compartilha um pacote de garantias conforme descrito mais adiante no item Garantias.

Em fevereiro de 2024 a subsidiária Azul Secured Finance LLP emitiu notas adicionais para a captação de até US\$148,7 milhões, equivalente a R\$740,6 milhões. A oferta foi feita para investidores qualificados domiciliados nos Estados Unidos. A remuneração é de 11,930% e o vencimento é em 2028.

Os Novos Títulos de Dívida serão garantidos pela Companhia e suas subsidiárias Azul e Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., IntelAzul S.A., ATS Viagens e Turismo Ltda., Azul IP Cayman Holdco Ltd. e Azul IP Cayman Ltd e garantida em uma base primária por um pacote de garantia compartilhada que também garantirá outras dívidas e outras obrigações. O pacote de garantias compartilhadas compreende certos recebíveis gerados pelo Azul Fidelidade (programa de fidelidade da Companhia), certos recebíveis gerados pela Azul Viagens (negócio de pacotes de viagem da Companhia) e certas marcas, nomes de domínio e algumas outras propriedades intelectuais usadas pelos negócios aéreos da Azul (excluindo a Azul Cargo), Azul Fidelidade e Azul Viagens.

Os recursos desta emissão foram destinados ao refinanciamento de dívidas.

Em fevereiro de 2024, a subsidiária Azul Secured emitiu notas adicionais no valor principal de R\$740.585 (equivalente a US\$148.700).

Em novembro de 2024, a subsidiária Azul Secured renegociou os termos dos Sênior notes 2028, de modo a incorporar ao principal, os juros a pagar de um período determinado.

Após a troca de saldo substancial para a emissão do Sênior Notes 1L – 2028 realizada durante o primeiro trimestre de 2025, o saldo de principal remanescente totalizou R\$18.754 (equivalente a US\$3.182).

O saldo em aberto dessa emissão em 31 de dezembro de 2025 é de R\$19,259 milhões.

Notes 2029

Em julho de 2023, a subsidiária Azul Investments concluiu suas ofertas de troca e como consequência a subsidiária Azul Secured emitiu R\$1.410.967 milhões (equivalente a US\$294.215 milhões) no valor principal de títulos de dívidas, com juros de 11,5% a.a. pagos trimestralmente, e vencimento do principal em 2029 (que foram emitidas em troca de R\$1.410.967 milhões (equivalente a US\$294.215 milhões) no valor principal agregado de 5,9% das “Senior Notes 2024”).

Essa emissão compartilha com um pacote de garantias conforme descrito mais adiante no item Garantias.

Em novembro de 2024, a subsidiária Azul Secured renegociou os termos dos notes 2029, de modo a incorporar ao principal, os juros a pagar de um período determinado.

Após a troca de saldo substancial para a emissão do Sênior Notes 2L – 2029 realizada durante o primeiro trimestre de 2025, o saldo de principal remanescente totalizou R\$28.565 (equivalente a US\$4.847).

O saldo em aberto dessa emissão em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 29,246 milhões.

Notes 2030

Em julho de 2023, a subsidiária Azul Investments concluiu suas ofertas de troca e como consequência a subsidiária Azul Secured emitiu R\$2.725.010 milhões (equivalente a US\$568.219 milhões) no valor principal de títulos de dívidas, com juros de 10,9% a.a. pagos trimestralmente, e vencimento do principal em 2030 (que foram emitidas em troca de R\$2.725.166 milhões (equivalente a US\$568.252 milhões) no

valor principal de 7,3% das “Senior Notes 2026”).

Em agosto de 2023 houve a amortização de R\$ 278 milhões (equivalente a U\$ 56 milhões).

Essa emissão compartilha com um pacote de garantias conforme descrito mais adiante no item Garantias.

Em novembro de 2024, a subsidiária Azul Secured renegociou os termos dos notes 2030, de modo a incorporar ao principal, os juros a pagar de um período determinado.

Após a troca de saldo substancial para a emissão do Sênior Notes 2L – 2030 realizada durante o primeiro trimestre de 2025, o saldo de principal remanescente totalizou R\$188.852 (equivalente a US\$32.046).

O saldo em aberto dessa emissão em 31 de dezembro de 2025 é de R\$192,422 milhões.

Senior Notes 2030

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia definiu as condições de repactuações e passou a firmar acordos definitivos com os arrendadores e fornecedores de serviços e peças para aeronaves, que concordaram em receber títulos de dívida negociáveis com vencimento em 2030 (“Notes”) e dívida com possibilidade de liquidação em ações preferencias da Azul ou caixa, a critério da Companhia (“Equity”) de forma a refletir a nova geração de caixa da Companhia, sua melhor estrutura de capital e a redução em seu risco de crédito.

Arrendadores

- *Notes*: R\$178,8 milhões (equivalente a US\$32,5 milhões), com juros a serem pagos trimestralmente.

Fornecedores de serviços e peças para aeronaves

- *Notes*: R\$408.541 milhões (equivalente a US\$84.386 milhões), com juros a serem pagos trimestralmente a partir de dezembro de 2023, com juros de 7,5% a.a. e vencimento do principal em junho de 2030; e

Equity: R\$192.422 milhões (equivalente a US\$33.002 milhões), com pagamentos trimestrais consecutivos, iniciando em janeiro de 2025.

Sênior Notes 1L – 2028 e Sênior Notes 2L – 2029 e 2030

Durante o primeiro trimestre de 2025, em troca do saldo substancial das Sênior notes 2028, 2029 e 2030 – (“Notas Existentes”), a subsidiária Azul Secured emitiu as Sênior notes 1L – 2028 e as Sênior notes 2L – 2029 e 2030 com as seguintes condições:

- Sênior notes 1L – 2028: R\$6.180.810 (equivalente a US\$1.048.839) em valor principal, em uma base de primeiro grau com vencimento em 2028, remuneração de 11,9% a.a. e incorporação ao principal de taxas no montante de R\$396.779;
- Sênior notes 2L – 2029: R\$1.443.339 (equivalente a US\$238.015) em valor principal, em uma base de segundo grau com vencimento em 2029, remuneração de 11,5% a.a. e incorporação de juros ao principal de R\$26.854; e
- Sênior notes 2L – 2030: R\$3.309.622 (equivalente a US\$546.620) em valor principal, em uma base de segundo grau com vencimento em 2030, remuneração de 10,9% a.a. e incorporação de juros ao principal de R\$58.290.

As Sênior notes 1L – 2028 estão garantidas em uma base de primeiro grau após os pagamentos das Notas superprioritárias, mas antes dos pagamentos das Sênior notes 2L – 2029 e 2030, além de outras dívidas e outras obrigações, conforme prioridades estabelecidas em um acordo entre credores. O pacote de garantias consiste na cessão fiduciária do fluxo de recebíveis da Azul Viagens, do programa de fidelidade e na venda fiduciária da propriedade intelectual do programa de fidelidade.

Além disso, a Companhia celebrou escrituras suplementares para alterar os termos das Notas Existentes de acordo com sua solicitação de consentimentos para eliminar substancialmente todas as cláusulas restritivas, eventos de inadimplência e garantias.

No segundo trimestre de 2025 a Companhia converteu R\$1.613.050 do valor principal das Senior notes 2L – 2029 e 2030 em 450.572.669 ações preferenciais com valor de emissão de R\$ 3,58 reais por ação e com valor justo de R\$ 1,95 reais por ação e reconheceu na demonstração do resultado, na rubrica “Conversão

de dívida em ações”, um ganho de R\$734.433.

Os saldos em aberto das emissões Sênior Notes 1L – 2028 e Sênior Notes 2L – 2029 e 2030 em 31 de dezembro de 2025 eram de R\$6.348,705 milhões, R\$933,400 milhões e R\$2.133,376 milhões, respectivamente.

Notas Superprioritárias

Durante o primeiro trimestre de 2025, a subsidiária Azul Secured emitiu Notas superprioritárias em uma oferta privada, no valor principal de R\$3.093.825 (equivalente a US\$525.000), com custos de R\$315.190, juros equivalentes a *Sofr Index* + 8,3% a.a. (caso pago em dinheiro) ou + 10,7% a.a. (caso sejam capitalizados), pagamentos de juros trimestrais, sendo o primeiro pagamento em fevereiro de 2025, e vencimento em janeiro de 2030.

Adicionalmente, os juros no montante de R\$27.508 foram incorporados ao principal. Em julho de 2025, o saldo foi liquidado.

New Bridge Notes

Em abril de 2025, a subsidiária Azul Secured 2 obteve de seus atuais detentores de título de dívida um financiamento adicional de R\$610.208 (equivalente a US\$107.656), com custos de R\$74.976, juros equivalentes a 13,5% a.a., amortização de juros mensais e vencimento em outubro de 2025.

Adicionalmente, os juros no montante de R\$20.082 foram incorporados ao principal. Em julho de 2025, o saldo foi liquidado.

Debtor in possession – DIP

Em maio de 2025 a subsidiária Azul Secured garantiu o direito à uma linha de financiamento na modalidade DIP de aproximadamente US\$1,6 bilhão, disponibilizado de acordo com a autorização do Tribunal. A Companhia obteve acesso a R\$9.080.656, líquido dos custos de captação de R\$412.881, resultando em R\$8.667.775 (equivalente a US\$1,6 bilhões), com juros equivalentes a 15,0% a.a. e vencimento em fevereiro de 2026.

Adicionalmente, os juros no montante de R\$722.849 foram incorporados ao principal.

Em julho de 2025, com os recursos do DIP, a Companhia realizou o pagamento das operações Notas Superprioritárias e New bridge notes, citadas anteriormente.

O saldo em aberto desta emissão, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$9.594,861 milhões.

Cartas de Crédito

Durante 2025, a subsidiária ALAB reconheceu o montante de R\$1.995.890, referente a execução de cartas de crédito que eram utilizadas para depósitos em garantia, reserva para manutenção e outros.

O saldo em aberto das cartas de crédito executadas, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$1.376.106 milhões.

Senior Notes 2031

No contexto da implementação do plano de reestruturação da Companhia sob o *Chapter 11*, a subsidiária Azul Secured Finance LLP, sociedade de responsabilidade limitada constituída em Delaware, lançou, em 28 de janeiro de 2026, e concluiu, em 6 de fevereiro de 2026, uma oferta privada no exterior de US\$ 1.375.000.000,00 em títulos de dívida seniores com garantia prioritária, com remuneração de 9,875% e vencimento em 2031 (as “Notes 2031”).

A emissão das Notes 2031 teve por finalidade prover o financiamento de saída (*exit financing*) da Companhia no âmbito do Plano, com o objetivo de (i) quitar o saldo devedor em aberto do financiamento DIP (*debtor-in-possession*) e (ii) utilizar eventuais recursos remanescentes, se aplicável, para apoiar a implementação do plano abrangente e permanente de reestruturação, voltado à otimização da estrutura de capital e ao aumento de liquidez.

As Notes 2031 contam com garantia da Companhia e de determinadas subsidiárias, incluindo Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., IntelAzul S.A., ATS Viagens e Turismo Ltda., Azul IP Cayman Holdco Ltd., Azul IP Cayman Ltd e Azul Conecta Ltda., além de estarem respaldadas por um pacote de garantias que inclui, entre outros, certos recebíveis gerados por Azul Fidelidade, Azul Viagens e Azul Cargo, bem como

determinadas marcas, nomes de domínio e outras propriedades intelectuais utilizadas pelos negócios aéreos da Azul e por tais unidades de negócios, além de ações e/ou quotas (conforme aplicável) das subsidiárias da Companhia.

Acordos de Apoio à Reestruturação

Em 28 de maio de 2025, a Companhia celebrou Acordos de Apoio à Reestruturação (“Acordos”) com seus principais *stakeholders*, incluindo detentores de títulos da Companhia, sua maior arrendadora, a AerCap — que representa a maior parte das obrigações da Companhia com *leasing* —, e os parceiros estratégicos United Airlines e American Airlines, com o objetivo de implementar um processo de reorganização financeira de forma proativa. Os Acordos visam transformar a estrutura de capital da Companhia, por meio de redução significativa do endividamento e geração positiva de caixa. Para implementá-los, a Companhia deu início a um processo voluntário de reestruturação nos Estados Unidos, sob o *Chapter 11*, que contempla aproximadamente US\$1,6 bilhão em financiamento durante o processo, eliminação de mais de US\$2,0 bilhões em dívidas e previsão de até US\$950 milhões em novos aportes de capital no momento da saída do processo.

Para informações adicionais sobre o *Chapter 11*, veja o item 1.16 deste Formulário de Referência.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, não possuíamos qualquer outra operação relevante de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/05: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

Nos nossos contratos de arrendamento mercantil financeiro, o arrendador tem prioridade, em relação aos demais credores, na recuperação da aeronave, nos termos do contrato aplicável.

As operações garantidas por alienação ou cessão fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os termos dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes estão descritos no item 2.1 f (i) acima.

Seguem abaixo as descrições dos nossos instrumentos de dívida relevantes que continham obrigações financeiras em 2025, 2024 e 2023. Para fins das obrigações em nossos contratos de dívida descritos nos itens (i) e (ii) abaixo, “EBITDAR” significa o EBITDA calculado de acordo com a prática de mercado mais os custos incorridos com os arrendamentos operacional e financeiro relacionados a nossas aeronaves, no exercício imediatamente anterior ao cálculo. Para fins das obrigações em nosso instrumento de dívida descrito no item (iv) abaixo, “EBITDAR” significa o lucro ou prejuízo antes dos juros e imposto de renda no período antes da dedução de qualquer valor atribuível à amortização de ativos intangíveis ou à depreciação de ativos tangíveis ou qualquer valor atribuível ao pagamento das importâncias dos arrendamentos operacionais e em cada caso com relação ao respectivo período.

(i) Debêntures não conversíveis emitidas em junho de 2018 pela Azul Linhas Aéreas no valor principal de R\$500,0 milhões, com vencimento em dezembro de 2028. Essas debêntures são garantidas por recebíveis gerados pelas vendas que utilizam cartões de crédito com a bandeira Visa, representando pelo menos trinta e três por cento do saldo em aberto das debêntures (referido na escritura de emissão da debênture como “Valor Mínimo”). Contanto que não haja nenhuma declaração de evento de inadimplemento, os recebíveis acima do Valor Mínimo podem ser usados e onerados em outras transações. Somos obrigados a observar as seguintes obrigações financeiras em 31 de dezembro de cada ano, iniciando-se em 31 de dezembro de 2019: (a) manutenção da razão entre a geração de fluxo de caixa/serviço da dívida igual ou maior do que 1,2x; e (b) manutenção da razão entre a dívida líquida/EBITDA igual ou menor do que 6,5x; Até 31 de dezembro de 2018, os covenants financeiros deste contrato eram: (a) manutenção da razão entre a geração de fluxo de caixa/serviço da dívida ajustado igual ou maior do que 1,2x; e (b) manutenção da razão entre a dívida líquida ajustada/EBITDA menor ou igual a 5,0 em 2024 e 2025, e 4,5 em 2026 e 2027. Este contrato possui cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross default* ou *cross acceleration*) em caso de

inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações financeiras acima de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(ii) Debêntures não conversíveis emitidas em 20 de dezembro de 2018 pela Azul Linhas Aéreas no valor principal de R\$200,0 milhões, com vencimento em dezembro de 2028. Essas debêntures são garantidas por recebíveis gerados pelas vendas que utilizam cartões de crédito com a bandeira Visa, representando pelo menos trinta e três por cento do saldo em aberto das debêntures (referido na escritura de emissão da debênture como “Valor Mínimo”). Contanto que não haja nenhuma declaração de evento de inadimplemento, os recebíveis acima do Valor Mínimo podem ser usados e onerados em outras transações. Somos obrigados a observar as seguintes obrigações financeiras em 31 de dezembro de cada ano, iniciando-se em 31 de dezembro de 2019: (a) manutenção da razão entre a geração de fluxo de caixa/serviço da dívida ajustado igual ou maior do que 1,2x; e (b) manutenção da razão entre a dívida líquida ajustada/EBITDAR igual ou menor do que 5,5x. Até dezembro de 2018, os covenants financeiros deste contrato eram: (a) manutenção da razão entre a geração de fluxo de caixa/serviço da dívida ajustado igual ou maior do que 1,2x; e (b) manutenção da razão entre a dívida líquida ajustada/EBITDA menor ou igual a 5,0 em 2024 e 2025, e 4,5 em 2026 e 2027. Este contrato possui cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross default* ou *cross acceleration*) em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações financeiras acima de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(iii) Financiamento para manutenção de motores GE CF34 para as aeronaves Embraer, no valor principal de até US\$209,0 milhões, com vencimento em junho de 2027. Este empréstimo possui garantia do aval da Companhia da ABGF e devemos observar as seguintes obrigações financeiras ao final de cada trimestre: (a) manutenção do caixa mínimo no montante de R\$ 1.000.000; e ao final de cada exercício fiscal: (b) alavancagem igual ou inferior a 5,5x (cinco vezes e meia), sendo obtido pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA. Este contrato possui cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross default* ou *cross acceleration*) em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações financeiras acima de US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares);

(iv) Debêntures não conversíveis emitidas em junho de 2024 pela Azul Linhas Aéreas no valor principal de R\$303.333 milhões, com vencimento em junho de 2026. Essas debêntures são garantidas por recebíveis gerados pelas vendas que utilizam cartões de crédito, conforme percentuais indicados na escritura de emissão da debênture, somos obrigados a observar a seguinte obrigação financeira em 31 de dezembro de 2024: manutenção da razão entre a dívida líquida ajustada/EBITDA igual ou menor do que 3,75x. Este contrato possui cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross default* ou *cross acceleration*) em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações financeiras acima de R\$51.570.000,00 (cinquenta e um milhões e quinhentos e setenta mil reais).

As dívidas da Companhia descritas neste item 2.1(f) possuem, conforme o caso, cláusulas restritivas habituais de contratos celebrados nos mercados financeiro e de capitais, tais como:

- Falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou qualquer das garantidoras;
- Inadimplemento das obrigações pecuniárias e não pecuniárias relativas aos respectivos instrumentos da dívida, observados eventuais períodos de cura;
- Transformação da forma societária da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- Cisão, fusão, incorporação (inclusive de ações) ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer das garantidoras;
- Mudança e/ou transferência direta ou indireta do controle acionário da Companhia, sujeito a exceções;
- Alteração da atividade preponderante prevista no objeto social;
- Falsidade ou incorreção das declarações prestadas nos respectivos instrumentos de dívida;
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações financeiras acima de determinado valor, conforme descrito de forma específica acima;
- Protesto de títulos acima de determinado valor, sujeito a exceções;
- Descumprimento de decisões judiciais, extrajudiciais e/ou arbitrais não sujeita a recurso acima de determinado valor; e
- Distribuição de dividendos acima do mandatário em caso de mora sob os instrumentos de dívida.
- Não conceder Endividamento a terceiros (incluindo controladas), conceder garantias em favor de Endividamento de terceiros (incluindo controladas) ou adquirir novos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos por terceiros (incluindo controladas)].

As cláusulas contratuais de observância de *covenants* financeiros mais comuns nas dívidas corporativas da Companhia, estão refletidas no quadro abaixo, bem como o status de atendimento de cada um deles em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023. A tabela abaixo demonstra também o saldo devedor para cada uma de suas dívidas em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

Operação	Indicadores para mensuração	31/12/2025			31/12/2024			31/12/2023		
		Saldo (BRL) - milhões	Percentual do endividamento	Status	Saldo (BRL) - milhões	Percentual do endividamento	Status	Saldo (BRL) - milhões	Percentual do endividamento	Status
9ª e 10ª Emissão de debêntures da ALAB	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ajustado (ICSD) igual ou superior a 1.2;	461.947	2,0%	Waiver	538.287	16,0%	Waiver	560.173	2,4%	Waiver
	(ii) alavancagem financeira menor ou igual a 6.5 em 2023; 5.0 em 2024 e 2025; e 4.5 a partir de 2026									
Aeronaves e Motores	(i) O saldo total de caixa no último dia do trimestre não seja inferior a R\$ 1 bilhão.	219.856	1,0%	Atingido	96.210	2,9%	Atingido	N/A	N/A	N/A
	(ii) Alavancagem: igual ou menor a 5,50, sendo o referido índice obtido por dívida líquida / EBITDA no último dia do exercício.			Não Atingido			Waiver	N/A		N/A
Senior notes 1L e 2L	(i) Liquidez Imediata superior a R\$ 350 milhões em 31 de	9.415.482	40,8%	Atingido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

	março de 2025;									
	(ii) Liquidez Imediata superior a R\$ 500 milhões a partir de 30 de junho de 2025.			Atingido			N/A			N/A
DIP	Liquidez superior a US\$90 milhões a cada quinzena, a partir de 13 de junho de 2025.	9.594.861	41,6%	Atingido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Como regra geral, nos termos da legislação aplicável, a apresentação do pedido de *Chapter 11* causa a suspensão automática (*automatic stay*) da exigibilidade de todas as obrigações da Companhia, de modo que as contrapartes estão impedidas de adotar quaisquer medidas como resultado de tais supostos inadimplementos.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2025, não possuíamos limite dentro das operações já contratadas.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão a seguir sobre a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações deverão ser lidos em conjunto com: (i) nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 e respectivas notas explicativas; e (ii) as informações constantes nos demais itens do Formulário de Referência, em especial os demais subitens da seção 2.

Receita Líquida

Nossas receitas operacionais provêm principalmente do transporte aéreo de passageiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, 92,4% de nossas receitas líquidas foram provenientes de venda de passagens aéreas e 7,6% foram provenientes de outras receitas, como o transporte de cargas e a venda de pacotes de viagem. A receita de transporte de passageiros, incluindo a receita decorrente do resgate de pontos do nosso programa de vantagens Azul Fidelidade em nossos voos, é reconhecida na partida do voo programado ou quando o bilhete expira sem ser utilizado.

As receitas de transporte de passageiros dependem de nossa capacidade, taxa de ocupação e yield. A capacidade é calculada com base na nossa oferta de assentos por quilômetros ("ASK"), que representa o número de assentos oferecidos em nossa aeronave em cada etapa de voo, multiplicado pela distância em quilômetros de cada etapa. A taxa de ocupação, ou o percentual de nossa capacidade de fato utilizado por passageiros pagantes, é calculada dividindo-se o RPK, que representa o número de quilômetros voados por passageiros pagantes, pelo número de ASK. Yield é o valor médio que um passageiro paga para voar um quilômetro. Utilizamos RASK, ou receita dividida por ASKs e PRASK, ou receita de passageiros dividida por ASKs, como nossos principais indicadores de desempenho porque acreditamos que esses indicadores nos permitem avaliar a relação entre a taxa de ocupação e yield. Desde o primeiro ano de nossas operações, mantemos uma vantagem de RASK e PRASK em relação aos nossos concorrentes em razão da eficiência de nossa frota, que nos permite atingir um melhor equilíbrio entre oferta e demanda e assim atingir maiores taxas de ocupação e yields.

Nossas receitas são apresentadas líquidas de certos tributos, incluindo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ou ICMS; o Programa de Integração Social, ou PIS; e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social ou COFINS. O ICMS não se aplica a receitas de transporte de passageiros. A alíquota de ICMS incidente sobre a operação de transporte de cargas varia de estado para estado, entre 4,0% e 22,0%. Em relação a receitas de transporte de passageiros, as alíquotas aplicáveis de PIS e COFINS são 0,65% e 3,0% respectivamente, devido a uma norma específica que determina o uso do sistema cumulativo de PIS e COFINS sobre essas receitas. As demais receitas são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% (inclusive de transporte de carga), respectivamente. O Imposto Sobre Serviços ou ISS é um imposto municipal com alíquotas de 2,0% a 5,0% incidente sobre a receita de serviços prestados.

Nossos resultados operacionais de qualquer trimestre não são necessariamente indicativos dos resultados do exercício porque a atividade de transporte aéreo está sujeita a oscilações sazonais significativas. De modo geral, esperamos que a demanda seja maior no primeiro e no quarto trimestre de cada ano em comparação ao segundo e ao terceiro trimestre. Esse aumento da demanda ocorre em razão do aumento de viagens nas épocas do Natal, Carnaval e nos períodos de férias escolares de verão. A atividade de transporte aéreo é igualmente volátil e muito afetada pelas tendências e ciclos econômicos. As oscilações no preço do combustível, nos gastos discricionários dos consumidores, intervenções nos preços das passagens, ações trabalhistas, condições climáticas e outros fatores resultaram em oscilações significativas nas receitas e resultados operacionais no passado.

Gastos com aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível

Nossos gastos com aquisição de bens do ativo imobilizado e intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, totalizaram R\$747,9 milhões, R\$1.493,8 milhões e R\$972,3 milhões respectivamente. A maioria destes gastos é relacionada à aquisição de aeronaves, aquisição de peças de reposição, revisões e checks estruturais de motores, sistemas de TI e instalações.

A grande maioria das aquisições futuras de aeronaves possuem compromissos firmes de financiamento

sob arrendamento operacional.

Custos dos serviços prestados e despesas operacionais

Empenhamo-nos em manter uma estrutura operacional de baixo custo e procuramos minimizar nossas despesas utilizando uma frota nova e eficiente, com alta taxa de utilização diária, com uma única classe de serviço, mantendo alta produtividade dos nossos tripulantes, investindo em tecnologia e dispondo de canais de distribuição de baixo custo.

Nosso maior custo operacional é com combustível de aviação, que representou 33,0%, 34,9% e 37,3% nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente, do total das nossas despesas operacionais. Os preços do combustível de aviação no Brasil são mais altos do que em vários outros países como por exemplo os Estados Unidos, visto que os preços do combustível são controlados por um único produtor e um número concentrado de distribuidores. Nossos custos com combustível são variáveis e oscilam de acordo com o preço internacional do petróleo. Como o preço do petróleo é tabelado em dólares norte-americanos, nossos custos de combustível estão sujeitos a flutuações na taxa de câmbio real/dólar norte-americano.

A tabela abaixo indica a variação da média dos preços de combustível de aviação em moeda local:

31 de dezembro de	Preço médio QAV (R\$/litro)	% Δ
2025	4,00	(5,1%)
2024	4,21	(7,7%)
2023	4,56	(16,2%)

Com o objetivo de proteger nossa exposição aos preços de combustível, realizamos contratos futuros ou a termo para compra de petróleo com bancos. Também temos a opção de comprar um produto de proteção diretamente da Petrobras, que nos permite travar o custo do combustível de aviação que consumiremos no futuro, oferecendo, assim, uma proteção mais adequada do que contratos de futuros de petróleo, que não são perfeitamente correlacionados ao combustível de aviação. Além disso, a Petrobras nos oferece a opção de travar o custo do combustível de aviação em reais, protegendo, assim, nossa exposição não apenas aos preços de combustível, mas também às taxas de câmbio real/dólar norteamericano.

Adicionalmente, os impostos locais aplicáveis à venda de combustível de aviação são altos, com alíquotas entre 0,0% e 22,50%. Os estados brasileiros aplicam alíquotas diferentes de ICMS incidente sobre o combustível, exigindo ajustes contínuos em nossas tarifas para sustentar os aumentos do preço do combustível de aviação. No Brasil, diversos estados oferecem um incentivo fiscal ou subsidiam o imposto que incide sobre combustível para as companhias aéreas que fornecem mais conectividade entre cidades dentro do estado e outros destinos domésticos ou internacionais. Dado o tamanho de nossa malha e a diversidade de nossa frota, acreditamos que pagamos menores alíquotas de imposto sobre combustíveis comparado com nossos principais concorrentes.

Os gastos com salário e benefícios incluem, entre outros, planos de saúde, planos odontológicos, auxílio creche, seguro de vida, auxílio funeral, assistência psicossocial, auxílio-escola (concedido somente a executivos expatriados), verba moradia (concedido somente a executivos expatriados), bonificações, previdência privada, vale transporte, vale alimentação e vale refeição. Acreditamos ter uma vantagem em comparação às empresas do setor em termos de gastos com salários e benefícios em razão da alta produtividade dos tripulantes mensurada pelo número médio de tripulantes por aeronave. Em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, tínhamos, 81, 70 e 77 funcionários por aeronave, respectivamente, indicando uma maior produtividade de nossa força de trabalho comparada às dos nossos concorrentes.

Os custos com prestação de serviços incluem o uso das instalações aeroportuárias, operações de solo, tais como movimentação de bagagens dos clientes e tratores que realizam o push-back das aeronaves, traslado de ônibus para os clientes e serviços e produtos que oferecemos a bordo das nossas aeronaves, como bebidas e snacks. Oferecemos serviços adicionais de ônibus gratuito entre o aeroporto de Congonhas e o aeroporto de Viracopos, e acreditamos que o número de clientes adicionais que atraímos ao oferecer esse serviço mais do que compensa seu custo.

Nossas despesas comerciais e com publicidade incluem o pagamento de comissões a agentes de viagens e agentes de carga, taxas pagas pelo uso de sistemas de reserva de terceiros e agentes de reserva, taxas às administradoras de cartão de crédito e custos com publicidade associadas à venda de nossas passagens e outros produtos e serviços. Acreditamos que nossos custos com distribuição sejam menores do que os

dos nossos concorrentes porque a maior parte de nossos clientes adquire passagens diretamente em nosso site na Internet, incluindo vendas por meio da Internet realizadas por agências de viagens. Fazemos uso de técnicas de marketing inovadoras e de baixo custo com foco nas ferramentas das redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter e YouTube) gerando propaganda boca a boca, serviço gratuito de traslados de ônibus com nossa marca visivelmente estampada nos ônibus e campanhas publicitárias estratégicas para aumentar o reconhecimento da marca e oferecer promoções diretamente aos nossos clientes.

Os gastos com depreciação, amortização e impairment incluem a depreciação da totalidade dos nossos direitos de uso de arrendamento e de manutenção de aeronaves, ativos imobilizado e intangível e o impairment.

O custo com tarifas aeroportuárias é composto pelas tarifas de pouso e permanência de aeronave no solo, bem como as taxas de auxílio terminal e navegação. Ainda nessa despesa, reconhecemos também a tarifa de conexão cobrada atualmente em aeroportos concedidos à iniciativa privada (Viracopos, Guarulhos e Brasília). A maior parte dessas tarifas é estabelecida pela INFRAERO e pelo DECEA, e varia de acordo com o número de operações.

O custo com materiais de manutenção e reparo consistem em manutenção leve (preventiva) e eventos de reparo. Nossa frota é mais jovem do que a dos nossos principais concorrentes, com uma idade média de 7,2 anos, excluindo aeronaves Cessna. Com o envelhecimento das aeronaves, nossas despesas com manutenção tendem a aumentar.

Para todas as nossas aeronaves, empregamos o método built-in-overhaul para contabilizar despesas de manutenção. Segundo este método, o custo de manutenção do motor é capitalizado e amortizado como um componente de depreciação e amortização até a próxima visita para manutenção. As visitas para manutenção são estimadas com base no tempo médio de remoção do motor sugerido pelo fabricante e que podem variar de acordo com a finalidade de utilização da aeronave, bem como em mudanças na periodicidade da manutenção sugeridas pelo fabricante. Além disso, essas hipóteses podem ser afetadas por eventos inesperados que podem danificar um componente importante, sendo necessária uma visita extraordinária de manutenção antes de um evento programado.

Outros gastos operacionais consistem em despesas gerais e administrativas, serviços de terceiros, despesas com viagens, transportes, refeições e lanches e treinamento para a tripulação e pessoal de apoio em solo.

Um pouco mais da metade de nossos custos como combustível de aviação, pagamento de arrendamentos de aeronaves, e manutenção oscila com mudanças nas taxas de câmbio real/dólar norte-americano. Os arrendamentos de aeronaves são também parcialmente expostos a flutuações nas taxas de juros. Contratamos operações de hedge para nos proteger contra aumentos nos preços do combustível, taxas de câmbio e taxas de juros. Para informações adicionais, vide seção 5 do Formulário de Referência.

Resultado Financeiro

Nosso resultado financeiro inclui a remuneração obtida em aplicações financeiras e subarrendamento de aeronaves a receber. Nossas despesas financeiras incluem despesas dos juros incidentes sobre nosso endividamento com arrendamento de aeronaves, empréstimos, debêntures e capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, 6%, 10% e 10% respectivamente, da nossa dívida não relacionada a aeronaves foram denominadas em reais e, portanto, não estão expostas às oscilações cambiais. Os saldos de instrumentos financeiros derivativos incluem os ganhos ou perdas em nossos instrumentos financeiros usados para proteger nossas exposições. As despesas de variação cambial referem-se ao ganho ou perda líquida sobre nossos ativos e passivos atrelados à apreciação ou depreciação do real contra o dólar norte-americano e têm efeito limitado em nossa posição de caixa.

Resultados Operacionais

Nossa receita e estrutura enxuta de custo nos conferiu margens EBITDA Ajustado pelo efeito dos eventos não-recorrentes de 30,4%, 31,1% e 27,3% nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023. Acreditamos ainda que o nosso plano estratégico de operar a aeronave certa de acordo com a demanda de cada mercado nos permitirá manter um baixo custo por viagem e reduzir o CASK ao longo do tempo, tanto em termos absolutos como em relação aos nossos concorrentes.

O quadro abaixo inclui informações operacionais que demonstram nosso crescimento entre 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2025:

Aeronaves no encerramento do período em	Cidades Atendidas	Funcionários	Próprias	Arrendadas	Total
31 de dezembro de 2008 ⁽¹⁾	3	712	3	2	5
31 de dezembro de 2009 ⁽¹⁾	17	1.535	8	6	14
31 de dezembro de 2010 ⁽¹⁾	28	294	14	13	27
31 de dezembro de 2011 ⁽¹⁾	43	4.329	22	27	49
31 de dezembro de 2012 ^{(1) (2)}	100	8.914	50	74	124
31 de dezembro de 2013 ⁽¹⁾	103	9.848	56	81	137
31 de dezembro de 2014 ⁽¹⁾	106	10.501	46	107	153
31 de dezembro de 2015 ⁽¹⁾	102	10.533	46	106	152
31 de dezembro de 2016 ^{(1) (3)}	102	10.311	39	100	139
31 de dezembro de 2017 ^{(1) (3)}	104	10.878	27	120	147
31 de dezembro de 2018 ^{(1) (3)}	110	11.807	20	123	143
31 de dezembro de 2019 ⁽³⁾	116	13.189	19	147	166
31 de dezembro de 2020 ⁽⁴⁾	112	11.108	34	158	192
31 de dezembro de 2021 ⁽⁵⁾	147	12.485	37	155	192
31 de dezembro de 2022 ⁽⁶⁾	158	13.543	40	172	212
31 de dezembro de 2023 ⁽⁷⁾	167	15.248	40	169	209
31 de dezembro de 2024 ⁽⁷⁾	152	15.367	38	182	220
31 de dezembro de 2025 ⁽⁸⁾	144	15.547	39	188	227

(1) Inclui aeronaves detidas sob arrendamentos operacionais, que não eram registradas em nosso balanço patrimonial.

(2) Inclui informações operacionais resultantes da aquisição da TRIP a partir de 30 de novembro de 2012.

(3) Inclui 15 aeronaves subarrendadas para a TAP.

(4) Inclui 13 aeronaves subarrendadas para a TAP e 1 subarrendada para a Breeze.

(5) Inclui 6 aeronaves subarrendadas para a TAP e 3 subarrendada para a Breeze.

(6) Inclui 4 aeronaves subarrendadas para a TAP e 3 subarrendada para a Breeze.

(7) Inclui 3 aeronaves subarrendada para a Breeze.

(8) Inclui aeronaves mantidas sob arrendamentos financeiros e operacionais.

Comparação dos resultados consolidados nos períodos indicados:

Em 31 de dezembro de	2025	AV (%)	2024	AV (%)	% R\$	2023	AV (%)	% R\$
<i>Receita líquida:</i>								
Transporte de passageiros	19.997.726	92,40%	18.123.135	92,80%	1.874.591	17.227.728	92,85%	895.407
Outras receitas	1.642.667	7,60%	1.403.073	7,20%	239.594	1.326.697	7,15%	76.376
Receita líquida	21.640.393	100,00%	19.526.208	100,00%	2.114.185	18.554.425	100,00%	971.783
<i>Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:</i>								
Combustível de aviação	5.710.291	26,39%	5.583.503	31,70%	126.788	5.890.485	31,75%	-306.982
Salários e benefícios	2.693.363	12,45%	2.722.872	13,00%	-29.509	2.408.364	12,98%	314.508
Tarifas aeroportuárias	1.266.186	5,85%	1.074.818	5,70%	191.368	1.059.258	5,71%	15.560
Prestação de serviços de tráfego	956.933	4,42%	872.481	4,40%	84.452	807.563	4,35%	64.918
Comerciais e publicidade	915.442	4,23%	889.224	4,20%	26.218	779.264	4,20%	109.960
Materiais de manutenção e reparo	824.058	3,81%	789.222	4,80%	34.836	898.282	4,84%	-109.060
Depreciação e amortização	3.013.375	13,92%	2.563.982	13,00%	449.393	2.404.223	12,96%	159.759
Outras despesas operacionais, líquidas	1.939.275	8,96%	1.639.474	14,30%	299.801	2.645.894	14,26%	1.006.420
Lucro operacional	4.321.470	19,97%	3.390.632	9,00%	930.838	1.661.092	8,95%	1.729.540

Resultado financeiro:

Receitas financeiras	904.083	4,18%	239.058	1,20%	665.025	220.141	1,19%	18.917
Despesas financeiras	-10.295.119	-47,57%	-5.247.414	-30,20%	-5.047.705	-5.608.771	-30,23%	361.357
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	986.521	4,56%	317.729	-1,30%	668.792	-238.458	-1,29%	556.187
Variações monetárias e cambiais, líquidas	4.207.915	19,44%	-7.890.179	8,80%	12.098.094	1.625.064	8,76%	9.515.243
Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	124.870	0,58%	-9.190.174	-12,60%	9.315.044	-2.340.932	-12,62%	6.849.242
Imposto de renda e contribuição social corrente	-12	0,00%	-723	0,00%	711	0	0,00%	-723
Imposto de renda e contribuição social diferido	0	0,00%	39.526	-0,20%	-39.526	-39.526	-0,21%	79.052
Lucro (prejuízo) líquido do período	124.858	0,58%	-9.151.371	-12,80%	9.276.229	-2.380.458	-12,83%	6.770.913

Resultado operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reportou um lucro operacional de R\$4.321,5 milhões, comparado com R\$3.390,6 milhões no mesmo período em 2024 e R\$1.661,1 milhões em 2023. Entendemos que esse resultado se deve principalmente a um ambiente de demanda saudável, o excelente desempenho de nossos outros negócios e à nossa capacidade de aumentar tarifas, demonstrando nosso aumento racional de capacidade e as vantagens competitivas sustentáveis de nossa malha e modelo de negócio.

O lucro líquido foi de R\$124,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado com um prejuízo líquido de R\$9.151,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e um prejuízo líquido de R\$2.340,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A tabela abaixo apresenta a composição dos nossos custos dos serviços prestados e despesas operacionais por ASKs nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

Exercício findo em 31 de dezembro de (em R\$ centavos)	2025	2024	% Δ	2023	% Δ
Transporte de passageiros	39,75	39,15	1,53%	39,46	(0,80%)
Outras receitas	3,23	3,03	6,60%	3,03	0,00%
Receita líquida	42,97	42,18	1,90%	42,48	(0,70%)
Custos dos serviços prestados e despesas operacionais					
Combustível de aviação ⁽¹⁾	(11,22)	(12,06)	(6,97%)	(13,39)	(9,90%)
Salários e benefícios	(5,29)	(5,88)	(12,76%)	(5,47)	7,50%
Tarifas aeroportuárias	(2,47)	(2,32)	6,47%	(2,41)	(3,70%)
Prestação de serviços de tráfego	(1,88)	(1,88)	0.0%	(1,84)	2,20%
Comerciais e publicidade	(1,75)	(1,92)	(8,85%)	(1,77)	8,50%
Materiais de manutenção e reparo	(1,53)	(1,70)	(10,00%)	(2,04)	(16,70%)
Depreciação e amortização	(5,92)	(5,54)	6,86%	(5,46)	1,50%
Outras despesas operacionais	(3,80)	(3,54)	66,95%	(6,01)	(41,10%)
Total das despesas operacionais	(35,81)	(34,86)	2,73%	(38,39)	(9,20%)

(1) Os resultados operacionais foram ajustados para itens não-recorrentes

Receita Líquida. Em 2025, a receita operacional total da Azul aumentou R\$2.114,2 milhões ou 10,8%, atingindo um recorde de R\$21,6 bilhões. A receita de passageiros aumentou 10,3% com 10,0% a mais de capacidade em comparação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada por um ambiente de demanda saudável, receitas auxiliares robustas e o desempenho notável de nossas unidades de negócio.

Transporte de Passageiros. O aumento de R\$1.874,6 milhões, ou 10,3%, na receita de transporte de passageiros em 2025, com relação a 2024, deve-se principalmente a recuperação total da demanda de passageiros corporativos e internacionais e pelo excelente desempenho de nossos demais negócios.

Cargas e outras receitas. O aumento de R\$239,6 milhões, ou 17,1% durante 2025 em cargas e outras receitas quando comparado ao mesmo período de 2024 está relacionado principalmente ao aumento da receita da operação internacional de cargas em 24,9% e à expansão e à diversificação da nossa base de clientes com mais varejistas, indústria e operadores de e-commerce no Brasil.

Também observamos o contínuo crescimento de nossa operadora de turismo Azul Viagens, a segunda maior operadora de turismo no Brasil. O faturamento bruto cresceu aproximadamente 36% de 2024 para 2025, à medida que aproveitamos a forte demanda de lazer e oportunidades de aumentar a utilização de aeronaves com voos exclusivos.

A tabela abaixo apresenta as receitas de transporte de passageiros e dados operacionais selecionados para os períodos indicados:

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	% Δ	2023	% Δ
Receitas de transporte de passageiros (em milhões de reais)	19.997.726	18.123.135	10,3%	17.227.728	5,2%
Assento-quilômetro oferecido (ASKs) (milhões)	50.908	46.292	10,0%	44.006	5,2%
Taxa de ocupação (%)	83,2	81,6%	1,6 pp	80,4%	1,2 pp
Receita de passageiros por ASK (centavos)	39,74	39,15	1,5%	39,46	0,8%
Receita operacional por ASK (centavos)	42,97	42,18	1,9%	42,48	0,7%
Yield por passageiro/quilômetro (centavos)	47,49	47,97	(0,4%)	49,05	2,2%
Número de decolagens	310.713	322.082	(3,5%)	316.896	1,6%
Horas-bloco	575.448	567.774	1,4%	550.843	3,1%

Custos dos serviços prestados e despesas operacionais. Os custos dos serviços prestados e despesas operacionais aumentaram 7,3%, devido principalmente à inflação de 4,3% no período, ao aumento no número de ações judiciais relacionadas a operações irregulares ocorridas majoritariamente em 2024, e a um aumento de 28,7% na capacidade internacional, para a qual incorremos em custos mais elevados, além de uma desvalorização de 3,7% do real frente ao dólar americano, parcialmente compensados por maior produtividade e por uma redução de 5,0% no preço do combustível.

Combustível de aviação. O combustível de aviação aumentou R\$126,8 milhões, ou 2,3%, de R\$5.583,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$5.710,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, principalmente devido a um aumento de 7,8% no consumo de combustível, parcialmente compensado pela redução de 5,0% no preço do combustível.

Salários e benefícios. Os salários e benefícios diminuíram 1,1%, ou R\$29,5 milhões, de R\$2.722,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$2.693,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, principalmente impulsionados por maior produtividade decorrente da redução de FTE e várias estratégias de redução de custos, parcialmente compensados pelo aumento de 10,0% em nossa capacidade em 2025 e por um reajuste salarial sindical de 4,8% resultante dos acordos coletivos aplicáveis a todos os funcionários de companhias aéreas no Brasil.

Tarifas aeroportuárias. Taxas e tarifas aeroportuárias aumentaram 17,8%, ou R\$191,4 milhões, de R\$1.074,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$1.266,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, principalmente impulsionadas pelo aumento de 5,4% na capacidade doméstica e de 28,7% na capacidade internacional, para a qual pagamos taxas e tarifas aeroportuárias mais elevadas, geralmente denominadas em dólares americanos.

Prestação de serviços de tráfego. Os custos com prestação de serviços de tráfego aumentaram 9,7%, ou R\$84,5 milhões, de R\$872,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$956,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, principalmente devido ao aumento nas partidas internacionais, que possuem despesas mais altas, ao aumento de 3,4% no número de passageiros e à inflação de 4,3% no período, parcialmente compensados pela otimização de nossos serviços de bordo.

Comerciais e publicidade. As despesas com publicidade e propaganda aumentaram 2,9%, ou R\$26,2 milhões, de R\$889,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$915,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, impulsionadas principalmente pelo aumento de 10,3% na receita de passageiros, que levou ao aumento nas tarifas de cartão de crédito e comissões.

Materiais de manutenção e reparo. Os custos com materiais de manutenção e reparo aumentou 4,4%, ou R\$34,8 milhões, de R\$789,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$824,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, impulsionada principalmente pela desvalorização média de 4,3% do real em relação ao dólar americano e por eventos pontuais, parcialmente compensados por economias decorrentes da internalização de eventos de manutenção e de renegociações com fornecedores.

Depreciação e amortização. Os gastos com depreciação e amortização de nossos ativos aumentaram 17,5%, ou R\$449,4 milhões, de R\$2.564,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$3.013,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, impulsionadas pelo aumento do tamanho de nossa frota em comparação a 2024, como resultado do processo de transformação da frota, que elevou os ativos de direito de uso reconhecidos a uma taxa de câmbio mais alta, e pelo aumento no número de motores sobressalentes devido a problemas de fornecimento com os OEMs.

Outras despesas operacionais, líquidas. Outras despesas operacionais líquidas aumentaram 18,3%, ou R\$299,8 milhões, de R\$1.639,5 milhões em 2024 para R\$1.939,3 milhões em 2025, principalmente devido ao aumento de ações judiciais relacionadas a operações irregulares ocorridas majoritariamente em 2024 e à inflação anual de 4,3%.

Resultado Financeiro

Receita financeira. As receitas financeiras aumentaram 278,2%, ou R\$665,0 milhões, passando de R\$239,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$904,1 milhões em 2025, principalmente devido ao ganho na conversão de dívida em ações.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram 96,2%, ou R\$5.047,7 milhões, passando de R\$5.247,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$10.295,1 milhões em 2025, principalmente devido aos custos de reestruturação da dívida e aos juros do financiamento DIP captado em 2025.

Instrumentos financeiros derivativos. O resultado líquido com instrumentos financeiros derivativos foi um lucro de R\$986,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$317,7 milhões em 2024, principalmente devido a efeitos positivos de R\$433 milhões no saldo de debêntures conversíveis relacionados à desvalorização do preço das ações

Variações monetárias e cambiais, líquidas. O efeito líquido da variação cambial sobre nossos ativos e passivos monetários, quando reconvertidos para reais, resultou em um ganho não caixa de R\$4.207,9 milhões em variações monetárias e cambiais líquidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, uma diferença líquida de R\$12.098,1 milhões quando comparado à perda de R\$7.890,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido à desvalorização de 3,7% do real frente ao dólar americano em 2025, além do aumento de nossa dívida denominada em dólares decorrente da emissão do financiamento DIP.

Resultado de transações com partes relacionadas, líquido. Em 2025, 2024 e 2023 não registramos ganho/perda em transações com partes relacionadas.

Imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto de renda e contribuição social corrente em 2025, 2024 e 2023 foi compensado por benefícios sobre prejuízos fiscais e diferenças

Imposto de renda e contribuição social diferido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos permaneceram zerados em 2025.

Fluxos de Caixa

A tabela a seguir apresenta certos dados do nosso fluxo de caixa consolidado para os períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
	<i>(em milhões de reais)</i>		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(1.232,5)	2.787,0	3.439,7
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(573,4)	(1.565,7)	(874,5)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.708,9	(1.920,1)	(1.392,9)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais no exercício findo de 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.232,5 milhões comparado com o caixa líquido gerado de R\$2.787,0 milhões no mesmo período em 2024 e R\$3.439,7 milhões em 2023. A redução do caixa líquido em 2025 deve-se principalmente por uma decisão estratégica deliberada da Companhia de não antecipar a totalidade dos recebíveis de cartão de crédito disponíveis.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, o valor de caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento totalizou R\$573,4 milhões comparado a R\$1.565,7 milhões no mesmo período em 2024. A redução no caixa aplicado nas atividades de investimento em 2025 deve-se principalmente gestão de investimentos durante a reestruturação.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$1.708,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a um caixa aplicado de R\$1.920,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A variação do caixa líquido gerado pelas atividades financeiras deve-se principalmente às captações ocorridas ao longo do ano de 2025 conhecidas como *debtor in possession* ("DIP").

2.2. Comentários dos Diretores sobre:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A nossa receita líquida é proveniente de (i) transportes de passageiros; (ii) cargas e serviços auxiliares, denominados como “outras receitas”. A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita líquida nos períodos indicados:

Em 31 de dezembro de (em milhões de reais)	2025	2024	2023
Transportes de passageiros	20.231.002	18.123.135	17.227.728
Outras receitas	1.642.667	1.403.073	1.326.697

Transporte de passageiros é o principal componente da nossa receita e inclui a venda de bilhetes aéreos, vendas de pontos do nosso programa de fidelidade à terceiros, vendas de franquias de bagagens, upgrades, mudanças de rotas, taxa de cancelamento, taxa de no-show, taxa de reserva pelo call center, taxa de reserva online, venda de seguros, dentre outros.

Já a rubrica outras receitas engloba o faturamento com itens não relacionados à passageiros, sendo a maior parte gerada pela operação de carga. Além disso, também geramos outras receitas através da nossa operadora de turismo, a Azul Viagens e de sublease de aeronaves.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Variação do preço do combustível e câmbio

Nossos resultados são impactados pela variação dos preços de combustível e câmbio. Para mitigar nossa exposição a essas variáveis, usamos mecanismos de proteção de curto prazo incluindo a celebração de termos de compromisso para compra de combustível a preços fixos e a celebração de instrumentos financeiros, tais como contratos de derivativos, de maneira a transferir às nossas contrapartes parte de nossa exposição futura.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Enchentes no Rio Grande do Sul

Entre o final de abril e o início de maio de 2024, fortes chuvas atingiram a região central do estado do Rio Grande do Sul. Devido ao alagamento, o principal aeroporto da região localizado em Porto Alegre, o Salgado Filho, foi fechado e consequentemente as nossas operações foram suspensas e somente retomadas em outubro do mesmo ano. Durante o período de fechamento do aeroporto dedicamos esforços humanitários para apoiar as ações conduzidas pelas autoridades locais. Também monitoramos e estabelecemos estratégias operacionais e financeiras até a retomada das operações, aumentando os voos para cidades próximas para atender os passageiros afetados.

Variação do preço do combustível e câmbio

Nossos resultados são impactados pela variação dos preços de combustível e câmbio. Para mitigar nossa exposição a essas variáveis, usamos mecanismos de proteção de curto prazo incluindo a celebração de termos de compromisso para compra de combustível a preços fixos e a celebração de instrumentos financeiros, tais como contratos de derivativos, de maneira a transferir às nossas contrapartes parte de nossa exposição futura.

A Administração da Companhia acompanha atentamente os desdobramentos relacionados às instabilidades na política e na economia mundial, avaliando o impacto nos seus negócios e especialmente sobre seus tripulantes e clientes.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Variação do preço do combustível e câmbio

Nossos resultados são impactados pela variação dos preços de combustível e câmbio. Para mitigar nossa exposição a essas variáveis, usamos mecanismos de proteção de curto prazo incluindo a celebração de

termos de compromisso para compra de combustível a preços fixos e a celebração de instrumentos financeiros, tais como contratos de derivativos, de maneira a transferir às nossas contrapartes parte de nossa exposição futura.

A Administração da Companhia acompanha atentamente os desdobramentos relacionados às instabilidades na política e na economia mundial, avaliando o impacto nos seus negócios e especialmente sobre seus tripulantes e clientes.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nossa receita é principalmente impactada pela demanda por passagens aéreas. Os preços das nossas passagens são ajustados diariamente baseados no número de assentos disponíveis em cada voo, tendências históricas e estimativas de demanda. Entendemos que mais da metade dos nossos passageiros viajam a negócios e, portanto, possuem menor sensibilidade a variações de preços quando comparados aos passageiros que viajam a lazer. O crescimento de nossas receitas também está relacionado a fatores macroeconômicos como crescimento do PIB e aumento da renda *per capita*.

Em 2025, a receita operacional aumentou 12,0% em relação a 2024, atingindo R\$ 21,9 bilhões, principalmente devido a crescimento da receita de passageiros, apoiado pela contribuição da receita de nossas unidades de negócios.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são impactados por fatores como: (i) a variação no preço do petróleo (ii) a taxa de câmbio, (iii) o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; (iv) a taxa de desemprego; (v) a disponibilidade de crédito; (vi) o nível de juros básico; e (v) o nível de renda da população.

Em 2025, o preço médio do petróleo (WTI) diminuiu 16,6% e a taxa de câmbio média aumentou 3,7%, em comparação com 2024. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, o combustível de aviação representou 31%, 35% e 37%, respectivamente, do nosso custo operacional.

O Banco Central determina a taxa de juros básica para controlar a inflação. As variações na taxa de juros afetam principalmente nossas obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis, incluindo nossos empréstimos e financiamentos circulante e não-circulante. Além disso, as taxas de juros também afetam nosso resultado financeiro uma vez que temos investimentos indexados pela taxa CDI. O Banco Central mudou a taxa de juros básica diversas vezes nos últimos anos para manter a inflação dentro das metas de crescimento.

A tabela abaixo apresenta os dados relativos ao crescimento real do PIB, inflação e taxas de juros no Brasil, a taxa de câmbio real/dólar norte-americano e os preços do petróleo não-refinado nos períodos indicados.

Exercícios findos em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Crescimento/(retração) real do PIB	2,3%	3,4%	2,9%
Inflação IGP-M(1)	(1,05)%	6,5%	(3,2%)
Inflação IPCA(2)	4,26%	4,8%	4,5%
TJLP(3)	9,07%	5,3%	6,6%
Taxa CDI(média)(4)	14,33%	10,9%	13,0%
SOFR(5)	4,01%	3,4%	5,5%
Taxa de câmbio - final do período R\$ por US\$1,00	5,50	6,19	4,90
Taxa de câmbio - média R\$ por US\$1,00(6)	5,50	5,39	5,00
Desvalorização média R\$ vs. US\$	(2,0)%	(7,3%)	3,4%
Preço do petróleo não refinado da <i>West Texas Intermediate</i> (WTI) - média US\$/barril no período	57,26	94,53	77,66
Taxa de desemprego(7)	5,6%	6,6%	7,8%

Fonte: FGV, IBGE, Banco Central, Bloomberg e administração de informações da Energy.

⁽¹⁾ Inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado calculado pela FGV.

⁽²⁾ Inflação (IPCA) é o índice de preço ao consumidor amplo calculado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁽³⁾ TJLP é a taxa de juros de longo prazo (média das taxas mensais do ano).

⁽⁴⁾ A taxa CDI corresponde à média das taxas de juros *overnight* do mercado interbancário no Brasil (média diária ao ano).

⁽⁵⁾ Média dólar norte-americano/SOFR – *Secured Overnight Financing Rate* para 3 meses para 2025 e 2024 e LIBOR – *London Interbank Offered Rate* para 2023

⁽⁶⁾ Média da taxa de câmbio em cada dia útil do ano.

⁽⁷⁾ Média da taxa de desemprego conforme mensurada pelo IBGE.

Os fatores descritos acima, no entanto, podem impactar os nossos resultados operacionais, positiva ou negativamente, uma vez que afetam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Além disso, a disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positiva ou negativamente, nossas despesas financeiras, bem como nossa capacidade de investimento a curto e médio prazos. O aumento da inflação pode afetar o preço de venda de nossos serviços, bem como nossas despesas e receitas financeiras.

2.3. Comentários dos Diretores sobre:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

Não ocorreram mudanças em nenhuma prática contábil com relação ao período anterior que tenham efeitos significativos sobre as condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referente aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2025, 2024 e 2023 não possuem opiniões modificadas, ressalvas ou ênfases.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e no exercício social corrente, não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e no exercício social corrente, não constituímos, adquirimos ou alienamos participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Em 28 de maio de 2025, a Companhia protocolou pedido voluntário de reestruturação financeira nos Estados Unidos da América, nos termos do *Chapter 11* do *United States Bankruptcy Code*, perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York*, com o objetivo de implementar uma reorganização abrangente de sua estrutura de capital e de suas obrigações financeiras, mantendo a regularidade de suas operações durante o curso do processo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o processamento do *Chapter 11* produziu efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia, especialmente em decorrência (i) da contratação do financiamento na modalidade *debtor-in-possession*, destinado a reforçar a liquidez durante o período de reestruturação, (ii) da renegociação e readequação de determinadas obrigações financeiras e contratos de arrendamento de aeronaves, (iii) da reclassificação de passivos sujeitos ao plano de reorganização e (iv) do reconhecimento dos impactos associados aos acordos celebrados com credores e demais stakeholders no contexto do processo.

Adicionalmente, ainda no exercício de 2025, o plano de reorganização da Companhia foi confirmado pelo Tribunal competente, representando marco relevante na implementação da reestruturação financeira, embora a consumação integral das medidas nele previstas tenha ocorrido apenas no exercício social subsequente.

O plano de reorganização contempla, entre outras medidas, a redução substancial do endividamento da Companhia, a readequação de obrigações de arrendamento de aeronaves, a conversão de determinados instrumentos de dívida em participação acionária e a realização de aportes adicionais de capital por credores e investidores estratégicos, com impactos relevantes esperados sobre a estrutura de capital, o nível de alavancagem financeira e as despesas financeiras da Companhia.

Com a implementação integral do plano e a conclusão do processo de *Chapter 11* no exercício social subsequente, a Companhia passou a apresentar uma estrutura de capital significativamente fortalecida, incluindo redução aproximada de US\$2,5 bilhões em dívidas e obrigações de arrendamento, redução relevante das despesas financeiras recorrentes e melhora substancial de seus indicadores de alavancagem, efeitos estes que não se encontravam integralmente refletidos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Dessa forma, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 refletem os efeitos do processamento do *Chapter 11* até aquela data, enquanto os impactos integrais decorrentes da implementação do plano de reorganização e do encerramento do processo passaram a produzir efeitos adicionais sobre a posição patrimonial e os resultados da Companhia a partir do exercício social subsequente, isto é, no exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

Para mais informações sobre as etapas do processo de *Chapter 11* e seus impactos, consulte os demais itens deste Formulário de Referência e os fatos relevantes disponíveis por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://ri.voeazul.com.br/documentos-cvm-e-sec/avisos-comunicados-e-fatos-relevantes/>

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM n.º 156/22, de 26 de junho de 2022. Conciliada com nossas demonstrações financeiras e corresponde ao lucro ou prejuízo líquido do exercício, ajustado pelas despesas com juros sobre empréstimos e antecipação de recebíveis e cartão de crédito, pelas receitas de juros sobre aplicações financeiras, pelas despesas com imposto de renda e contribuição social, e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o EBITDA atingiu R\$7,3 bilhões. O EBITDA ajustado por itens não recorrentes atingiu R\$6,7 bilhões, um crescimento de 9,6% em comparação com o exercício social de 2024, e uma margem EBITDA de 31,1%. Nossos resultados operacionais foram ajustados em 2025 por itens não recorrentes, totalizando R\$680,3 milhões, principalmente devido a taxas relacionadas ao nosso plano de otimização de capital e outros ajustes contábeis devido aos termos finais negociados com arrendadores e fabricantes.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e, portanto, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicadores de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos, pois excluem os custos e despesas de arrendamento mercantil de aeronaves e outras despesas de aluguéis. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

As medições não contábeis EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado tem limitações como ferramentas de análise. Alguns dessas limitações são: (i) o EBITDA e o EBITDA Ajustado não refletem nossas saídas de caixa, ou requerimento futuros de aquisições de bens de capital ou compromissos contratuais; (ii) o EBITDA e o EBITDA Ajustado não refletem as mudanças, ou necessidade de caixa para, nossos requerimentos de capital de giro; (iii) o EBITDA e o EBITDA Ajustado não refletem nossa despesa significativa com juros, ou as necessidades de caixa para o pagamento de juros e amortização de nossas dívidas; (iv) as despesas de depreciação e amortização são excluídas, e o EBITDA e o EBITDA Ajustado não refletem os requerimentos de caixa para futuros reposições de ativos que são depreciados ou amortizados; e (v) o EBITDA e o EBITDA Ajustado são suscetíveis a cálculos diferentes por outras empresas na nossa indústria, que limita sua utilidade como uma medida comparável. Por causa dessas limitações, o EBITDA e o EBITDA Ajustado não devem ser considerados de forma isolada ou como substitutos a medidas financeiras calculadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Seguem abaixo os valores do EBITDA, EBITDA Ajustado, e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

Para os exercícios encerrados em (R\$) (em milhares de reais)	2025	2024	2023
EBITDA	7.334.800	(1.918.287)	4.079.213
EBITDA ajustado	6.654.500	5.927.883	5.058.501
Margem EBITDA ajustada (%)	31,1%	30,4%	27,3%

Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Imediata, Estrutura de Capital, Endividamento Financeiro e Liquidez Geral

Os índices de Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Imediata, Estrutura de Capital, Endividamento Financeiro e Liquidez Geral são indicadores financeiros utilizados pela Companhia para fins gerenciais e de acompanhamento de sua posição econômico-financeira, calculados com base em informações extraídas de suas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Tais indicadores não constituem medidas contábeis de desempenho definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS e não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos de outras medidas financeiras divulgadas pela Companhia. Adicionalmente, por não possuírem significado padronizado, podem não ser comparáveis a indicadores com denominações semelhantes divulgados por outras companhias.

O índice de Liquidez Corrente corresponde à razão entre o ativo circulante e o passivo circulante e tem como objetivo indicar a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações de curto prazo com seus ativos realizáveis no mesmo período.

O índice de Liquidez Seca corresponde ao ativo circulante menos o saldo de estoques, dividido pelo passivo circulante e tem como objetivo indicar a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações de curto prazo com seus ativos de maior liquidez, desconsiderando ativos cuja realização pode depender de prazos mais longos ou condições específicas de mercado.

O índice de Liquidez Imediata corresponde à soma do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulantes e aplicações financeiras vinculadas circulante dividido pelo passivo circulante e tem como objetivo indicar a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações de curto prazo exclusivamente com seus recursos imediatamente disponíveis.

O índice de Liquidez Geral corresponde à soma do passivo circulante com o passivo não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido e tem como objetivo indicar a capacidade global da Companhia de honrar a totalidade de suas obrigações com seus ativos realizáveis.

O indicador de Estrutura de Capital corresponde ao saldo de empréstimos e financiamentos circulante e não-circulante dividido pelo patrimônio líquido e tem como objetivo demonstrar o grau de alavancagem financeira da Companhia e a proporção relativa entre capital de terceiros e capital próprio utilizada no financiamento de suas atividades.

O indicador de Endividamento Financeiro corresponde ao saldo do ativo, excluindo os saldos das rubricas de imobilizado e intangível, dividido pela soma do passivo circulante e não circulante e tem como objetivo indicar a representatividade das obrigações financeiras onerosas na estrutura de capital da Companhia.

Esses indicadores apresentam limitações como ferramentas de análise, dentre as quais destacam-se: (i) não refletem integralmente a qualidade ou o prazo de realização dos ativos registrados nas demonstrações financeiras; (ii) não capturam integralmente obrigações contingentes ou compromissos futuros não registrados contabilmente; (iii) não refletem eventuais restrições contratuais ao uso de caixa e equivalentes de caixa; e (iv) podem ser influenciados por fatores conjunturais, sazonais ou por eventos não recorrentes.

Por essas razões, tais indicadores não devem ser considerados de forma isolada ou como substitutos de medidas financeiras calculadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Seguem abaixo os valores dos índices de Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Imediata, Liquidez Geral, Estrutura de Capital e Endividamento Financeiro da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

Em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Liquidez corrente	0,2	0,3	0,3
Liquidez seca	0,2	0,2	0,3
Liquidez imediata	0,0	0,1	0,1
Estrutura de capital	(1,8)	(1,9)	(2,0)
Endividamento financeiro	(0,8)	(0,5)	(0,5)
Liquidez geral	36,7%	38,2%	40,1%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Para os exercícios encerrados em (R\$) (em milhares de reais)	2025	2024	2023
<i>Reconciliação</i>			
Lucro (Prejuízo) líquido	124.858	(9.151.371)	(2.380.456)
Despesa de juros	5.100.654	4.857.821	4.120.587

Juros sobre aplicações financeiras	(904.100)	(149.916)	(104.667)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(12)	723	0
Imposto de renda e contribuição social diferido	0	(39.526)	39.526
Depreciação e amortização	3.013.400	2.563.982	2.404.223
EBITDA	7.334.800	(1.918.287)	4.079.213
Impairment	0	(143.790)	(245.636)
Variações monetárias e cambiais líquida	(4.029.300)	7.890.179	(1.625.064)
Instrumentos financeiros derivativos	20	(317.729)	238.458
Outras despesas financeiras	2.506.230	389.593	1.488.184
Outras receitas financeiras	-	(89.142)	(115.474)
Eventos não-recorrentes	782.900	117.059	1.238.820
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	6.654.500	5.927.883	5.058.501
Margem EBITDA Ajustado (%)	31,1%	30,4%	27,3%

(1) O EBITDA ajustado incluíram ajustes de itens não recorrentes relacionados principalmente aos custos relacionados a reestruturação, bem como o plano de otimização de capital e outros ajustes contábeis devido aos termos finais negociados com arrendadores e OEMs.

Liquidez Corrente

Em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Ativo Circulante	6.303,5	5.685,0	5.044,1
Passivo Circulante	29.473,2	21.342,3	14.748,9
Liquidez corrente	0,2	0,3	0,3

Liquidez Seca

Em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Ativo circulante	6.303,5	5.685,0	5.044,1
Saldo de Estoques	972,5	943,6	799,2
Passivo Circulante	29.473,2	21.342,3	14.748,9
Liquidez seca	0,2	0,2	0,3

Liquidez Imediata

Em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulantes e aplicações financeiras vinculadas circulante	1.017,9	2.322,4	2.677,6
Passivo circulante	29.473,2	21.342,3	14.748,9
Liquidez imediata	0,0	0,1	0,2

Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Passivo Circulante	29.473,2	21.342,3	14.748,9
Passivo Não Circulante	23.202,8	35.367,9	27.111,9
Patrimônio Líquido	(29.038,1)	(30.435,3)	(21.327,8)
Estrutura de capital	(1,8)	(1,9)	(2,0)

Endividamento Financeiro

Em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Saldo de empréstimos e financiamentos circulante e não-circulante	23.059,6	14.981,4	9.699,0
Patrimônio Líquido	(29.038,1)	(30.435,3)	(21.327,8)

Endividamento financeiro	(0,8)	(0,5)	(0,5)
--------------------------	-------	-------	-------

Liquidez Geral

Em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Ativo Circulante e Não Circulante	23.637,9	26.274,9	20.532,9
Imobilizado e Intangível	4.308,3	4.594,2	3.759,1
Passivo Circulante e Não Circulante	52.676,0	56.710,2	41.861,0
Liquidez geral	36,7%	38,2%	40,1%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Utilizamos o EBITDA, o EBITDA Ajustado, e a Margem EBITDA Ajustado como indicadores gerenciais (não contábeis), pois acreditamos serem medidas práticas para medir nosso desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da nossa estrutura atual ao longo dos anos. Correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, flutuações de taxas de juros e outros impactos sem reflexo direto no nosso fluxo de caixa. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado permitem uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro, como também da nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e obter recursos para nossas atividades.

Adicionalmente, utilizamos o EBITDA e o EBITDA Ajustado como parâmetro para cálculo do nosso índice de endividamento tanto em contratos com instituições financeiras, como em relatórios emitidos aos nossos acionistas para aferir níveis de endividamento. Acreditamos que o EBITDA é informação adicional às nossas demonstrações financeiras, mas não é medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS e não deve ser utilizado como base de distribuição de dividendos ou como substituto para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicador de desempenho operacional, nem tampouco como indicador de liquidez. Importante ressaltar que o EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Utilizamos os índices de Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Imediata, Estrutura de Capital, Endividamento Financeiro e Liquidez Geral como indicadores gerenciais de acompanhamento da nossa posição econômico-financeira, pois acreditamos que tais métricas constituem medidas práticas para avaliar nossa capacidade de pagamento de obrigações de curto e longo prazo, bem como o nível de alavancagem financeira e a composição das nossas fontes de financiamento ao longo do tempo. Esses indicadores facilitam a comparabilidade da nossa estrutura financeira entre períodos e auxiliam na avaliação da adequação da nossa estratégia de capital às necessidades operacionais da Companhia.

Adicionalmente, utilizamos esses indicadores como parâmetros internos de monitoramento da nossa liquidez e do nosso nível de endividamento, bem como como referência em análises financeiras apresentadas à administração e aos acionistas e, quando aplicável, no acompanhamento de obrigações assumidas perante instituições financeiras e outros credores. Acreditamos que tais índices constituem informação adicional relevante às nossas demonstrações financeiras, contribuindo para uma melhor compreensão da nossa capacidade de honrar obrigações financeiras, administrar nosso capital de giro e manter uma estrutura de capital equilibrada ao longo do tempo.

Não obstante, esses indicadores não são medidas contábeis definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos do ativo circulante, do passivo circulante, do endividamento total, do patrimônio líquido ou de quaisquer outras medidas financeiras apresentadas nas nossas demonstrações financeiras. Tampouco devem ser interpretados como medidas absolutas da nossa liquidez ou solvência, uma vez que refletem relações entre contas contábeis em determinadas datas-base e podem não capturar integralmente variações relevantes na qualidade dos ativos, no perfil de vencimento das obrigações ou em compromissos financeiros não registrados nas demonstrações financeiras.

Importante ressaltar que esses indicadores apresentam limitações que podem restringir sua utilização como medidas isoladas da nossa condição financeira, na medida em que não refletem, entre outros aspectos, (i) a efetiva disponibilidade de caixa livre para liquidação de obrigações; (ii) eventuais restrições contratuais ao uso de recursos financeiros; (iii) obrigações contingentes ou compromissos futuros não registrados contabilmente; e (iv) diferenças de metodologia de cálculo adotadas por outras companhias, o que pode limitar sua comparabilidade. Dessa forma, tais indicadores devem ser analisados conjuntamente com as demais informações constantes das nossas demonstrações financeiras e notas explicativas.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pelo Conselho de Administração da Companhia e emitidas em 27 de março de 2026 e serão submetidas à apreciação dos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Ordinária de 2025 da Companhia.

Foram verificados os seguintes eventos subsequentes:

Após 31 de dezembro de 2025, a Companhia avançou nas etapas previstas no Plano de Reestruturação conduzido no âmbito do Chapter 11, com os seguintes eventos relevantes:

Em 6 de janeiro de 2026, foi homologada a oferta pública destinada à capitalização obrigatória das Senior Notes 1L e 2L, etapa central do Plano. Esta operação envolveu a conversão dos créditos detidos pelos Investidores em capital da Companhia, resultando em aumento de capital de R\$7,4 bilhões.

Em 12 de janeiro de 2026 a totalidade das ações preferenciais foi convertida em ações ordinárias, na razão de 75 ações ordinárias para cada ação preferencial, passando o capital social a ser representado exclusivamente por ações ordinárias.

Em 14 de janeiro de 2026, foi homologado o aumento de capital de R\$1,2 bilhão decorrente do exercício dos bônus de subscrição distribuídos gratuitamente na oferta mencionada acima. Esse exercício ampliou a base de capital e ajustou a estrutura acionária para refletir as condições acordadas com os credores no Plano.

Em 19 de janeiro de 2026, foi concluída a conversão obrigatória das debêntures conversíveis, conforme deliberado pelos debenturistas. Essa conversão resultou em aumento de capital de R\$1,0 bilhão.

De 23 de janeiro a 6 de fevereiro de 2026, a Companhia lançou, precificou e concluiu a oferta privada de títulos de dívida seniores ("Exit Financing"), captando US\$1,4 bilhão. Os recursos foram integralmente utilizados para liquidar o financiamento DIP e prover liquidez para a execução final do Plano.

Em 11 de fevereiro de 2026, o Tribunal do CADE aprovou o investimento da United Airlines, no montante de US\$ 100 milhões, viabilizando a participação da investidora na oferta pública de novos recursos ("Equity Rights Offering – ERO").

Em 18 de fevereiro de 2026, foi concluído o Procedimento de Alocação da ERO, resultando em aumento de capital de R\$5,0 bilhões, destinado tanto à entrada de novos recursos quanto à capitalização facultativa do financiamento DIP. A Companhia aprovou e concluiu o grupamento de ações na proporção de 75 ações para 1, sem alteração do capital social, de forma que todas as quantidades de ações informadas após essa data já refletem os efeitos do grupamento.

A Companhia celebrou aditamentos a acordos de investimento com American Airlines e United Airlines, prevendo aportes adicionais de até US\$200 milhões, além de US\$100 milhões de determinados credores existentes. Foram ainda celebrados instrumentos de bônus de subscrição adicionais que, se exercidos, poderão gerar aportes complementares de até US\$25 milhões.

Em 19 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a emissão de três séries de bônus de subscrição previstas no Plano, direcionadas à American Airlines, credores quirografários e à United Airlines e determinados credores. Se integralmente exercidos, poderão gerar diluição potencial de até 12,5% aos acionistas que não exercerem direito de preferência. Na mesma data, foram eleitos, sob condição suspensiva, os membros do Comitê Estratégico previsto no Plano, cuja atuação será voltada à supervisão da estratégia e implementação pós-reorganização.

Em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia concluiu sua saída formal do processo de Chapter 11, após a verificação das condições previstas no Plano. A Azul emergiu com redução de dívidas financeiras e obrigações de arrendamento, melhora substancial da liquidez e alavancagem e estrutura de capital reorganizada. Na mesma data, o capital social consolidado passou a R\$21,8 bilhões.

2.7. Destinação de resultados

	2025	2024	2023
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral poderão, por propostos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado por Assembleia Geral. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o nosso Estatuto Social, estabelece que parte do nosso lucro será revertido para constituição das seguintes reservas: (i) reserva legal, mediante a alocação de 5% do lucro líquido ajustado do respectivo exercício, desde que não exceda 20% do capital social; e (ii) reservas de contingências.		
a.i. Valores das retenções de lucros	Não houve retenção de lucro neste exercício social, tendo em vista que durante os exercícios sociais de 2025, 2024 e 2023 foram apurados prejuízo.		
a.ii percentuais em relação aos lucros totais declarados	N/A, tendo em vista que não houve retenção de lucro nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.		

Regras sobre distribuição de dividendos	O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia é de 0,1% do saldo do lucro líquido do exercício social, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído entre os acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. Não houve distribuição de dividendos relativos aos exercícios sociais de 2025, 2024 e 2023, tendo em vista a apuração de prejuízos.
b. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente, quando apurado lucro ou houver reserva de lucro. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços, observadas as previsões legais aplicáveis, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reservas de lucros. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

c. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não possuímos restrições à distribuição de nossos dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.¹
d. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não possuímos política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos.

A Companhia não possui.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estejam refletidos nos balanços patrimoniais dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, ou em suas notas explicativas.

iii. contratos de construção não terminada

A Companhia não possui *contratos de construção não terminada* que não estejam refletidos nos balanços patrimoniais dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, ou em suas notas explicativas.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não estejam refletidos nos balanços patrimoniais dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, ou em suas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

A Companhia não possui outros itens que não estejam refletidos nos balanços patrimoniais dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, ou em suas notas explicativas.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia possuía pedidos firmes para aquisição de 61 aeronaves, sendo 52 diretamente de fabricantes e 9 com arrendadores em 31 de dezembro de 2025; 110 aeronaves, sendo 94 diretamente de fabricantes e 16 com arrendadores em 31 de dezembro de 2024 e; 127 aeronaves, sendo 96 diretamente de fabricantes e 31 com arrendadores em 31 de dezembro de 2023.

Os desembolsos financeiros relacionados trazidos a valor presente são demonstrados a seguir:

31 de dezembro	2025	2024	2023
Até um ano	3.052.800	0	916.053
Mais de um ano	5.140.006	10.389.026	10.641.993
Mais de cinco anos	4.339.400	10.064.128	4.889.906
Total	12.532.206	20.453.154	16.447.952

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Grande parte do nosso endividamento é composta por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras celebrados por nossa controlada Azul Linhas Aéreas, que visa garantir recursos para nossos investimentos, cujos objetivos são, basicamente, a expansão da nossa frota de aeronaves e capital de giro para manutenção do nosso nível de serviço junto a nossos clientes. A escolha do tipo de financiamento depende majoritariamente das condições oferecidas pelos arrendadores; bancos; agências de crédito de exportação e bancos de desenvolvimento.

Nossas fontes de financiamento para aeronaves e outros projetos são contratadas junto a instituições de fomentos tais como BNDES, SACE, COFACE, FINEP ou contratadas diretamente com bancos locais e estrangeiros. Além disso, também podemos optar por captar recursos para financiar nossos investimentos através de emissões de debêntures e notas promissórias no mercado, contratos de financiamento contratados com bancos ou utilizar o caixa da empresa para esta finalidade. Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 tínhamos R\$12.532,2 milhões, R\$21.250,5 milhões e R\$14.043,1 milhões, respectivamente, em dívidas de aeronave.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não temos desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão para realizá-los.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

Não foram adquiridas quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não aplicável.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados; e,

Não aplicável, vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

A emissão de carbono é uma preocupação constante para nosso setor. Em maio de 2021, anunciamos nosso compromisso de reduzir, de forma significativa, as emissões de carbono até 2045. Para atingir este objetivo, estamos implementando algumas iniciativas focadas na operação ecoeficiente através da frota mais jovem e mais eficiente no consumo de combustível do país, alinhada com iniciativas de responsabilidade social robustas e com um plano de transformação da frota. Essa meta de longo prazo demonstra o nosso alinhamento com o Acordo de Paris, e reforça o nosso objetivo de impulsionar uma ação climática mensurável e impactante.

Os novos modelos de aeronaves e processos operacionais eficazes contribuem para a diminuição no consumo de combustível por passageiro. Entendemos que o nosso plano de transformação de frota, que consiste em substituir aeronaves de antiga geração por aeronaves de nova geração mais eficiente no consumo de combustível, além de ser o principal propulsor de nossos resultados operacionais positivos nos próximos anos, é também a principal fonte de redução de consumo de combustível por passageiro. Paralelamente, nós trabalhamos em outras iniciativas para reduzir nosso consumo de combustível, incluindo a otimização de rotas e melhorias operacionais. Para mais informações sobre as nossas práticas ambientais e de sustentabilidade, vide o Item 1.6 deste Formulário de Referência.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Encerramento do processo de Chapter 11

Em outubro de 2025, o Plano de Negócios da Companhia projetava que, ao final do processo de *Chapter 11*, a Azul emergiria como uma empresa significativamente mais saudável, com redução substancial do endividamento, menores passivos e pagamentos de arrendamento de aeronaves, além de alavancagem líquida estimada em aproximadamente 2,5x na saída do processo. Também se indicava, à época, que algumas negociações permaneciam em andamento com determinados fabricantes de aeronaves e motores (OEMs) e arrendadores, com a expectativa de conclusão nas semanas seguintes.

Em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral por meio da publicação de fato relevante oficialmente ter concluído com sucesso sua reestruturação financeira voluntária e ter saído do processo de *Chapter 11*, após menos de nove meses desde o início da recuperação.

Com a consumação do Plano, a Azul alcançou uma transformação abrangente de seu balanço, incluindo:

- recebimento de US\$ 850 milhões em novos investimentos em ações, além de aportes estratégicos da United Airlines e compromisso incremental da American Airlines;
- conclusão bem-sucedida da emissão de títulos de saída, captando aproximadamente US\$ 1,375 bilhão;
- redução de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões em dívidas financeiras e obrigações de arrendamento;
- queda superior a 50% nos juros anuais relacionados a empréstimos e financiamentos;
- redução de 36% na dívida de arrendamento de aeronaves e corte de cerca de um terço dos custos de leasing — sem redução da capacidade operacional; e
- alcance de alavancagem líquida proforma inferior a 2,5x, exatamente dentro da meta prevista no Plano de Negócios.

Com isso, a Companhia emergiu do *Chapter 11* com liquidez reforçada, menor alavancagem e um balanço expressivamente mais robusto, posicionada para uma trajetória sustentável de longo prazo. As negociações com OEMs, arrendadores e demais parceiros foram concluídas de forma bem-sucedida, permitindo ajustes estruturais essenciais ao fortalecimento operacional.

ANEXO II

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(nos termos do Anexo A da RCVM 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$124.857.418,70 (cento e vinte e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e dezoito reais e setenta centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, visto que o montante do lucro líquido será absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Adicionalmente, não houve dividendos antecipados ou juros sobre o capital próprio já declarados.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável, visto que o montante do lucro líquido será absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável, tendo em vista que não há valor a ser pago a título de dividendos ou juros sobre capital próprio.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	31 de dezembro de			
	2025	2024	2023	2022
	Em R\$ milhões			
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	124.857	-9.151.371	-2.380.456	-722.367

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não houve nos 3 (três) exercícios anteriores distribuição de dividendos ou declaração e distribuição de juros sobre capital próprio.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável, visto que o montante integral do lucro líquido será absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, visto que a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do Artigo 29, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingência e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável, visto que o montante integral do lucro líquido será absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Portanto, não há dividendo passível de distribuição.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, visto que o montante integral do lucro líquido será absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Portanto, não há dividendo passível de distribuição.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta destinação do resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta destinação do resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

b. Identificar o montante destinado à reserva

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta a destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta retenção de lucros com base em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva**
- b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme Seção 8 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 13, II, da RCVM 81)

(Página propositalmente deixada em branco.)

8.1. Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Em reunião da Diretoria Estatutária da Companhia, realizada em 30 de junho de 2022, foi aprovada política que contempla as diretrizes gerais sobre as formas de remuneração fixa e variável da Companhia ("Política de Remuneração").

O objetivo da Política de Remuneração é definir regras e procedimentos da remuneração dos nossos administradores a fim de garantir a atração, retenção, motivação e desenvolvimento alinhados com os nossos objetivos estratégicos. A definição da remuneração total de nossos executivos tem o intuito de promover salários condizentes com a posição da empresa no mercado e com as responsabilidades individuais exigidas para cada função alinhada aos nossos interesses por ser fundamentada por critérios atrelados ao nosso desempenho econômico-financeiro.

O inteiro teor da Política de Remuneração poderá ser consultado no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.voeazul.com.br/>).

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Nosso Conselho de Administração e Diretoria terão a remuneração fixada conforme definido em Assembleias Gerais de Acionistas. Além disso, nos termos do Artigo 12º, Parágrafo Segundo, do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração o estabelecimento da remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e da Diretoria.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Conforme mencionado anteriormente, o nosso Conselho de Administração terá a remuneração fixada conforme definido em Assembleias Gerais de Acionistas e reunião do Conselho de Administração. Os membros do nosso Conselho de Administração recebem remuneração por seus serviços por meio de valor fixo mensal ou valor fixo por participação em reunião.

A remuneração fixa de nossos membros da diretoria é baseada em tabela salarial criada para manter o equilíbrio interno entre as funções e com subsídio de informações de mercado obtidas por pesquisas realizadas por consultorias especializadas. A remuneração variável de nossos diretores é baseada em metas de rentabilidade, satisfação do cliente, satisfação do tripulante, e desempenho operacional contratadas com base em nosso Planejamento Estratégico. Possuímos, também, um programa de Gestão de Desempenho, que fornece subsídio para uma correta avaliação das metas contratadas, bem como da avaliação individual de cada executivo.

Nossos diretores estatutários e não estatutários têm direito a uma remuneração que consiste em um componente fixo e variável. A remuneração fixa mensal paga aos nossos administradores é baseada em práticas de mercado e pesquisas elaboradas por consultoria independente e consiste em treze pagamentos mensais por ano. Tais valores estão sujeitos a reajuste anual. O componente variável consiste em bônus, ações e opções de ações restritas, conforme descrito abaixo.

A remuneração variável de curto prazo é baseada em metas que, se atingidas, dão direito ao diretor a um bônus anual baseado em seu desempenho individual. As metas são estabelecidas no início do ano com base em nosso plano estratégico. Os principais indicadores de desempenho considerados para fins de remuneração variável são margem operacional, satisfação do cliente, satisfação dos tripulantes e pontualidade. Para os gestores, metade da remuneração variável de curto prazo é baseada em nosso desempenho e a outra metade é baseada no desempenho individual. Para diretores, 80% (oitenta por cento) da remuneração variável de curto prazo é baseada em nosso desempenho e 20% (vinte por cento) é baseada no desempenho individual. Por outro lado, nossa remuneração variável de longo prazo envolve a outorga de ações e opções de ações restritas. Além disso, nossos diretores recebem benefícios em linha com as práticas de mercado, que incluem seguro médico, odontológico e de vida, vale-refeição e passagem aérea em nossos voos.

Adicionalmente, alguns de nossos executivos recebem benefícios adicionais, como um pacote de auxílio para mensalidades escolares e moradia para nossos executivos expatriados. Nesse pacote, a ALAB deu a

8.1 Política ou prática de remuneração

determinados diretores não estatutários a garantia de aluguel e outros pagamentos em três contratos de aluguel para moradias familiares no Brasil.

Além disso, nossos conselheiros e diretores têm direito a passagens aéreas gratuitas para seus familiares imediatos.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Companhia realiza, trimestralmente, por meio das reuniões de seu Comitê de Remuneração, avaliações e discussões referentes à sua Política de Remuneração.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

• Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:

Segue abaixo a descrição dos principais elementos que compõem a remuneração da administração, seus respectivos objetivos e seu alinhamento com os interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

Remuneração fixa

A remuneração fixa mensal tem por objetivo compensar adequadamente os administradores e membros dos órgãos de governança pelas suas responsabilidades, atribuições e tempo dedicado às atividades da Companhia, em linha com práticas de mercado.

A remuneração fixa é composta por:

- honorários mensais atribuídos aos membros do Conselho de Administração;
- salário base mensal pago aos membros da Diretoria Estatutária e não Estatutária, composto por treze pagamentos anuais; e
- remuneração mensal atribuída aos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, observado que tal remuneração não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração fixa média atribuída a cada diretor, nos termos do §3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

Adicionalmente, os presidentes dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração fazem jus a remuneração adicional por reunião realizada, como forma de compensação pelas responsabilidades adicionais decorrentes de suas funções.

Esse componente tem como objetivo assegurar previsibilidade remuneratória e atrair e reter profissionais qualificados para a administração da Companhia.

Benefícios

Os benefícios concedidos aos membros da Diretoria incluem assistência médica e odontológica, refeições, seguro de vida e concessão de passagens aéreas para trechos operados pela Companhia, conforme aplicável.

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração fazem jus ao benefício de concessão de passagens aéreas para trechos operados pela Companhia.

Esse componente tem como objetivo oferecer pacote de benefícios competitivo e compatível com as práticas de mercado, contribuindo para a atração e retenção de executivos e administradores.

Remuneração variável de curto prazo

A remuneração variável de curto prazo é concedida aos membros da Diretoria Estatutária e não Estatutária, principalmente sob a forma de bônus anual e, conforme aplicável, por meio de Programa de Participação nos Lucros e Resultados, nos termos da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000 ("PLR").

Esse componente tem como objetivo alinhar a atuação dos executivos ao cumprimento das metas operacionais, financeiras e estratégicas da Companhia, incentivando a geração de resultados sustentáveis no curto e médio prazo e o atendimento aos interesses de acionistas, clientes, colaboradores e demais stakeholders.

Incentivos de longo prazo

A Companhia adota programas de incentivo de longo prazo baseados em ações, incluindo planos de opção de compra de ações, planos de ações restritas e planos de opção virtual de compra de ações, destinados a

membros da Diretoria e, conforme aplicável, a membros do Conselho de Administração.

Esses programas têm como objetivo:

- incentivar o comprometimento dos participantes com a geração de valor no longo prazo;
- fortalecer o alinhamento entre os interesses da administração e dos acionistas; e
- contribuir para a retenção de executivos e membros estratégicos da governança.

A distribuição desses incentivos observa critérios como nível do cargo, desempenho individual e relevância estratégica do participante para a Companhia.

Remuneração por participação em comitês de assessoramento

Os presidentes dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração fazem jus a remuneração adicional por reunião realizada, como forma de compensação pelas atribuições específicas associadas a essas funções.

Atualmente, a Companhia possui os seguintes comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração:

- Comitê de Auditoria Estatutário, aderente à Resolução CVM nº 23/21;
- Comitê de Remuneração;
- Comitê de ESG;
- Comitê Independente Especial; e
- Comitê Estratégico.

Os membros do Conselho de Administração que participam desses comitês não fazem jus a remuneração adicional pela participação, exceto quando atuam na condição de presidentes.

• Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais:

Nossos executivos têm remuneração composta por elementos fixos e variáveis, nas seguintes proporções:

2025								
Órgão	Valor / %	Remuneração Fixa			Remuneração Variável			
		Salário	Benefícios	Outros	Bônus	Reuniões	Ações	Outros
Conselho de Administração	%	79,6%	05,6%	14,8%	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	%	34,7%	5,3%	9,8%	50,2%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	%	79,5%	20,5%	0,00%	0%	0%	0%	0%

2024								
Orgão	Valor / %	Remuneração Fixa			Remuneração Variável			
		Salário	Benefícios	Outros	Bônus	Reuniões	Ações	Outros
Conselho de Administração	%	16,3%	1,5%	4,7%	0%	0%	77,5%	0%
Diretoria Estatutária	%	20,5%	3,2%	5,8%	26,4%	0%	44,1%	0%
Conselho Fiscal	%	76,8%	23,2%	0%	0%	0%	0%	0%

(*) O valor estimado da remuneração baseada em ações depende de vários fatores, incluindo o preço da ação da Companhia, sua volatilidade, a taxa de juros, entre outros, e, portanto, é sujeito a oscilações. Ademais, o valor reconhecido na despesa não necessariamente configura saída de caixa, e pode demorar até cinco anos para ser adquirido e até 10 anos para ser liquidado a depender do programa e do tipo de instrumento.

2023								
Orgão	Valor / %	Remuneração Fixa			Remuneração Variável			
		Salário	Benefícios	Outros	Bônus	Reuniões	Ações	Outros
Conselho de Administração	%	14,2%	1,4%	3,9%	0,0%	0,0%	80,5%	0,0%
Diretoria Estatutária	%	14,6%	2,3%	4,1%	16,3%	0,0%	62,7%	0,0%
Conselho Fiscal	%	78,6%	21,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

(*) O valor estimado da remuneração baseada em ações depende de vários fatores, incluindo o preço da ação da Companhia, sua volatilidade, a taxa de juros, entre outros, e, portanto, é sujeito a oscilações. Ademais, o valor reconhecido na despesa não necessariamente configura saída de caixa, e pode demorar até cinco anos para ser adquirido e até 10 anos para ser liquidado a depender do programa e do tipo de instrumento.

- **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:**

Os salários fixos e benefícios são baseados em valores de mercado aferidos por pesquisa realizada por consultorias especializadas. A remuneração fixa mensal segue nossa política e tabela salarial, criada com base nas pesquisas de mercado acima citadas, e pela discricionariedade de nossos administradores. Os valores são reajustados anualmente conforme resultado de acordo coletivo realizado entre os sindicatos representantes da empresa e dos trabalhadores e de acordo com a análise da movimentação salarial do mercado apresentada pelas pesquisas salariais e de benefícios.

A remuneração variável (bônus anual) é calculada com base em nosso programa de gestão de desempenho que visa o reconhecimento do cumprimento das metas com o pagamento de remuneração variável anual sobre múltiplos de salários de cada executivo.

Por sua vez, os incentivos de longo prazo são calculados com base em nosso plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas e plano de opção virtual de compra de ações, conforme descritos no item 8.4 deste Formulário de Referência.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:**

A definição da remuneração total de nossos executivos tem o intuito de promover salários condizentes com a posição da empresa no mercado e com as responsabilidades individuais exigidas para cada função. Para determinar a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas e indicadores de responsabilidade e complexidade de cada cargo. Além disso, a qualificação profissional de cada indivíduo, seu nível de desempenho e comprometimento acrescentam fatores para esta avaliação. A remuneração variável de nossos executivos é definida com base em indicadores de desempenho individual e global, atreladas ao nosso plano estratégico e programa de desempenho. Para aferir o resultado global são utilizados indicadores financeiros e operacionais tais como EBITDA, margem operacional, pontualidade, pesquisas de satisfação do cliente e do tripulante e ESG.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é determinada pela Política de Remuneração, a qual considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções equivalentes.

iii. Existência de membros não remunerados pelo Emissor e a razão para este fato

Não há pagamento de salário ou pró-labore a quatro membros que representam acionistas com direito a assento no Conselho de Administração, os quais fazem jus a benefícios. Além disso, são realizados pagamentos adicionais de remuneração a estes membros do Conselho de Administração que presidem os Comitês da Companhia.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Exceto pelo pagamento relacionados a aluguéis de diretores não estatutários realizados pela ALAB, conforme mencionado no item 8.1.b(ii), não há outra remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos para o exercício de cargos na Companhia.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do nosso controle societário do emissor

Com a consumação do IPO da Companhia em abril de 2017, os Beneficiários passaram a fazer jus às opções de ações, ações restritas e opções virtuais de compra de ações. Para mais informações, vide item 8.4 este Formulário de Referência.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

	2026 - Previsão			
	Conselho de Administração	Diretores Estatutários	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7,5	4	3	14,5
Nº de Membros Remunerados	7,5	4	3	14,5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.860.000	8.529.365	325.937	11.715.302
Benefícios diretos e indiretos	186.667	1.313.443	84.000	1.584.110
Remuneração por participação em Comitês	510.000	-	-	510.000
Outros		2.397.604	-	2.397.604
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	20.346.510	-	20.346.510
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
	-	-	-	-
Baseada em Ações (incluindo opções)*	-	-	-	-
Observações	Esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	O valor da remuneração baseada em ações nesta tabela é uma estimativa contábil baseada na fórmula Black Scholes e não representa o valor efetivamente recebido durante o ano, e sim um valor estimado a ser recebido ao longo de um período de até dez anos. Além disso, o valor real recebido dependerá do preço da ação durante todo este período, podendo ser até nulo se o preço da ação não superar o preço de exercício. Esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	Esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	
Total da Remuneração	3.556.667	32.586.922	409.937	36.553.526

	2025			
	Conselho de Administração	Diretores Estatutários	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	11,00	4,00	2,75	17,75
Nº de Membros Remunerados	11,00	4,00	2,75	17,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.360.000	8.529.365	298.817	13.188.182
Benefícios diretos e indiretos	308.000	1.313.443	77.000	1.698.443
Remuneração por participação em Comitês	810.000	-	-	810.000
Outros	-	2.397.604	-	2.397.604
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	12.327.800	-	12.327.800
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações (incluindo opções)*	-	-	-	-
Observações	O valor da remuneração baseada em ações nesta tabela é uma estimativa contábil baseada na fórmula Black Scholes e não representa o valor efetivamente recebido durante o ano, e sim um valor estimado a ser recebido ao longo de um período de até dez anos. Além disso, o valor real recebido dependerá do preço da ação durante todo este período, podendo ser até nulo se o preço da ação não superar o preço de exercício. Esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	O valor da remuneração baseada em ações nesta tabela é uma estimativa contábil baseada na fórmula Black Scholes e não representa o valor efetivamente recebido durante o ano, e sim um valor estimado a ser recebido ao longo de um período de até dez anos. Além disso, o valor real recebido dependerá do preço da ação durante todo este período, podendo ser até nulo se o preço da ação não superar o preço de exercício. Esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	Esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	
Total da Remuneração	5.478.000	24.568.212	375.817	30.422.029

	2024			
	Conselho de Administração	Diretores Estatutários	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	12,00	4,00	1,25	17,25
Nº de Membros Remunerados	12,00	4,00	1,25	17,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.708.958	7.772.301	115.940	11.597.199
Benefícios diretos e indiretos	336.000	1.230.166	35.000	1.601.166
Remuneração por participação em Comitês	1.077.000	-		1.077.000
Outros	-	-		-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-		-
Remuneração Variável				
Bônus	-	10.030.939		10.030.939
Participação nos resultados	-	-		-
Remuneração por participação em reuniões	-	-		-
Comissões	-	-		-
Outros	-	-		-
Pós-emprego	-	-		-
Cessação do exercício do cargo	-	-		-
Baseada em Ações (incluindo opções)*	17.594.483	16.709.832		34.304.315
Observações	O valor da remuneração baseada em ações nesta tabela é uma estimativa contábil baseada na fórmula Black Scholes e não representa o valor efetivamente recebido durante o ano, e sim um valor estimado a ser recebido ao longo de um período de até dez anos. Além disso, o valor real recebido dependerá do preço da ação durante todo este período, podendo ser até nulo se o preço da ação não superar o preço de exercício. Além disso, esclarece-se que número total de	O valor da remuneração baseada em ações nesta tabela é uma estimativa contábil baseada na fórmula Black Scholes e não representa o valor efetivamente recebido durante o ano, e sim um valor estimado a ser recebido ao longo de um período de até dez anos. Além disso, o valor real recebido dependerá do preço da ação durante todo este período, podendo ser até nulo se o preço da ação não superar o preço de exercício. Além disso, esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	Esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	-

	membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.			
Total da Remuneração	22.716.441	35.743.238	150.940	58.610.619

	2023			
	Conselho de Administração	Diretores Estatutários	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	11,25	4,00	2,00	17,25
Nº de Membros Remunerados	11,25	4,00	2,00	17,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.172.837	7.710.992	154.587	11.038.415
Benefícios diretos e indiretos	315.000	1.223.422	42.000	1.580.422
Remuneração por participação em Comitês	879.001	-	-	879.001
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	8.649.079	-	8.649.079
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações (incluindo opções)*	18.026.092	33.236.076	-	51.262.168
Observações	O valor da remuneração baseada em ações nesta tabela é uma estimativa contábil baseada na fórmula Black Scholes e não representa o valor efetivamente recebido durante o ano, e sim um valor estimado a ser recebido ao longo de um período de até dez anos. Além disso, o valor real recebido dependerá do preço da ação durante todo este período, podendo ser até nulo se o preço da ação não superar o preço	O valor da remuneração baseada em ações nesta tabela é uma estimativa contábil baseada na fórmula Black Scholes e não representa o valor efetivamente recebido durante o ano, e sim um valor estimado a ser recebido ao longo de um período de até dez anos. Além disso, o valor real recebido dependerá do preço da ação durante todo este período, podendo ser até nulo se o preço da ação não superar o preço	Esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	-

	de exercício. Além disso, esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	de exercício. Além disso, esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.		
Total da Remuneração	22.392.930	50.819.569	196.587	73.409.086

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

	2026 - Expectativa			
	Conselho de Administração	Diretores Estatutários	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7,5	4,00	3,00	14,5
Nº de Membros Remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	4.423.154	-	4.423.154
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	9.730.939	-	9.730.939
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	8.846.308	-	8.846.308
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	20.346.510	-	20.346.510
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

	2025			
	Conselho de Administração	Diretores Estatutários	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	11,00	4,00	2,75	17,75
Nº de Membros Remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	4.303.828	-	4.303.828
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	9.468.421	-	9.468.421
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	8.607.656	-	8.607.656
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	12.327.800	-	12.327.800
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

	2024			
	Conselho de Administração	Diretores Estatutários	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	12,00	4,00	1,25	17,25
Nº de Membros Remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	4.274.692	-	4.274.692

Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	9.404.322	-	9.404.322
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	8.549.384	-	8.549.384
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	10.030.939	-	10.030.939
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

	2023			
	Conselho de Administração	Diretores Estatutários	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	11,25	4,00	2,00	17,25
Nº de Membros Remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	4.256.693	-	4.256.693
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	9.364.726	-	9.364.726
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	8.513.387	-	8.513.387
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	8.649.079	-	8.649.079
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

Exceto pelo Novo Plano (conforme abaixo definido), após o Processo de *Chapter 11* da Companhia, os planos e programas anteriormente vigentes foram descontinuados, permanecendo, contudo, válidas e plenamente eficazes as outorgas já realizadas no âmbito de tais instrumentos, as quais continuam regidas pelos respectivos termos e condições originalmente estabelecidos. Para mais informações, consulte o item 8.20 deste Formulário de Referência.

PRIMEIRO PLANO DE OPÇÕES

O nosso primeiro plano de outorga de opção de compra de ações preferenciais de nossa emissão ("Primeiro Plano de Opções") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2009, conforme aditado. De acordo com suas disposições, estão qualificados para receber as opções do Primeiro Plano de Opções os nossos principais administradores, gerentes e empregados chaves, inclusive de quaisquer de nossas controladas diretas ou indiretas ("Beneficiários"). O Primeiro Plano de Opções é administrado por um comitê interno de remuneração, criado pelo nosso Conselho de Administração, que tem legitimidade para tomar todas as medidas necessárias à administração do Primeiro Plano de Opções, inclusive indicar os Beneficiários ("Comitê de Remuneração"). Adicionalmente, o Comitê de Remuneração pode estabelecer, periodicamente, programas de opção de compra de ações no âmbito do Primeiro Plano de Opções (cada um, "Programa").

As opções do Primeiro Plano de Opções outorgadas conferirão ao Beneficiário o direito a (i) subscrever um determinado número de nossas ações preferenciais autorizadas e não emitidas, ou (ii) adquirir um determinado número de ações preferenciais, anteriormente emitidas mas readquiridas por nós e mantidas em tesouraria.

Os termos e condições do Primeiro Plano de Opções são regulados em contratos de outorga de opção de compra de ações que celebramos com cada Beneficiário ("Contratos de Opção"). Cada Programa estabelecido pelo Comitê de Remuneração contém (i) a indicação dos Beneficiários que irão participar do Programa, bem como a quantidade de ações objeto de opção de compra; e (ii) o preço de subscrição ou de aquisição das ações objeto de opção de compra e as condições para seu pagamento. O Comitê de Remuneração também pode, em cada caso, nos termos do Primeiro Plano de Opções, acelerar o período aquisitivo do direito às opções outorgadas e modificar o período de exercício das opções estabelecido no Plano, no todo ou em parte, a qualquer momento.

Primeiro Programa do Primeiro Plano de Opções

O Primeiro Programa do Primeiro Plano de Opções ("Primeiro Programa do Primeiro Plano"), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 11 de dezembro de 2009, contempla a outorga de 5.718.400 opções. O preço de exercício de cada opção no Primeiro Programa do Primeiro Plano é de R\$3,42. Cumpre destacar que do total de opções contempladas pelo Primeiro Programa do Primeiro Plano, apenas 5.032.800 opções foram efetivamente outorgadas aos Beneficiários, por meio de Contratos de Opção.

Segundo Programa do Primeiro Plano de Opções

O Segundo Programa do Primeiro Plano de Opções ("Segundo Programa do Primeiro Plano"), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 24 de março de 2011, contempla a outorga de 1.648.000 opções. O preço de exercício de cada opção no Segundo Programa do Primeiro Plano é de R\$6,44. Cumpre destacar que do total de opções contempladas pelo Segundo Programa do Primeiro Plano, apenas 1.572.000 opções foram efetivamente outorgadas aos Beneficiários, por meio de Contratos de Opção.

Terceiro Programa do Primeiro Plano de Opções

O Terceiro Programa do Primeiro Plano de Opções ("Terceiro Programa do Primeiro Plano"), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 05 de abril de 2011, contempla a outorga das 685.600 opções remanescentes do Primeiro Programa. O preço de exercício de cada opção no Terceiro Programa do Primeiro Plano é de R\$6,44. Cumpre destacar que do total de opções contempladas pelo Terceiro Programa do Primeiro Plano, apenas 656.000 opções foram efetivamente outorgadas aos Beneficiários, por meio de Contratos de Opção.

SEGUNDO PLANO DE OPÇÕES

O nosso segundo plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações preferenciais de nossa emissão ("Segundo Plano de Opções") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2014. De acordo com suas disposições, estão qualificados para receber opções do Segundo Plano de Opções os Beneficiários. O Segundo Plano de Opções é administrado pelo Comitê de Remuneração, o qual poderá estabelecer, periodicamente, programas de opção de compra de ações no

âmbito do Segundo Plano de Opções.

As opções do Segundo Plano de Opções outorgadas conferirão ao Beneficiário o direito a (i) subscrever um determinado número de nossas ações preferenciais autorizadas e não emitidas, ou (ii) adquirir um determinado número de ações preferenciais, anteriormente emitidas, mas readquiridas por nós e mantidas em tesouraria.

Os termos e condições das opções do Segundo Plano de Opções outorgadas são regulados em Contratos de Opção a serem celebrados com cada Beneficiário. Ao Comitê de Remuneração compete (i) a indicação dos Beneficiários que irão participar dos Programas, bem como a quantidade de ações objeto de opção de compra; (ii) o preço de subscrição ou de aquisição das ações objeto de opção de compra e as condições para seu pagamento; e (iii) quaisquer outras disposições que não contrariem os termos e condições determinados no Segundo Plano de Opções. O Comitê de Remuneração também pode, em cada caso, nos termos do Segundo Plano de Opções, acelerar o período aquisitivo do direito às opções outorgadas e modificar o período de exercício das opções, no todo ou em parte, a qualquer momento.

Em 03 de outubro de 2017, nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, por recomendação do nosso Comitê de Remuneração, aprovaram o aditamento ao nosso Segundo Plano de Opções para refletir as seguintes alterações: (i) alterar a definição de “Comitê de Remuneração” para refletir as atividades relacionadas à organização, administração e elaboração dos nossos planos de opções; (ii) excluir referências e definições relacionadas à nossa oferta pública inicial, tendo vista não serem mais aplicáveis; (iii) refletir a competência do nosso Conselho de Administração para aprovar e aditar os planos de opções, bem como de outorgá-los; (iv) excluir as obrigações do Comitê de Remuneração relacionadas com a entrega e execução dos planos de ações restritas; (v) com o propósito de refletir o desdobramento de ações que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017, aumentar o total de opções de ações que podem ser outorgadas no âmbito do Segundo Plano de Opções, de 3.738.364 para 7.476.728 ações; (vi) alterar o preço do exercício de cada ação correspondente às opções outorgadas no âmbito do Segundo Plano de Opções, de modo a equalizar com o preço de opção negociado pelo valor mais baixo no mercado de ações durante os 30 (trinta) dias que antecederem a outorga de opções aprovada pelo Conselho de Administração; e (vii) alterar o período máximo de exercício das opções para 10 anos contados a partir do início do período de *vesting* aplicável.

Primeiro Programa do Segundo Plano de Opções

O Primeiro Programa do Segundo Plano de Opções (“Primeiro Programa do Segundo Plano”), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 30 de junho de 2014, contempla a outorga de 2.169.122 opções. O preço de exercício de cada opção no Primeiro Programa do Segundo Plano é de R\$19,15 por ação preferencial. Cumpre destacar que todas as opções contempladas pelo Primeiro Programa do Segundo Plano foram efetivamente outorgadas aos Beneficiários, por meio de Contratos de Opção.

Segundo Programa do Segundo Plano de Opções

O Segundo Programa do Segundo Plano de Opções (“Segundo Programa do Segundo Plano”), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 1º de julho de 2015, contempla a outorga de 627.810 opções. O preço de exercício de cada opção no Segundo Programa do Segundo Plano é de R\$14,51 por ação preferencial. Cumpre destacar que todas as opções contempladas pelo Segundo Programa do Segundo Plano foram efetivamente outorgadas aos Beneficiários, por meio de Contratos de Opção.

Terceiro Programa do Segundo Plano de Opções

O Terceiro Programa do Segundo Plano de Opções (“Terceiro Programa do Segundo Plano”), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 1º de julho de 2016, contempla a outorga de 820.250 opções. O preço de exercício de cada opção no Terceiro Programa do Segundo Plano é de R\$14,50 por ação preferencial. Cumpre destacar que todas as opções contempladas pelo Terceiro Programa do Segundo Plano foram efetivamente outorgadas aos Beneficiários, por meio de Contratos de Opção.

Quarto Programa do Segundo Plano de Opções

O Quarto Programa do Segundo Plano de Opções (“Quarto Programa do Segundo Plano”), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 6 de julho de 2017, contempla a outorga de 680.467 opções. O preço de exercício de cada opção no Quarto Programa do Segundo Plano é de R\$22,57 por ação preferencial. Cumpre destacar que todas as opções contempladas pelo Quarto Programa do Segundo Plano foram efetivamente outorgadas aos Beneficiários, por meio de Contratos de Opção.

Quinto Programa do Segundo Plano de Opções

O Quinto Programa do Segundo Plano de Opções (“Quinto Programa do Segundo Plano”), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 8 de agosto de 2022, contempla a outorga de 1.774.418 opções. O preço de exercício de cada opção no Quinto Programa do Segundo Plano é de R\$11,07 por ação preferencial. Cumpre destacar que todas as opções contempladas pelo Quinto Programa do Segundo Plano foram efetivamente outorgadas aos Beneficiários, por meio de Contratos de Opção.

Sexto Programa do Segundo Plano de Opções

O Sexto Programa do Segundo Plano de Opções ("Sexto Programa do Segundo Plano"), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 8 de agosto de 2022, contempla a outorga de 1.514.999 opções. O preço de exercício de cada opção no Sexto Programa do Segundo Plano é de R\$11,07 por ação preferencial. Cumpre destacar que todas as opções contempladas pelo Sexto Programa do Segundo Plano foram efetivamente outorgadas aos Beneficiários, por meio de Contratos de Opção.

TERCEIRO PLANO DE OPÇÕES

O Terceiro Plano de Opções de Compra de Ações ("Terceiro Plano de Opções") foi aprovado pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de março de 2017. O Plano é direcionado a certos diretores estatutários da companhia, incluindo nosso Presidente do Conselho de Administração e acionista controlador, Sr. David Neeleman, e prevê: (a) a outorga de opções que resultem em um máximo de 11.679.389 ações preferenciais; (b) um período aquisitivo total (*vesting*) de 5 anos, sendo que o participante selecionado adquire o direito de exercer anualmente 20% das opções outorgadas, até completar o *vesting* total; (c) o prazo de exercício é de 15 dias contado de cada *vesting*.

O Plano prevê ainda que o Conselho de Administração poderá aprovar diferentes Programas, determinando o preço de exercício das opções para cada um destes programas. Em cada Programa, o Conselho de Administração definirá as outorgas entre os diretores estatutários elegíveis, considerando, entre outros fatores, o atingimento de certas metas a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração, com auxílio do Comitê de Remuneração e o interesse em reter o participante selecionado. No caso do Sr. David Neeleman, sua outorga de opções está condicionada à manutenção de cargo na Diretoria ou no Conselho de Administração da Companhia.

O Conselho de Administração definirá se a Companhia irá emitir novas ações ou utilizar ações em tesouraria para liquidação dos exercícios de opções.

Primeiro Programa do Terceiro Plano de Opções

O Primeiro Programa do Terceiro Plano de Opções ("Primeiro Programa do Terceiro Plano"), aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2017, contempla a outorga de 9.343.510 opções. O preço de exercício de cada opção no Primeiro Programa do Terceiro Plano é de R\$11,85 por ação preferencial. A totalidade das opções contempladas pelo Primeiro Programa do Terceiro Plano foi outorgada.

QUARTO PLANO DE OPÇÕES

O Quarto Plano de Opções de Compra de Ações ("Quarto Plano de Opções") foi aprovado pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de setembro de 2022. O Plano é direcionado a certos diretores estatutários da companhia, incluindo nosso Presidente do Conselho de Administração e acionista controlador, Sr. David Neeleman, e prevê: (a.i) a outorga de opções que resultem em um máximo de 13.800.000 ações preferenciais; (a.ii) um período aquisitivo total (*vesting*) de 3 anos no Primeiro Programa, sendo que o participante selecionado adquire o direito de exercer anualmente 33,33% das opções outorgadas, até completar o *vesting* total; (a.iii) sem prazo de exercício e (b.i) um período aquisitivo total (*vesting*) de 1 ano no Segundo Programa, sendo que o participante selecionado adquire o direito de exercer 100% das opções outorgadas, até completar o *vesting* total; (b.ii) sem prazo de exercício.

Primeiro Programa do Quarto Plano de Opções

O Primeiro Programa do Quarto Plano de Opções ("Primeiro Programa do Quarto Plano"), aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de agosto de 2022, contempla a outorga de 8.900.000 opções. O preço de exercício de cada opção no Primeiro Programa do Quarto Plano é de R\$11,07 por ação preferencial. A totalidade das opções contempladas pelo Primeiro Programa do Quarto Plano foi outorgada.

Segundo Programa do Quarto Plano de Opções

O Segundo Programa do Quarto Plano de Opções ("Segundo Programa do Quarto Plano"), aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de agosto de 2022, contempla a outorga de 4.900.000 opções. O preço de exercício de cada opção no Segundo Programa do Quarto Plano é de R\$11,07 por ação preferencial. A totalidade das opções contempladas pelo Segundo Programa do Quarto Plano foi outorgada.

QUINTO PLANO DE OPÇÕES

O nosso quinto plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações preferenciais de nossa emissão ("Quinto Plano de Opções") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de julho de 2023. De acordo com suas disposições, estão qualificados para receber opções do Quinto Plano de Opções os Beneficiários, que são os nossos principais administradores, gerentes e empregados chave. O Quinto Plano de Opções é administrado pelo Comitê de Remuneração, o qual poderá estabelecer, periodicamente, programas de opção de compra de ações no âmbito do Quinto Plano de Opções.

Primeiro Programa do Quinto Plano de Opções

O Primeiro Programa do Quinto Plano de Opções ("Primeiro Programa do Quinto Plano"), aprovado pelo

Conselho de Administração em 07 de julho de 2023, contempla a outorga de 1.800.000 opções. O preço de exercício de cada opção no Primeiro Programa do Quinto Plano é de R\$15,60 por ação preferencial. Cumpre destacar que todas as opções contempladas pelo Primeiro Programa do Quinto Plano foram efetivamente outorgadas aos Beneficiários, por meio de Contratos de Opção.

Segundo Programa do Quinto Plano de Opções

O Segundo Programa do Quinto Plano de Opções ("Segundo Programa do Quinto Plano"), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 23 de outubro de 2024, contempla a outorga de 2.000.000 opções. O preço de exercício de cada opção no Segundo Programa do Quinto Plano é de R\$ 4,04 por ação preferencial. Cumpre destacar que todas as opções contempladas pelo Segundo Programa do Quinto Plano foram efetivamente outorgadas aos Beneficiários, por meio de Contratos de Opção.

Terceiro Programa do Quinto Plano de Opções

O Terceiro Programa do Quinto Plano de Opções ("Terceiro Programa do Quinto Plano"), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 11 de novembro de 2024, outorga datada em 14 de novembro de 2024 contempla a outorga de 2.200.000 opções. O preço de exercício de cada opção no Terceiro Programa do Quinto Plano é de R\$ 4,17 por ação preferencial. Cumpre destacar que todas as opções contempladas pelo Terceiro Programa do Quinto Plano foram efetivamente outorgadas aos Beneficiários, por meio de Contratos de Opção.

PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

O nosso Plano de Opções de Compra de Ações ("MIP") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de fevereiro de 2025. De acordo com suas disposições, estão qualificados para receber opções do MIP os Beneficiários, (i) os membros do Conselho de Administração da Azul, que não participam da Diretoria da Azul, incluindo o Presidente do Conselho de Administração; (ii) os membros da Diretoria da Azul; e (iii) empregados e outros executivos da Companhia, que sejam selecionados pelo Conselho de Administração, após a aprovação pelo Comitê de Remuneração. O MIP é administrado pelo Conselho de Administração com o apoio do Comitê de Remuneração.

Primeiro Programa do MIP

O Primeiro Programa do Plano de Opções de Compra de Ações ("Primeiro Programa do MIP"), aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2025, contempla a outorga de até 7% (sete por cento) das opções definidas dentro do próprio MIP. O preço de exercício de cada 1000 (mil) opções no Primeiro Programa do MIP é de R\$3,30. Cumpre destacar que todas as opções contempladas pelo Primeiro Programa do MIP serão efetivamente outorgadas aos Beneficiários, por meio de Contratos de Opção.

PRIMEIRO PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

O nosso primeiro plano de outorga de ações preferenciais de nossa emissão ("Plano de Ações Restritas" e "Ações Restritas", respectivamente) foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2014. De acordo com suas disposições, estão qualificados para receber as Ações Restritas os Beneficiários, que são os nossos principais administradores, gerentes e empregados chaves. O Plano de Ações Restritas é administrado pelo Comitê de Remuneração, o qual pode estabelecer, periodicamente, programas de outorga de Ações Restritas no âmbito do Plano.

As Ações Restritas outorgadas nos termos do Plano de Ações Restritas conferirão ao Beneficiário o direito a receber um determinado número de ações preferenciais de nossa emissão.

Os termos e condições das Ações Restritas outorgadas são regulados em contratos de outorga de Ações Restritas a serem celebrados com cada Beneficiário ("Contratos de Ações Restritas"). Compete ao Comitê de Remuneração (i) a indicação dos Beneficiários que irão participar dos Programas, bem como a quantidade de Ações Restritas a ser outorgada a cada Beneficiário; e (ii) quaisquer outras disposições que não contrariem os termos e condições determinados no Plano de Ações Restritas. O Comitê de Remuneração também pode, em cada caso, acelerar o período aquisitivo do direito às Ações Restritas outorgadas, bem como modificar o período de exercício do direito às Ações Restritas, conforme estabelecido no Plano, no todo ou em parte, a qualquer momento.

Em 03 de outubro de 2017, nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, por recomendação do nosso Comitê de Remuneração, aprovaram o aditamento ao nosso Plano de Ações Restritas para refletir as seguintes alterações: (i) incluir a faculdade da Companhia de, ao final de cada ano do período aquisitivo das ações restritas, a seu exclusivo critério: (a) liquidar suas obrigações decorrentes do Plano de RSU em dinheiro, ou (b) entregar as ações restritas aos beneficiários do Plano de RSU, mediante alienação de ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada; (ii) realizar alterações na sua redação para ajustar o significado de "Comitê de Remuneração" para refletir a sua atuação na organização, administração e interpretação de quaisquer planos de incentivos lastreados em ações da

Companhia; (iii) excluir os termos definidos “IPO” e “Lock-up Period”, bem como as cláusulas que os mencionavam, tendo em vista a sua inaplicabilidade; (iv) refletir a competência do Conselho de Administração da Companhia para aprovação e alteração dos programas de ações restritas da Companhia, bem como a outorga das ações restritas; (v) excluir as obrigações do Comitê de Remuneração quanto ao envio da minuta do Contrato de Ações Restritas e a coordenação das partes para a sua assinatura; e (vi) alterar o número total de ações restritas que podem ser objeto de outorga nos termos do Plano de RSU de 934.591 (novecentas e trinta e quatro mil, quinhentas e noventa e uma) para 1.869.182 (um milhão, oitocentas e sessenta e nove mil, cento e oitenta e duas) ações.

Em 26 de abril de 2019, nossos acionistas, seguindo a recomendação do Comitê de Remuneração e do Conselho de Administração, aprovaram um aditamento ao Plano de RSU com o objetivo de definir o valor máximo de Ações Restritas que pode estar sujeito a concessão anual sob o Plano RSU como 0,10% do total de ações preferenciais emitidas pela Companhia.

Primeiro Programa do Primeiro Plano de Ações Restritas

O Primeiro Programa do Plano de Ações Restritas (“Primeiro Programa – Primeiro Plano de Ações Restritas”), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 30 de junho de 2014, estabelece um valor global de ações destinadas ao Primeiro Programa – Primeiro Plano de Ações Restritas correspondente a R\$10.241 mil. Os beneficiários do Primeiro Programa – Primeiro Plano de Ações Restritas adquirirão direito às ações restritas outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, os prazos serão antecipados e cada Beneficiário adquirirá automaticamente os direitos à totalidade das Ações Restritas. As ações restritas foram concedidas a um valor fixo em Reais, que foi convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço da ação no momento do IPO, qual seja, R\$21,00, totalizando 487.670 ações concedidas.

Segundo Programa do Primeiro Plano de Ações Restritas

O Segundo Programa do Plano de Ações Restritas (“Segundo Programa – Primeiro Plano de Ações Restritas”), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 1º de julho de 2015, estabelece um valor global de ações destinadas ao Segundo Programa – Primeiro Plano de Ações Restritas correspondente a R\$6.180 mil. Os beneficiários do Segundo Programa – Primeiro Plano de Ações Restritas adquirirão direito às ações restritas outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, os prazos serão antecipados e cada Beneficiário adquirirá automaticamente os direitos à totalidade das Ações Restritas. As ações restritas foram concedidas a um valor fixo em reais, que foi convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço da ação no momento do IPO, qual seja, R\$21,00, totalizando 294.286 ações concedidas.

Terceiro Programa do Primeiro Plano de Ações Restritas

O Terceiro Programa do Plano de Ações Restritas (“Terceiro Programa – Primeiro Plano de Ações Restritas”), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 1º de julho de 2016, estabelece um valor global de ações destinadas ao Terceiro Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas correspondente a R\$7.416 mil. Os beneficiários do Terceiro Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas adquirirão direito às ações restritas outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, os prazos serão antecipados e cada Beneficiário adquirirá automaticamente os direitos à totalidade das Ações Restritas.

As ações restritas foram concedidas a um valor fixo em reais, que foi convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço da ação no momento do IPO, qual seja, R\$21,00, totalizando 367.184 ações concedidas.

Quarto Programa do Primeiro Plano de Ações Restritas

O Quarto Programa do Plano de Ações Restritas (“Quarto Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas”), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 6 de julho de 2017, estabelece que 285.064 ações serão destinadas ao Quarto Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas. Os beneficiários do Quarto Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas adquirirão direito às ações restritas outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, os prazos serão antecipados e cada Beneficiário adquirirá automaticamente os direitos à totalidade das Ações Restritas.

Quinto Programa do Primeiro Plano de Ações Restritas

O Quinto Programa do Plano de Ações Restritas (“Quinto Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas”), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 7 de agosto de 2018, estabelece que 291.609 ações serão destinadas ao Quinto Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas. Os beneficiários do Quinto Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas adquirirão direito às ações restritas outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, os prazos serão antecipados e cada Beneficiário adquirirá automaticamente os direitos à totalidade das Ações Restritas.

Sexto Programa do Primeiro Plano de Ações Restritas

O Sexto Programa do Plano de Ações Restritas (“Sexto Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas”),

aprovado pelo Comitê de Remuneração em 5 de agosto de 2019, estabelece que 170.000 ações serão destinadas ao Sexto Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas. Os beneficiários do Sexto Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas adquirirão direito às ações restritas outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, os prazos serão antecipados e cada Beneficiário adquirirá automaticamente os direitos à totalidade das Ações Restritas.

Sétimo Programa do Primeiro Plano de Ações Restritas

O Sétimo Programa do Plano de Ações Restritas ("Sétimo Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas"), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 07 de julho de 2022, estabelece que 335.593,00 ações serão destinadas ao Sétimo Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas. Os beneficiários do Sétimo Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas adquirirão direito às ações restritas outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, os prazos serão antecipados e cada Beneficiário adquirirá automaticamente os direitos à totalidade das Ações Restritas.

Oitavo Programa do Primeiro Plano de Ações Restritas

O Oitavo Programa do Plano de Ações Restritas ("Oitavo Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas"), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 11 de novembro de 2024, estabelece que 335.751 ações serão destinadas ao Oitavo Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas. Os beneficiários do Oitavo Programa - Primeiro Plano de Ações Restritas adquirirão direito às ações restritas outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, os prazos serão antecipados e cada Beneficiário adquirirá automaticamente os direitos à totalidade das Ações Restritas.

SEGUNDO PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

O nosso segundo plano de outorga de ações preferenciais ("Segundo Plano de Ações Restritas") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de junho de 2020. De acordo com suas disposições, os Beneficiários estão qualificados para receber as ações preferenciais objeto do plano. O Segundo Plano de Ações Restritas deverá contemplar a outorga anual de até 0,50% (cinco décimos por cento) das ações preferenciais de emissão da Companhia no ano de 2020, e 0,20% (dois décimos por cento) nos anos seguintes.

Primeiro Programa do Segundo Plano de Ações Restritas

O Primeiro Programa do Segundo Plano de Ações Restritas ("Primeiro Programa - Segundo Plano de Ações Restritas"), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 19 de junho de 2020, estabelece que 1.382.582 ações serão destinadas ao Primeiro Programa - Segundo Plano de Ações Restritas. Os beneficiários do Primeiro Programa - Segundo Plano de Ações Restritas adquirirão direito às ações restritas outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, os prazos serão antecipados e cada Beneficiário adquirirá automaticamente os direitos à totalidade das Ações Restritas.

Segundo Programa do Segundo Plano de Ações Restritas

O Segundo Programa do Segundo Plano de Ações Restritas ("Segundo Programa - Segundo Plano de Ações Restritas"), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 9 de agosto de 2021, estabelece que 300.000 ações serão destinadas ao Segundo Programa - Segundo Plano de Ações Restritas. Os beneficiários do Segundo Programa - Segundo Plano de Ações Restritas adquirirão direito às ações restritas outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, os prazos serão antecipados e cada Beneficiário adquirirá automaticamente os direitos à totalidade das Ações Restritas.

Terceiro Programa do Segundo Plano de Ações Restritas

O Terceiro Programa do Segundo Plano de Ações Restritas ("Terceiro Programa - Segundo Plano de Ações Restritas"), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 07 de julho de 2022, estabelece que 671.186 ações serão destinadas ao Terceiro Programa - Segundo Plano de Ações Restritas. Os beneficiários do Terceiro Programa - Segundo Plano de Ações Restritas adquirirão direito às ações restritas outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, os prazos serão antecipados e cada Beneficiário adquirirá automaticamente os direitos à totalidade das Ações Restritas.

Quarto Programa do Segundo Plano de Ações Restritas

O Quarto Programa do Segundo Plano de Ações Restritas ("Quarto Programa - Segundo Plano de Ações Restritas"), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 07 de julho de 2023, estabelece que 500.000 ações serão destinadas ao Quarto Programa - Segundo Plano de Ações Restritas. Os beneficiários do Quarto Programa - Segundo Plano de Ações Restritas adquirirão direito às ações restritas outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, os prazos serão antecipados e cada Beneficiário adquirirá automaticamente os direitos à totalidade das Ações Restritas.

Quinto Programa do Segundo Plano de Ações Restritas

O Quinto Programa do Segundo Plano de Ações Restritas ("Quinto Programa – Segundo Plano de Ações Restritas"), aprovado pelo Comitê de Remuneração em 23 de outubro de 2024, estabelece que 671.502 ações serão destinadas ao Quinto Programa – Segundo Plano de Ações Restritas. Os beneficiários do Quinto Programa – Segundo Plano de Ações Restritas adquirirão direito às ações restritas outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, os prazos serão antecipados e cada Beneficiário adquirirá automaticamente os direitos à totalidade das Ações Restritas.

NOVO PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES RESTRITAS

O Novo Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia e de suas subsidiárias diretas e indiretas foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia datada de 12 de fevereiro de 2026 e instituído em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis e com o plano de reestruturação apresentado pela Companhia no âmbito do *Chapter 11* ("Novo Plano").

O Novo Plano tem por objetivo conceder a determinados conselheiros, diretores, empregados e outros executivos da Companhia (os "Participantes") o direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações Restritas"), sujeitas a métricas de aquisição de direitos (*vesting*) e critérios de desempenho a serem definidos pelo Comitê Estratégico, com vistas, entre outros, a (i) promover o alinhamento de interesses entre Participantes e acionistas na busca pelo crescimento sustentável dos negócios; (ii) incentivar o atingimento de metas e objetivos corporativos; (iii) reforçar a capacidade de atração, retenção e motivação de talentos; e (iv) compartilhar a criação de valor e os riscos associados às atividades da Companhia.

O Novo Plano poderá ser implementado por meio de um ou mais programas ("Programas"), e a adesão de cada Participante dependerá da celebração de instrumento contratual com a Azul contendo os termos e condições aplicáveis à respectiva outorga (o "Contrato de Outorga"). Nenhuma disposição do Novo Plano, de seus Programas ou dos Contratos de Outorga confere ao Participante direito de permanência em cargo, reeleição ou manutenção de vínculo com a Companhia, nem restringe a possibilidade de encerramento de mandato, contrato de trabalho ou prestação de serviços, conforme aplicável e observada a legislação.

Nos termos do Estatuto Social da Azul, o Comitê Estratégico deterá autoridade exclusiva e plena para supervisionar, organizar, interpretar e administrar o Novo Plano e seus Programas, inclusive para (i) designar Participantes elegíveis; (ii) aprovar outorgas e alocar Ações Restritas entre Participantes; e (iii) definir, em cada Programa e Contrato de Outorga, os termos e condições aplicáveis, incluindo critérios de elegibilidade, cronograma, critérios de *vesting*, condições de desempenho e regras de proteção anti-diluição. O Comitê de Remuneração prestará suporte ao Comitê Estratégico em caráter consultivo, quando solicitado, podendo o Comitê Estratégico desconsiderar recomendações formuladas.

Cada Ação Restrita conferirá ao seu titular o direito de receber 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, estritamente nos termos do Novo Plano, do Programa aplicável e do respectivo Contrato de Outorga. A transferência efetiva das ações somente ocorrerá após o cumprimento das condições de *vesting*, desempenho e demais condições previstas, de modo que a aprovação dos Programas ou a assinatura de Contratos de Outorga, por si só, não confere ao Participante direitos sobre as ações nem garante seu recebimento. Até a efetiva entrega (ou subscrição) das ações, os Participantes não terão direitos de acionista, os quais somente surgirão após a transferência das ações nos termos da Lei das S.A.

A outorga das Ações Restritas observará um limite máximo global correspondente a 7,0% do capital social da Azul em bases totalmente diluídas ("Limite Global de Outorga") e, em qualquer hipótese, deverá estar em conformidade com o Plano do *Chapter 11*. Para fins do Novo Plano, "capital social da Azul em bases totalmente diluídas" corresponde à soma de: (i) todas as ações emitidas e em circulação na data de eficácia do Novo Plano; (ii) quando efetivamente emitidas, todas as ações passíveis de emissão em decorrência de outorgas concedidas até 21 de janeiro de 2026 sob planos de incentivo então vigentes que venham a se tornar *vested*; e (iii) todas as ações que poderão ser emitidas em decorrência do exercício, conversão, permuta ou outros direitos de aquisição/subscrição de ações relacionados ao Plano do *Chapter 11* (as "Transações Futuras"), incluindo, sem limitação, (a) a emissão de ações no âmbito da *Equity Rights Offering*, (b) a emissão de ações decorrente dos *Strategic Investment Agreements*, e (c) a emissão de ações decorrente do exercício dos *GUC Warrants* (Bônus de Subscrição GUC).

Para liquidar as Ações Restritas, a Companhia poderá utilizar ações em tesouraria e/ou emitir ações adicionais, sempre observado o Limite Global de Outorga. Mediante aprovação do Comitê Estratégico, a Companhia poderá, a seu critério, optar pela liquidação em dinheiro, com base no preço médio ponderado pelo volume das ações nos últimos 30 pregões.

Caso não haja ações suficientes em tesouraria após o *vesting*, a Companhia emitirá ações adicionais, que serão subscritas pelo beneficiário pelo valor total de R\$ 1,00 para o lote integral de ações correspondente à outorga, sendo este valor fixo e não alterável pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê Estratégico.

Os acionistas da Azul não terão direito de preferência em relação a quaisquer Ações Restritas.

O Novo Plano contempla ainda uma parcela de vesting antecipado: do Limite Global de Outorga de 7,0%, 1,0% estará sujeito a vesting imediato na data em que o Novo Plano se tornar eficaz ("Ações de Vesting Antecipado"), não ficando sujeito a requisitos adicionais de desempenho. O Comitê Estratégico poderá alocar tais Ações de Vesting Antecipado a quaisquer Participantes elegíveis, que passarão a ter direito imediato ao recebimento ou subscrição das ações correspondentes. Para fins de esclarecimento, as Ações de Vesting Antecipado efetivamente emitidas na data de eficácia do Novo Plano não poderão exceder 1,0% do capital social na referida data e serão ajustadas para refletir as Transações Futuras até o limite de 1,0% do capital social em bases totalmente diluídas. Em linha com as regras de proteção anti-diluição, o Novo Plano prevê ajustes nas outorgas em caso de bonificações em ações, desdobramentos ou grupamentos; e, caso Ações Restritas (incluindo Ações de Vesting Antecipado) sejam outorgadas antes da consumação de Transações Futuras, o Participante fará jus a receber Ações Restritas adicionais (ou ações ordinárias adicionais, conforme aplicável) para manter o percentual originalmente previsto do Limite Global de Outorga destinado a tal Participante, repetindo-se esse procedimento a cada Transação Futura consumada.

O Novo Plano vigorará por prazo indeterminado, até sua integral alocação e cumprimento, e estabelece que, a partir de sua eficácia, ele substituirá, revogará e prevalecerá sobre quaisquer planos ou programas anteriores da Companhia de incentivo baseado em participação societária (incluindo opções de compra de ações, ações restritas, remuneração baseada em ações ou instrumentos similares que prevejam emissão ou entrega de ações), estejam eles em vigor, encerrados, expirados ou cancelados.

PRIMEIRO PLANO DE OPÇÃO VIRTUAL DE COMPRA DE AÇÕES

Em 7 de agosto de 2018, o Comitê de Remuneração aprovou o Primeiro Plano de Opção Virtual de Compra de Ações, conforme ratificação do Conselho de Administração em 06 de novembro de 2018 ("Phantom Shares"). O plano consiste em uma remuneração em dinheiro, não havendo, no entanto, a previsão de negociação efetiva das ações, uma vez que não haverá emissão e/ou entrega de ações para liquidação do plano. Esses valores são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justas das *Phantom Shares* outorgadas e pelo período de aquisição ao direito de exercício (*vesting period*). O valor justo deste passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício.

As *Phantom Shares* exigem um período de aquisição de 4 anos, têm um tempo de duração de oito anos e o preço de exercício deve ser igual ao menor preço da ação negociada no mercado durante os trinta pregões anteriores à data da outorga das opções aprovada pelo Comitê de Remuneração. A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações da Companhia.

Primeiro Programa do Primeiro Plano de *Phantom Shares*

O Primeiro Programa de *Phantom Shares* ("Primeiro Programa - Primeiro Plano de Phantom Shares"), com sua aprovação ratificada pelo Conselho de Administração em 6 de novembro de 2018, contempla a outorga de 707.400 opções virtuais. O preço de exercício de cada opção virtual no Primeiro Programa - Primeiro Plano de Phantom Shares é de R\$20,43 por ação virtual.

Segundo Programa do Primeiro Plano de *Phantom Shares*

O Segundo Programa de *Phantom Shares* ("Segundo Programa - Primeiro Plano de Phantom Shares"), aprovado pelo Conselho de Administração em 5 de agosto de 2019, contempla a outorga de 405.000 opções virtuais. O preço de exercício de cada opção virtual no Segundo Programa - Primeiro Plano de Phantom Shares é de R\$42,09 por ação virtual.

SEGUNDO PLANO DE OPÇÃO VIRTUAL DE COMPRA DE AÇÕES

Em 30 de abril de 2020, o Comitê de Remuneração aprovou o Segundo Plano de Opção Virtual de Compra de Ações ("Segundo Plano de Phantom Shares"). O plano consiste em uma remuneração em dinheiro, não havendo, no entanto, a previsão de negociação efetiva das ações, uma vez que não haverá emissão e/ou entrega de ações para liquidação do plano. Esses valores são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das *Phantom Shares* outorgadas e pelo período de aquisição ao direito de exercício (*vesting period*). O valor justo deste passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício.

As opções emitidas de *Phantom Shares* exigem um período de aquisição entre 3 e 4 anos, têm um tempo de duração entre seis e oito anos e o preço de exercício deve ser igual ao menor preço da ação negociada no mercado durante os trinta pregões anteriores à data da outorga das opções aprovada pelo Comitê de Remuneração.

Primeiro Programa do Segundo Plano de Phantom Shares

O Primeiro Programa do Segundo Plano Phantom Shares ("Primeiro Programa - Segundo Plano de

Phantom Shares”), aprovado pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2020, contempla a outorga de 3.250.000 opções virtuais. O preço de exercício de cada opção virtual no Primeiro Programa - Segundo Plano de Phantom Shares é de R\$10,35 por ação virtual.

Segundo Programa do Segundo Plano de Phantom Shares

O Segundo Programa do Segundo Plano Phantom Shares (“Segundo Programa – Segundo Plano de Phantom Shares”), aprovado pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2020, contempla a outorga de 1.600.000 opções virtuais. O preço de exercício de cada opção virtual no Segundo Programa - Segundo Plano de Phantom Shares é de R\$10,35 por ação virtual.

Terceiro Programa do Segundo Plano de Phantom Shares

O Terceiro Programa do Segundo Plano Phantom Shares (“Terceiro Programa - Segundo Plano de Phantom Shares”), aprovado pelo Conselho de Administração em 9 de agosto de 2021, contempla a outorga de 580.000 opções virtuais. O preço de exercício de cada opção virtual no Terceiro Programa - Segundo Plano de Phantom Shares é de R\$33,99 por ação virtual.

Em 8 e 19 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento da outorga de opções virtuais no valor de R\$ 538 milhões, vinculadas ao Terceiro Programa do Segundo Plano Virtual de Opção de Compra de Ações, bem como o cancelamento da outorga de opções virtuais no valor de R\$ 2,7 milhões e R\$ 1,4 milhão, vinculadas, respectivamente, ao Primeiro e Segundo Programas do Segundo Plano Virtual de Opção de Compra de Ações.

b. Data de aprovação e órgão responsável

Vide item a.

c. Número máximo de ações abrangidas

As ações preferenciais que resultarão do exercício das opções e das ações restritas outorgadas no âmbito dos Planos não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência dos Planos, o limite máximo acumulado de (i) 8.052.000 ações preferenciais no âmbito do Primeiro Plano de Opções; (ii) 7.476.728 ações preferenciais no âmbito do Segundo Plano de Opções; (iii) 11.679.389 ações preferenciais no âmbito do Terceiro Plano; (iv) 13.800.000 ações preferenciais no âmbito do Quarto Plano; (v) 6.000.000 ações preferenciais no âmbito do Quinto Plano; (vi) 2.231.406 ações preferenciais no âmbito do Primeiro Plano de Ações Restritas e; (vii) 2.853.768 ações preferenciais no âmbito do Segundo Plano de Ações Restritas. Para o Novo Plano, as ações ordinárias de emissão da Companhia que resultarão da outorga de ações restritas deverão observar o Limite Global de Outorga, conforme descrito no item “a” acima.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções de compra de ações preferenciais outorgadas no âmbito dos Planos é de 47.008.117.

e. Condições de aquisição de ações

Primeiro Plano de Opções

Nos termos dos Programas do Primeiro Plano de Opções, a aquisição do direito às opções outorgadas acontecerá, de forma fracionada, em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, o período aquisitivo das opções outorgadas será acelerado. As opções se tornaram exercíveis quando da consumação da nossa oferta pública inicial de ações (“IPO”). Ainda, no âmbito do Segundo Programa, as Opções apenas poderão ser exercidas pelos beneficiários anualmente.

Segundo Plano de Opções

Nos termos do Segundo Plano de Opções, a aquisição do direito às opções outorgadas acontecerá, de forma fracionada, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, o período aquisitivo das opções outorgadas será acelerado. As opções do Segundo Plano de Opções se tornaram exercíveis quando da consumação do IPO.

Terceiro Plano de Opções

Nos termos do Terceiro Plano de Opções, a aquisição do direito às opções outorgadas acontecerá, em um período aquisitivo total (*vesting*) de 5 (cinco) anos, sendo que o participante selecionado adquire o direito de exercer anualmente 20% das opções outorgadas, até completar o *vesting* total; o prazo de exercício é de 15 dias contado de cada *vesting*. Na hipótese de Venda da Companhia, o período aquisitivo das opções outorgadas será acelerado. As opções do Terceiro Plano de Opções se tornaram exercíveis quando da consumação do IPO.

Quarto Plano de Opções

Nos termos do Quarto Plano de Opções, a aquisição do direito às opções outorgadas acontecerá, em um período aquisitivo total (*vesting*) de 3 (três) anos, sendo que o participante selecionado adquire o direito de exercer anualmente 33,33% das opções outorgadas, até completar o *vesting* total. Na hipótese de Venda da Companhia, o período aquisitivo das opções outorgadas será acelerado.

Quinto Plano de Opções

Nos termos do Quinto Plano de Opções, a aquisição do direito às opções outorgadas acontecerá, em um período aquisitivo total (*vesting*) de 4 (quatro) anos, sendo que o participante selecionado adquire o direito de exercer anualmente 25% das opções outorgadas, até completar o *vesting* total. Na hipótese de Venda da Companhia, o período aquisitivo das opções outorgadas será acelerado.

Plano de Ações Restritas

Nos termos do Plano de Ações Restritas, a aquisição do direito às Ações Restritas (ou “RSUs”) outorgadas, acontecerá, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais, sendo o direito à primeira parcela adquirido após 1 (um) ano do Início do Período Aquisitivo, o direito à segunda parcela adquirido após 2 (dois) anos do Início do Período Aquisitivo, o direito à terceira parcela adquirido após 3 (três) anos do Início do Período Aquisitivo, e o direito à quarta parcela adquirido após 4 (quatro) anos do Início do Período Aquisitivo. Na hipótese de Venda da Companhia, o período aquisitivo das opções outorgadas será acelerado. O direito às Ações Restritas, na extensão do direito às Ações Restritas outorgadas adquirido, se tornaram exercíveis mediante a consumação do IPO. Antes de nossa oferta pública inicial, no final de cada ano do Período Aquisitivo, pagamos aos beneficiários em dinheiro a parcela correspondente ao valor das ações restritas já adquiridas, pelo valor justo e sem adicionais. Em 2015, efetuamos pagamentos sobre os direitos adquiridos com relação às ações restritas concedidas em 2014 aos nossos funcionários estatutários no montante de R\$ 1,25 milhão, em 2016 fizemos pagamentos sobre os direitos adquiridos com relação às ações restritas outorgadas em 2015 aos nossos funcionários estatutários totalizando R\$ 1,59 milhão e em 7 de julho de 2017, realizamos pagamentos sobre os direitos adquiridos com relação às ações restritas concedidas em 2016 aos nossos funcionários estatutários totalizando R\$ 2,09 milhões. De 2018 até 2021, as ações outorgadas disponíveis para exercício foram entregues a partir da transferência de ações preferenciais mantidas em nossa tesouraria para cada beneficiário do plano.

Segundo Plano de Ações Restritas

Nos termos do Segundo Plano de Ações Restritas, a aquisição do direito às Ações Restritas (ou “RSUs”) outorgadas, acontecerá, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais, sendo o direito à primeira parcela adquirido após 1 (um) ano do Início do Período Aquisitivo, o direito à segunda parcela adquirido após 2 (dois) anos do Início do Período Aquisitivo, o direito à terceira parcela adquirido após 3 (três) anos do Início do Período Aquisitivo, e o direito à quarta parcela adquirido após 4 (quatro) anos do Início do Período Aquisitivo. Na hipótese de Venda da Companhia, o período aquisitivo das opções outorgadas será acelerado. De 2020 até 2021, as ações outorgadas disponíveis para exercício foram entregues a partir da transferência de ações preferenciais mantidas em nossa tesouraria para cada beneficiário do plano.

Novo Plano

As condições de aquisição das Ações Restritas no âmbito do Novo Plano são definidas caso a caso pelo Comitê Estratégico e formalizadas nos respectivos Programas e Contratos de Outorga, podendo envolver (i) métricas de aquisição de direitos (*vesting*) e (ii) condições de desempenho específicas, além de outras condições contratuais aplicáveis. A transferência efetiva das ações ao Participante somente ocorrerá após o cumprimento integral dessas condições (bem como de quaisquer requisitos legais, regulatórios e contratuais pertinentes), de modo que a mera aprovação de um Programa ou a assinatura do Contrato de Outorga não confere, por si só, direito adquirido às ações nem garante seu recebimento; igualmente, até a efetiva transferência, o Participante não possui direitos de acionista. O Plano prevê ainda que 1,0% do Limite Global de Outorga estará sujeito a *vesting* imediato na data em que o Plano se tornar eficaz (“Ações de Vesting Antecipado”), sem exigência de condições adicionais de desempenho, e estabelece mecanismo de ajuste, pelo qual, caso ocorram determinadas “Transações Futuras” previstas no Plano do *Chapter 11* após outorgas já realizadas, o Participante poderá fazer jus a Ações Restritas adicionais (ou ações ordinárias adicionais, conforme aplicável) para preservar o percentual originalmente previsto do Limite Global de Outorga destinado a ele, repetindo-se esse ajuste a cada Transação Futura consumada.

Primeiro Plano de Opção Virtual de Compra de Ações (“Phantom Shares”)

Nos termos do Primeiro Plano de Phantom Shares, a aquisição do direito às opções virtuais outorgadas acontecerá, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, o período aquisitivo das opções virtuais outorgadas será acelerado. As opções virtuais disponíveis, mediante solicitação de exercício, são remuneradas em dinheiro aos beneficiários do plano.

Segundo Plano de Opção Virtual de Compra de Ações (“Phantom Shares”)

Nos termos do Segundo Plano de Phantom Shares, a aquisição do direito às opções virtuais outorgadas acontecerá, de forma fracionada, entre 3 (três) e 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, o período aquisitivo das opções virtuais outorgadas será acelerado. As opções virtuais

disponíveis, mediante solicitação de exercício, são remuneradas em dinheiro aos beneficiários do plano.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Primeiro Plano de Opções

O preço de aquisição e/ou subscrição de cada ação correspondente às opções outorgadas nos termos dos Planos será determinado pelo Comitê de Remuneração a seu único e exclusivo critério. De acordo com o estabelecido no Primeiro Plano de Opções, o Comitê de Remuneração determinará o preço da Opção do primeiro Programa, que foi fixado em R\$3,42, equivalente a US\$1,97, conforme convertido pela média das taxas de compra e venda de dólares norte-americanos utilizadas em nossos aumentos de capital ocorridos em 10 de março de 2008, 1º de julho de 2008, 9 de setembro de 2008 e 28 de agosto de 2009. Já no Segundo Programa e Terceiro Programa, o preço de exercício por opção de ações de nossa emissão foi de R\$6,44. A definição do preço de exercício foi realizada com base no valor do patrimônio líquido, à época da concessão do programa, dividido pelo número de ações preferenciais. O valor do Patrimônio Líquido foi calculado utilizando a metodologia DCF (Discounted Cash Flow), que traz a valor presente todos os fluxos de caixa esperados para a empresa. Esta metodologia foi corroborada pela média do múltiplo "Valor da Empresa / EBITDAR" de empresas congêneres, multiplicado pelo EBITDAR da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("Azul Linhas Aéreas") do período, menos a nossa dívida líquida ajustada.

Segundo Plano de Opções

O preço de aquisição e/ou subscrição de cada ação correspondente às opções do Primeiro, Segundo e Terceiro Programas do Segundo Plano de Opções deve refletir o valor nominal de nossas ações no IPO, qual seja, o preço de R\$21,00, reduzido de um desconto pro rata de 0% a 30%, que dependia da data do IPO, contando-se do respectivo exercício, conforme segue: (i) 0-10% se o IPO ocorresse dentro de 365 dias; (ii) 10-20% se nosso IPO ocorresse entre o dia 366 e o dia 730; (iii) 20-30% se o IPO ocorresse entre o dia 731 e o dia 1095; e (iv) até 30% (flat) se o IPO ocorresse entre o dia 1096 e o dia 1460.

O preço de aquisição e/ou subscrição de cada ação correspondente às opções do Quarto Programa do Segundo Plano de Opções deve refletir o menor valor nominal de nossas ações nos últimos trinta prévios à data da outorga, qual seja R\$22,57.

Terceiro Plano de Opções

O preço de aquisição de cada ação, para o primeiro programa, é de R\$11,85. Esse preço, aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, foi definido com base em proposta do Conselho de Administração formulada pelo Comitê de Remuneração, tomando por base, entre outros fatores, a estimativa de valor justo das opções, o modelo de opções europeias com datas de exercício mais restritas do que as opções americanas dos demais planos, o que aumenta o risco para o beneficiário e o incentivo de longo prazo projetado para retenção dos participantes, principais executivos da nossa Companhia.

Quarto Plano de Opções

O preço de aquisição de cada ação, para o primeiro programa, é de R\$11,07. Esse preço, aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, foi definido com base em proposta do Conselho de Administração formulada pelo Comitê de Remuneração, tomando por base, entre outros fatores, a estimativa de valor justo das opções, com datas de exercício mais curtas, sendo de 3 anos no primeiro programa e 1 ano no segundo programa.

Quinto Plano de Opções

O preço de aquisição de cada ação, para o primeiro programa, é de R\$15,60. Esse preço, aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, foi definido com base em proposta do Conselho de Administração formulada pelo Comitê de Remuneração, tomando por base, entre outros fatores, a estimativa de valor justo das opções; preço de exercício equivalente ao menor preço da ação da Companhia negociada na B3 registrado nos 30 pregões anteriores à data da outorga; volatilidade histórica de 75,4%; taxa média de retorno livre de risco de 11,6%; e sem dividendos esperados.

Plano de Ações Restritas

O direito às Ações Restritas se tornaria exercível somente mediante (i) a venda da Companhia ou (ii) consumação do IPO. Assim, o direito se tornou exercível com a consumação do IPO. Ao final de cada ano do período aquisitivo, se nenhum destes eventos acontecesse, nós poderíamos optar por pagar aos Beneficiários a parcela correspondente ao valor das Ações Restritas outorgadas, sem qualquer acréscimo.

As Ações Restritas do Primeiro, Segundo e Terceiro Programas do Plano de Ações Restritas foram concedidas a um valor fixo em reais, que será convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço da ação no momento do IPO, qual seja, R\$21,00.

As Ações Restritas do Quarto Programa do Plano de Ações Restritas foram concedidas a um valor fixo em Reais, que foi convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço de fechamento da ação no dia da outorga deste Programa, qual seja, R\$24,17.

As Ações Restritas do Quinto Programa do Plano de Ações Restritas foram concedidas a um valor fixo em Reais, que foi convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço de fechamento da ação no dia da outorga deste Programa, qual seja, R\$24,43.

As Ações Restritas do Sexto Programa do Plano de Ações Restritas foram concedidas a um valor fixo em Reais, que foi convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço de fechamento da ação no dia da outorga deste Programa, qual seja, R\$51,65.

As Ações Restritas do Sétimo Programa do Plano de Ações Restritas foram concedidas a um valor fixo em Reais, que foi convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço de fechamento da ação no dia da outorga deste Programa, qual seja, R\$11,72.

As Ações Restritas do Oitavo Programa do Plano de Ações Restritas foram concedidas a um valor fixo em Reais, que foi convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço de fechamento da ação no dia da outorga deste Programa, qual seja, R\$ 4,17.

Segundo Plano de Ações Restritas

As Ações Restritas do Primeiro Programa do Segundo Plano de Ações Restritas foram concedidas a um valor fixo em Reais, que foi convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço de fechamento da ação no dia da outorga deste Programa, qual seja, R\$21,80.

As Ações Restritas do Segundo Programa do Segundo Plano de Ações Restritas foram concedidas a um valor fixo em Reais, que foi convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço de fechamento da ação no dia da outorga deste Programa, qual seja, R\$42,67.

As Ações Restritas do Terceiro Programa do Segundo Plano de Ações Restritas foram concedidas a um valor fixo em Reais, que foi convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço de fechamento da ação no dia da outorga deste Programa, qual seja, R\$11,72.

As Ações Restritas do Quarto Programa do Segundo Plano de Ações Restritas foram concedidas a um valor fixo em Reais, que foi convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço de fechamento da ação no dia da outorga deste Programa, qual seja, R\$19,32.

As Ações Restritas do Quinto Programa do Segundo Plano de Ações Restritas foram concedidas a um valor fixo em Reais, que foi convertido em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor concedido pelo preço de fechamento da ação no dia da outorga deste Programa, qual seja, R\$5,48.

Novo Plano de Outorga de Ações Restritas

O Novo Plano não prevê que a Ação Restrita dá direito à entrega de 1 (uma) ação ordinária após o *vesting*. Na liquidação, se for necessária emissão de novas ações (por insuficiência em tesouraria), a subscrição ocorrerá por R\$ 1,00 (um real) pelo lote integral de ações da outorga, valor fixo e não alterável. Alternativamente, mediante aprovação do Comitê Estratégico, a Companhia pode liquidar em dinheiro, tomando como referência o preço médio ponderado por volume dos últimos 30 (trinta) pregões.

Plano de Opção Virtual de Compra de Ações (“Phantom Shares”)

O preço de aquisição das phantom shares no Primeiro e Segundo Programa do Plano de Opção Virtual de Compra de Ações reflete o menor preço da ação negociada no mercado durante os trinta pregões anteriores à data da outorga das opções aprovada pelo Comitê de Remuneração.

Segundo Plano de Opção Virtual de Compra de Ações (“Phantom Shares”)

O preço de aquisição das phantom shares outorgadas no Primeiro, Segundo e Terceiro Programa do Segundo Plano de Opção Virtual de Compra de Ações reflete o menor preço da ação negociada no mercado durante os trinta pregões anteriores à data da outorga das opções aprovada pelo Comitê de Remuneração.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Planos de Opções de Compra de Ação

Nos termos do Primeiro Plano de Opções e do Segundo Plano de Opções, cada Beneficiário adquirirá direito às opções outorgadas, de forma fracionada, em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais iguais, sendo o direito à primeira parcela adquirido após completado 01 (um) mês da data da emissão de notificação de seleção

ou da data de início da relação de emprego ou de administração entre referido Beneficiário e a Companhia, ou, ainda, conforme o caso, da data em assumiu posição de administração ou gerência, o que acontecer por último, e à última em 48 (quarenta e oito) meses a contar da respectiva data de início.

Na hipótese de Venda da Companhia, o período aquisitivo das opções outorgadas será acelerado. Exceto se de outra forma determinado por nosso Comitê de Remuneração, as opções do Primeiro Plano de Opções e do Segundo Plano de Opções apenas poderão ser exercidas pelo Beneficiário (a) na exata extensão em que seu direito ao exercício tenha sido adquirido (conforme descrito no item 13.4 “h” deste Formulário de Referência); e (b) desde que o IPO tenha ocorrido. O Terceiro Plano possui um período aquisitivo total (vesting) de 5 anos, de modo que o participante selecionado adquire o direito de exercer anualmente 20% das opções outorgadas, até completar o vesting total, sendo o prazo de exercício limitado a 15 dias contado de cada vesting, seguindo o modelo europeu de opções. O Quarto Plano possui um período aquisitivo total (vesting) de 3 anos (primeiro programa) e 1 ano (segundo programa), de modo que o participante selecionado adquire o direito de exercer anualmente 33,33% (primeiro programa) e 100% (segundo programa) das opções outorgadas, até completar o vesting total. O Quinto Plano possui um período aquisitivo total (vesting) de 4 anos (primeiro programa), de modo que o participante selecionado adquire o direito de exercer anualmente 25% (primeiro programa), até completar o vesting total.

Planos de Ações Restritas

Nos termos do Plano de Ações Restritas e Segundo Plano de Ações Restritas, cada beneficiário adquirirá o direito às Ações Restritas (ou “RSUs”) outorgadas, proporcionalmente, em 4 (quatro) parcelas anuais iguais, sendo o direito à primeira parcela adquirido após 1 (um) ano do Início do Período Aquisitivo, o direito à segunda parcela adquirido após 2 (dois) anos do Início do Período Aquisitivo, o direito à terceira parcela adquirido após 3 (três) anos do Início do Período Aquisitivo, e o direito à quarta parcela adquirido após 4 (quatro) anos do Início do Período Aquisitivo. Na hipótese de Venda da Companhia, o período aquisitivo das opções outorgadas será acelerado.

Novo Plano de Outorga de Ações Restritas

Os prazos de aquisição das Ações Restritas no âmbito do Novo Plano são definidos pelo Comitê Estratégico em cada Programa e detalhados no respectivo Contrato de Outorga, podendo contemplar critérios temporais e/ou condições de desempenho e demais condições aplicáveis. Como regra, a aquisição do direito e a subscrição das Ações Restritas somente ocorrerão após o cumprimento integral desses requisitos. Adicionalmente, o Novo Plano prevê que 1,0% do Limite Global de Outorga estará sujeito a vesting imediato na data em que o Novo Plano se tornar eficaz, independentemente de metas de desempenho, observadas as demais condições do Novo Plano.

Planos de Opção Virtual de Compra de Ações (“Phantom Shares”)

Nos termos dos planos de Phantom Shares, a aquisição do direito às opções virtuais outorgadas acontecerá, de forma fracionada, entre 3 (três) e 4 (quatro) parcelas anuais iguais. Na hipótese de Venda da Companhia, o período aquisitivo das opções virtuais outorgadas será acelerado. As opções virtuais disponíveis, mediante solicitação de exercício, são remuneradas em dinheiro aos beneficiários do plano.

Adicionalmente, todos os planos outorgados poderão ser exercidos pelo Beneficiário na hipótese de “Venda da Companhia”, como evento de aceleração de todo o período aquisitivo. No âmbito dos Programas, “Venda da Companhia” é entendida como (a) incorporação, fusão, combinação, aquisição, mudança de controle, reorganização ou consolidação da Companhia, na qual os acionistas controladores da Companhia, imediatamente antes da operação ou série de operações, não detenham a maioria de ações, com direito a voto, da entidade resultante da operação; ou (b) venda de participações societárias na Companhia ou outra operação ou série de operações na qual os acionistas, imediatamente antes da operação ou série de operações, não detenham a maioria de ações, com direito a voto, da entidade resultante da operação.

Nosso Comitê de Remuneração poderá, a seu único e exclusivo critério, acelerar o período aquisitivo ou modificar o período de exercício das opções, opções virtuais e das ações restritas, no todo ou em parte, a qualquer momento.

h. Forma de liquidação

Nos termos dos Planos, nosso Conselho de Administração determinará, a seu exclusivo critério, mediante o recebimento de uma notificação de exercício de um Beneficiário, se a liquidação se dará por meio da subscrição de novas ações, ou da aquisição de ações mantidas em nossa tesouraria.

No âmbito do Novo Plano, para liquidar as Ações Restritas, a Companhia poderá utilizar ações em tesouraria e/ou emitir ações adicionais, sempre observado o Limite Global de Outorga. Mediante aprovação do Comitê Estratégico, a Companhia poderá, a seu critério, optar pela liquidação em dinheiro, com base no

preço médio ponderado pelo volume das ações nos últimos 30 (trinta) pregões.

i. Restrições à transferência das ações

As ações adquiridas ou subscritas nos termos dos Planos serão negociadas pelos Beneficiários sem nenhuma restrição, após o pagamento do respectivo preço de subscrição ou aquisição ter sido integralmente efetuado, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

As Ações Restritas outorgadas no âmbito do Novo Plano, bem como os direitos e obrigações delas decorrentes são pessoais e intransferíveis, de modo que o Participante não poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, nem dar em garantia (incluindo penhor/alienação fiduciária ou qualquer ônus semelhante) quaisquer direitos relacionados ao Novo Plano, aos Programas ou aos respectivos Contratos de Outorga sem o consentimento prévio e por escrito da Companhia.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Nossa Assembleia Geral é exclusivamente responsável pela alteração, suspensão ou extinção dos Planos e, ainda, a alteração dos programas ou implementação de troca desses. Nenhuma alteração, suspensão ou extinção dos Planos poderá afetar adversamente os direitos e obrigações criados por Contratos celebrados no âmbito dos Planos, sem o consentimento prévio dos respectivos participantes.

Uma vez eficaz, o Novo Plano pode ser alterado por meio de ajustes ou definição de novos Programas e Contratos de Outorga pelo Comitê Estratégico (dentro dos limites do Novo Plano), sendo que qualquer aumento do Limite Global de Outorga (7,0%) depende de aprovação prévia da assembleia.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de encerramento de relação de emprego e/ou a resolução de qualquer contrato de prestação de serviços existentes (seja oral ou escrito) ou administração, conforme o caso, por justa causa, (a) todas as opções, ações restritas ou opções virtuais que tenham sido outorgadas ao participante, mas que ainda não tenham se tornado direito adquirido, serão automaticamente extintas para todos os fins legais, independentemente de qualquer notificação de encerramento ou indenização; e (b) as opções, ações restritas e opções virtuais detidas pelo participante cujos direitos já estejam plenamente adquiridos na data do Encerramento deverão ser entregues e/ou liberadas

Em caso de encerramento por qualquer outra razão que não justa causa, incluídos os casos de aposentadoria, pedido de demissão e morte, todas as opções, ações restritas e/ou opções virtuais que tenham sido outorgadas ao participante, mas que ainda não tenham se tornado direito adquirido, deverão ser automaticamente extintas para todos os fins legais, independentemente de qualquer notificação de encerramento ou indenização. Não obstante as disposições acima previstas, o Comitê de Remuneração poderá, a seu único e exclusivo critério, acelerar ou modificar o período de aquisição dos planos outorgados.

As opções do Primeiro Plano de Opções e do Segundo Plano de Opções que já forem exercíveis na data de saída poderão ser exercidas. Com relação aos Planos de Opções Virtuais, em caso de encerramento sem justa causa, caberá ao Beneficiário o direito de, no todo ou em parte, durante o prazo improrrogável de 12 (doze) meses a contar da data do encerramento da relação, exercer as opções virtuais que já possam ser exercidas no momento do encerramento da relação, desde que observados integralmente os Períodos Aquisitivos e Período de Vigência.

Para as Ações Restritas outorgadas no âmbito do Novo Plano, este estabelece, de forma geral, que nenhuma de suas disposições confere ao Participante direito de permanecer no cargo, ser reeleito ou manter vínculo com a Companhia, nem interfere no direito da Companhia de encerrar o respectivo mandato ou relação, conforme aplicável. Assim, os efeitos concretos da saída (inclusive eventual perda, manutenção, aceleração, cancelamento ou tratamento proporcional de Ações Restritas ainda não *vested*) não são detalhados no texto-base do Plano, devendo ser definidos pelo Comitê Estratégico e disciplinados nos Programas e nos respectivos Contratos de Outorga, que estabelecerão as regras, termos e condições aplicáveis às outorgas e ao *vesting* em cada caso.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,5	4,00	3,00	14,5
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	4,00	2,75	17,75
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,00	4,00		16,00
Nº de membros remunerados	12,00	4,00		16,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	1,700000	3,400000		5,10
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	10,70	12,80		23,50
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,25	4,00		15,25
Nº de membros remunerados	11,25	4,00		15,25
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	4,400000	3,700000		8,10
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	8,00	16,50		24,50
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	15,20		15,20

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Outorga Opções de Ações – Previsão 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,5	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
	0,00	0,00
Data Outorga		
Quantidade Opções Outorgadas	0,00	0,00
	0,00	0,00
Prazo para que as opções se tornem exercíveis		
Prazo máximo para exercícios das opções	0,00	0,00
Prazo de restrição à transferências das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	0,00	0,00
Valor justo das opções na data da outorga	0,00	0,00
Multiplicação das quantidades pelo valor justo das opções na data da outorga	0,00	0,00

Outorga Opções de Ações 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
	N/A	N/A
Data Outorga		
Quantidade Opções Outorgadas	N/A	N/A
	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis		
Prazo máximo para exercícios das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferências das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação das quantidades pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

Outorga Opções de Ações 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	12,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00

		23/10/2024
Data Outorga	N/A	
Quantidade Opções Outorgadas	N/A	1.116.209
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	25% - 1ª Tranche após 12 meses
Prazo máximo para exercícios das opções	N/A	10 anos
Prazo de restrição à transferências das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	3,25
Multiplicação das quantidades pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	3.627.679

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	12,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Data Outorga	N/A	14/12/2024
Quantidade Opções Outorgadas	N/A	1.116.209
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	25% - 1ª Tranche após 12 meses
Prazo máximo para exercícios das opções	N/A	10 anos
Prazo de restrição à transferências das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	2,14
Multiplicação das quantidades pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	2.388.687

Outorga Opções de Ações 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,25	4,00
Nº de membros remunerados	11,25	4,00
Data Outorga	07/07/2023	07/07/2023
Quantidade Opções Outorgadas	323.752	852.010
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% - 1ª Tranche após 12 meses	25% - 1ª Tranche após 12 meses
Prazo máximo para exercícios das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferências das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	10,92	10,92
Multiplicação das quantidades pelo valor justo das opções na data da outorga	3.535.372	9.303.949

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2025.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Em relação as opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
	N/A	N/A
	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício (*)	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Em relação as opções exercíveis		
Quantidade	64.125	5.015.863
Prazo máximo para exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 12,50	R\$ 11,18
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0	0
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 66.891.150	R\$ 40.110.477,50

(*) Considera o preço médio ponderado do exercício das opções ainda não exercíveis.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Opções exercidas - Exercício social encerrado em 31/12/2025:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,00	4,00
Nº de membros remunerados	0	0
Número de ações	0	0
Preço médio ponderado de exercício	0	0
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0	0
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0	0

Opções exercidas - Exercício social encerrado em 31/12/2024:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	12,00	4,00
Nº de membros remunerados	0	0
Número de ações	0	0
Preço médio ponderado de exercício	0	0
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0	0
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0	0

Opções exercidas - Exercício social encerrado em 31/12/2023:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,25	4,00
Nº de membros remunerados	0	4,00
Número de ações	0	193.838
Preço médio ponderado de exercício	0	14
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0	16
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0	387.676

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício social a ser encerrado em 31/12/2026:

Para o exercício corrente, as estimativas de despesas relacionadas ao plano consideram o valor máximo potencial do Novo Plano, equivalente a 7% do capital social. Embora ainda não tenha ocorrido a outorga das opções, a utilização do montante integral se mostra necessária para refletir adequadamente a expectativa de alocação para o período.

Ressalta-se que, apesar de o valor global já estar definido, a efetiva alocação das o permanece condicionada à definição das regras de vesting e à subsequente aprovação da outorga, etapas que serão oportunamente estabelecidas pela administração da Companhia.

Exercício social encerrado em 31/12/2025:

Desde 2020, a Azul enfrentou uma série de desafios significativos que impactaram diretamente o desempenho da empresa. Esses desafios foram amplamente decorrentes da crise global que afetou o setor de aviação, resultando em uma desvalorização substancial das ações da Azul.

Devido a essa situação, no segundo trimestre de 2025, a Companhia cancelou a remuneração baseado em ações que ainda não estavam vestidas, de modo que não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado da Companhia de 31 de dezembro de 2025.

Exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	12,00	4,00
Nº de membros remunerados	12,00	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,01%	0,41%

Exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,25	4,00
Nº de membros remunerados	11,25	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,01%	0,41%

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício social a ser encerrado em 31/12/2026:

Para o exercício corrente, as estimativas de despesas relacionadas ao plano consideram o valor máximo potencial do Novo Plano, equivalente a 7% do capital social. Embora ainda não tenha ocorrido a outorga das opções, a utilização do montante integral se mostra necessária para refletir adequadamente a expectativa de alocação para o período.

Ressalta-se que, apesar de o valor global já estar definido, a efetiva alocação das o permanece condicionada à definição das regras de vesting e à subsequente aprovação da outorga, etapas que serão oportunamente estabelecidas pela administração da Companhia.

Exercício social encerrado em 31/12/2025:

Desde 2020, a Azul enfrentou uma série de desafios significativos que impactaram diretamente o desempenho da empresa. Esses desafios foram amplamente decorrentes da crise global que afetou o setor de aviação, resultando em uma desvalorização substancial das ações da Azul.

Devido a essa situação, no segundo trimestre de 2025, a Companhia cancelou a remuneração baseado em ações que ainda não estavam vestidas, de modo que não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado da Companhia de 31 de dezembro de 2025.

Outorga de ações do exercício social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	12,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	Indeterminado
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A

Outorga de ações do exercício social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,25	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	07/07/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	94.277
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	Indeterminado
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	180 dias
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	19,32
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	1.821.432

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Exercício social encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	Diretoria estatutária
Nº total de membros	11,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Número de ações	0,00	0,00
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria estatutária
Nº total de membros	12,00	4,00
Nº de membros remunerados	12,00	4,00
Número de ações	12.420	193.165
Preço médio ponderado de aquisição	8,63	8,63
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	3,54	3,54
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	63.218	983.210

Exercício social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria estatutária
Nº total de membros	11,25	4,00
Nº de membros remunerados	11,25	4,00
Número de ações	12.420	180.443
Preço médio ponderado de aquisição	19,32	19,32
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	16,01	16,01
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	41.110	597.266

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Para o exercício corrente, as estimativas de despesas relacionadas ao plano consideram o valor máximo potencial do Novo Plano, equivalente a 7% do capital social. Embora ainda não tenha ocorrido a outorga das opções, a utilização do montante integral se mostra necessária para refletir adequadamente a expectativa de alocação para o período.

Ressalta-se que, apesar de o valor global já estar definido, a efetiva alocação das o permanece condicionada à definição das regras de vesting e à subsequente aprovação da outorga, etapas que serão oportunamente estabelecidas pela administração da Companhia.

Desde 2020, a Azul enfrentou uma série de desafios significativos que impactaram diretamente o desempenho da empresa. Esses desafios foram amplamente decorrentes da crise global que afetou o setor de aviação, resultando em uma desvalorização substancial das ações da Azul.

Devido a essa situação, no segundo trimestre de 2025, a Companhia cancelou a remuneração baseado em ações que ainda não estavam vestidas, de modo que não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado da Companhia de 31 de dezembro de 2025.

a. Modelo de precificação

O custo de transações com executivos, liquidadas com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza-se de precificação de opções *Black-Scholes*.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de “*vesting*”).

A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data base até a data de *vesting* reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Administração do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em “Salários e benefícios” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

O custo de transações liquidadas em dinheiro é mensurado inicialmente pelo valor justo na data da outorga. Esse valor justo é contabilizado como despesa durante o período até a data de vencimento, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O passivo é reavaliado ao valor justo na data do balanço até a data de liquidação, com as mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do exercício e reconhecido na rubrica “Salários e benefícios”.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de opção de compra de ações

Data da outorga	Preço de exercício da opção (em reais)	Valor justo médio da opção na outorga (em reais)	Volatilidade histórica	Dividendo esperado	Taxa média de retorno livre de risco	Taxa de exercício por tranche	Prazo remanescente do período aquisitivo (em anos)	Período aquisitivo até (anos)	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Total de opções disponíveis para exercício
11/dez/09	3,42	1,93	47,7%	1,1%	8,8%	25,0%	-	4,0	5.032.800	180.870	180.870
24/mar/11	6,44	4,16	54,8%	1,1%	12,0%	25,0%	-	4,0	1.572.000	84.000	84.000
05/abr/11	6,44	4,16	54,8%	1,1%	12,0%	25,0%	-	4,0	656.000	6.200	6.200
30/jun/14	19,15	11,01	40,6%	1,1%	12,5%	25,0%	-	4,0	2.169.122	708.993	708.993
01/jul/15	14,51	10,82	40,6%	1,1%	15,7%	25,0%	-	4,0	627.810	177.592	177.592
01/jul/16	14,50	10,14	43,1%	1,1%	12,2%	25,0%	-	4,0	820.250	280.124	280.124
06/jul/17	22,57	12,82	43,4%	1,1%	10,3%	25,0%	-	4,0	680.467	442.796	442.796
08/ago/22	11,07	8,10	70,0%	-	13,0%	25,0%	-	4,0	1.774.418	864.700	864.700
08/ago/22	11,07	6,40	68,8%	-	13,2%	33,3%	-	3,0	1.514.999	1.027.448	1.027.448
19/ago/22	11,07	7,39	67,2%	-	13,6%	100,0%	-	1,0	4.900.000	4.624.480	4.624.480
19/ago/22	11,07	11,54	74,6%	-	12,7%	20,0%	-	5,0	8.900.000	-	-
07/jul/23	15,60	10,80	75,4%	-	10,5%	25,0%	-	4,0	1.800.000	439.627	439.627
23/out/24	4,04	3,25	73,0%	-	12,9%	25,0%	-	4,0	2.200.000	-	-
14/dez/24	4,17	2,16	72,8%	-	14,8%	25,0%	-	4,0	2.000.000	-	-
									34.647.866	8.836.830	8.836.830

Em 31 de dezembro de 2025, e a média ponderada do preço de exercício em reais é de R\$5,97, em comparação com R\$5,97 em 31 de dezembro de 2024.

Plano de ações restritas

Data da outorga	Taxa de exercício por tranche	Valor justo da ação na outorga (em reais)	Prazo remanescente do período aquisitivo (em anos)	Período aquisitivo até (anos)	Total outorgado	Total não exercido
07/jul/21	25,0%	42,67	-	4,0	300.000	-
07/jul/22	25,0%	11,72	0,7	4,0	335.593	14.925
07/jul/22	25,0%	11,72	0,7	4,0	671.186	41.525
07/jul/23	25,0%	19,32	1,7	4,0	500.000	60.232
23/out/24	25,0%	5,48	3,1	4,0	671.502	388.263
13/dez/24	25,0%	4,17	3,2	4,0	335.751	208.641
					2.814.032	713.586

Opção Virtual de Compra de Ações – Phantom shares

O valor justo deste passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício.

Data da outorga	Preço de exercício da opção (em reais)	Valor justo médio da opção (em reais)	Volatilidade histórica	Dividendo esperado	Taxa média de retorno livre de risco	Taxa de exercício por tranche	Prazo remanescente do período aquisitivo (em anos)	Período aquisitivo até (anos)	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Total de opções disponíveis para exercício
07/ago/18	20,43	0,00	90,8%	-	14,3%	25,0%	-	4,0	707.400	53.520	53.520
30/abr/20	10,35	0,01	90,8%	-	14,3%	33,3%	-	3,0	3.250.000	30.696	30.696
30/abr/20	10,35	0,04	86,7%	-	13,9%	25,0%	-	4,0	1.600.000	12.520	12.520
17/ago/21	33,99	0,01	84,1%	-	13,7%	25,0%	-	4,0	580.000	1.430	1.430
									6.137.400	98.166	98.166

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Exceto se de outra forma determinado pelo Conselho de Administração, qualquer opção apenas poderá ser exercida (a) na exata extensão em que o direito a exercício for adquirido, e (b) na ocorrência de um dos seguintes eventos: (i) venda da Companhia, ou (ii) consumação de IPO. Estas são as duas possibilidades de exercício e o pagamento das ações subscritas e/ou adquiridas em conformidade com opção outorgada nos termos do plano. O pagamento será efetuado à vista mediante o exercício das opções, com fundos de disponibilidade imediata.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade estimada para os planos foi calculada com base na volatilidade histórica de ações da Companhia.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todos os critérios utilizados na mensuração do valor justo das opções foram descritos anteriormente.

8.13. Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Abaixo, segue a relação de valores mobiliários de emissão ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia, em conformidade com as informações consolidadas prestadas pelo emissor no formulário de "valores mobiliários negociados e detidos" (artigo 11 da Resolução CVM nº 44/21) relativo ao mês de encerramento do último exercício social. Com exceção dos valores mobiliários descritos abaixo, não há outros sob a titularidade de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia.

Acionista	Quantidade de ações	(%)	Quantidade de opções	(%)	Quantidade de ações restritas	(%)
Conselho de Administração						
Ordinárias	1.617.879.829	75,99%	-	-	-	-
Preferenciais	7.337.197	0,82%	64.125	0,01%	-	-
ADR ¹	224.570	0,08%	-	-	-	-
Diretoria estatutária						
Ordinárias	-	-	-	-	-	-
Preferenciais	861.651	0,10%	5.015.863	0,56%	-	-
ADR ¹	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal						
Ordinárias	-	-	-	-	-	-
Preferenciais	29.862	0,00%	-	-	-	-
ADR ¹	-	-	-	-	-	-

¹ Um ADR equivale a três ações preferenciais (PNs).

Ações ON: 2.128.965.121

Ações PN: 896.039.753

8.14. Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,00	4,00
Nº de membros remunerados	11,00	4,00
Nome do Plano	401K	AzulPrev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	503.079,19	1.573.016,16
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0	252.979,62
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Somente quando ocorre o desligamento do tripulante ou através de alguma necessidade (de acordo com um regulamento)	Sim, mediante – manifestação do titular, somente das suas contribuições

8.15. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal nos últimos 3 exercícios sociais

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	11,00	12,00	11,25	2,75	1,25	2,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	11,00	12,00	11,25	2,75	1,25	2,00
Valor da maior remuneraçãoReal	10.368.501,00	15.408.429,00	19.810.831,00	1.228.000,00	6.767.906,00	16.668.000,00	125.272,00	8.588,00	8.588,00
Valor da menor remuneraçãoReal	2.634.556,00	2.463.975,00	4.930.993,00	9.333,00	28.000,00	28.000,00	125.272,00	8.588,00	8.588,00
Valor médio da remuneraçãoReal	6.142.053,00	9.482.008,00	13.246.782,00	498.000,00	1.893.037,00	1.990.482,00	125.272,00	8.588,00	8.588,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR ANUAL CVM/SEP/2026, o número de membros e de membros remunerados da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor da menor remuneração foi apurado com exclusão de diretores estatutários que trabalharam por menos de 12 meses durante o exercício. Para a maior remuneração, o respectivo membro exerceu suas funções por 12 meses.	
31/12/2024	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR ANUAL CVM/SEP/2026, o número de membros e de membros remunerados da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor da menor remuneração foi apurado com exclusão de diretores estatutários que trabalharam por menos de 12 meses durante o exercício. Para a maior remuneração, o respectivo membro exerceu suas funções por 12 meses.	
31/12/2023	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR ANUAL CVM/SEP/2026, o número de membros e de membros remunerados da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor da menor remuneração foi apurado com exclusão de diretores estatutários que trabalharam por menos de 12 meses durante o exercício. Para a maior remuneração, o respectivo membro exerceu suas funções por 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR ANUAL CVM/SEP/2026, o número de membros e de membros remunerados do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor da menor remuneração foi apurado com exclusão de membros do Conselho de Administração que trabalharam por menos de 12 meses durante o exercício.	
31/12/2024	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR ANUAL CVM/SEP/2026, o número de membros e de membros remunerados do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor da menor remuneração foi apurado com exclusão de membros do Conselho de Administração que trabalharam por menos de 12 meses durante o exercício. Para a maior remuneração, o respectivo membro exerceu suas funções por 12 meses.	
31/12/2023	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR ANUAL CVM/SEP/2026, o número de membros e de membros remunerados do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor da menor remuneração foi apurado com exclusão de membros do conselho de administração que trabalharam por menos de 12 meses durante o exercício. Para a maior remuneração, o respectivo membro exerceu suas funções por 12 meses.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	A Companhia informa que o Conselho Fiscal foi instalado na AGO de 2025 para um mandato que se encerrará na AGO a ser realizada em 2026. Portanto, as informações acerca da maior e menor remuneração no âmbito do exercício de 2025 consideram os valores efetivamente reconhecidos no exercício, referentes aos meses em que os membros do Conselho Fiscal exerceram seus cargos (maio a dezembro de 2025). O mesmo se aplica ao número de membros e de membros remunerados do Conselho Fiscal, o qual foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
31/12/2024	A Companhia informa que o Conselho Fiscal foi instalado na AGO de 2023 para um mandato que se encerrou na AGO a ser realizada em 2024. Portanto, as informações acerca da maior e menor remuneração no âmbito do exercício de 2024 consideram os valores efetivamente reconhecidos no exercício, referentes aos meses em que os membros do Conselho Fiscal exerceram seus cargos (janeiro a maio de 2024). O mesmo se aplica ao número de membros e de membros remunerados do Conselho Fiscal, o qual foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	

31/12/2023	A Companhia informa que o Conselho Fiscal foi instalado na AGO de 2023 para um mandato que se encerrará na AGO a ser realizada em 2024. Portanto, as informações acerca da maior e menor remuneração no âmbito do exercício de 2023 consideram os valores efetivamente reconhecidos no exercício, referentes aos meses em que os membros do Conselho Fiscal exerceram seus cargos (maio a dezembro de 2023). O mesmo se aplica ao número de membros e de membros remunerados do Conselho Fiscal, o qual foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
-------------------	---	--

8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Nossos diretores e executivos estão cobertos por um seguro de responsabilidade civil desde a nossa fundação. Dispomos de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores - D&O (Directors & Officers) que garante cobertura aos segurados no caso de reclamações de terceiros, processos judiciais, custos de defesa, custos de fiança, caução judicial, entre outras coberturas abrangentes, relacionadas aos atos de gestão praticados no exercício das atribuições da administração da sociedade.

Nossas atuais apólices de seguro de conselheiros e diretores, que assinamos em 17 de março de 2025, são fornecidas pela Zurich Minas Brasil Seguros S.A., Akad Seguros S.A. e Tokio Marine Seguradora S.A., são renováveis a cada ano, com vencimento para renovação em 17 de março de 2026. O prêmio do seguro é de US\$ 886.875,14, US\$ 306.497,47 e US\$ 256.635,14, respectivamente. Juntas, as apólices têm uma cobertura máxima de US\$ 30.000.000,00.

Até a data deste Formulário de Referência, não possuímos mecanismos de remuneração ou indenização para os nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos de indenidade com certos membros do Conselho de Administração, visando assegurar a tais membros a defesa em processos judiciais e administrativos instaurados por terceiros, durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício de suas funções, a fim de resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, com o pagamento das despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2026E	2025	2024	2023
Conselho de Administração.....	34,53%	22,42%	73,81%	74,44%
Diretoria Estatutária.....	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal.....	0%	0%	0%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há valores a serem informados, dado que, nos últimos três exercícios sociais, os membros de nossa diretoria estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal não receberam quaisquer valores que não aqueles em decorrência da função ocupada. Do mesmo modo, não há previsão para este tipo de prática no exercício corrente.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve remuneração de membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia. A previsão para o exercício social corrente é que tal prática se mantenha.

8.20. Outras informações relevantes

Informação Adicional ao Item 8.2

2026 - Previsão					
	Conselho de Administração	Diretores Estatutários	Conselho Fiscal	Comitê Estratégico	Total
Nº de Membros	7,5	4,00	3,00	4,58	19,08
Nº de Membros Remunerados	7,5	4,00	3,00	4,58	19,08
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	2.860.000	8.529.365	325.937	2.420.000	14.135.302
Benefícios diretos e indiretos	186.667	1.313.443	84.000	77.000	1.661.109,97
Remuneração por participação em Comitês	510.000	-	-	-	510.000
Outros		2.397.604	-	-	2.397.604
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração Variável					
Bônus	-	20.346.510	-	-	20.346.510
Participação nos resultados	-	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Baseada em Ações (incluindo opções)*	-	-	-	-	-
Observações	Esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	O valor da remuneração baseada em ações nesta tabela é uma estimativa contábil baseada na fórmula Black Scholes e não representa o valor efetivamente recebido durante o ano, e sim um valor estimado a ser recebido ao longo de um período de até dez anos. Além disso, o valor real recebido dependerá do preço da ação durante todo este período, podendo ser até nulo se o preço da ação não superar o preço de exercício. Esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no	Esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	Esclarece-se que número total de membros foi apurado conforme o disposto no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.	-

		Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.			
Total da Remuneração	3.556.667	32.586.922	409.937	2.497.000	39.050.526

Os Planos de Opções, os Planos de Ações Restritas, os Planos de *Phantom Shares* e seus respectivos programas, aprovados anteriormente ao processo de *Chapter 11* da Companhia e descritos no item 8.4 do Formulário de Referência, foram descontinuados em razão da consumação do plano de reestruturação. Permanecem, contudo, válidas e plenamente eficazes as outorgas realizadas no âmbito de tais instrumentos antes de sua descontinuidade, as quais continuam regidas pelos respectivos termos e condições originalmente estabelecidos, observada a diluição decorrente do plano de *Chapter 11*, aplicável também a essas outorgas.

Atualmente, encontra-se vigente exclusivamente o Novo Plano, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de fevereiro de 2026, o qual prevê a outorga de ações restritas e/ou opções representativas de até 7,0% do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, em estrita observância às disposições do plano de reestruturação no âmbito do *Chapter 11*. Os programas e os respectivos contratos de outorga a serem aprovados no âmbito do Novo Plano estabelecerão as regras específicas aplicáveis às concessões, incluindo, conforme o caso, condições de *vesting* e mecanismos de proteção antidiluição. Na presente data, o referido limite de 7,0% do capital social corresponde a um montante estimado de até R\$ 88.174.737.30, cuja alocação poderá ser realizada pelo Comitê Estratégico ao longo do exercício social de 2026, observadas as condições e características a serem oportunamente definidas pela Companhia.

Os valores apresentados abaixo representam a melhor estimativa da despesa contábil das outorgas das opções de ações a serem reconhecidas no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026 e exercidas em até três anos. A Companhia informa, ainda, que não houve outorga de ações restritas ou opções de ações no ano calendário de 2025, sendo que no ano calendário de 2025 foram canceladas 16.927.699 opções de ações, RSUs e *Phantom Shares*.

Em função das outorgas descritas acima, a remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração, do Comitê Estratégico e da Diretoria Executiva para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026 deverá englobar:

- (i) um valor adicional de até R\$88.174.737.30 referente à outorga de opções de ações a certos membros do Conselho de Administração e do Comitê Estratégico por suas atuações na efetiva implementação do Plano de Reorganização no âmbito do *Chapter 11* do *Bankruptcy Code* dos Estados Unidos da América perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York*.; e
- (ii) um valor adicional de até R\$171.794.480.87, referente às outorgas aos demais membros do Conselho de Administração, do Comitê Estratégico e da Diretoria Executiva, sendo que uma parcela desse valor poderá ser alocada para até 50 membros-chave da Companhia que não possuem cargo estatutário.

A Companhia reforça que as despesas a serem reconhecidas contabilmente referentes ao Novo Plano não configuram saída de caixa da caixa da Companhia e que os valores descritos em (i) e (ii) acima serão adimplidos mediante entrega de ações em tesouraria ou emissão de novas ações da Companhia, conforme previsto no Novo Plano.

Dessa forma, considerando o valor total da remuneração ordinária a ser adimplido aos administradores da Companhia, bem como o valor contábil das outorgas de ações com base no Novo Plano, o montante da remuneração anual global a ser aprovado em assembleia totaliza R\$299.019.744,56.

Para mais informações sobre o Novo Plano, recomenda-se a consulta ao Anexo II da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de fevereiro de 2026, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, no endereço eletrônico <https://ri.voeazul.com.br/governanca-corporativa/assembleias/>.